

stricto  
**SENSU**  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

HELOÍSA TELES

**O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E  
A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA  
INTERLOCUÇÃO A PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO**

Porto Alegre  
2013

HELOÍSA TELES

**O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E  
A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL : UMA INTERLOCUÇÃO A  
PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na linha de Pesquisa: Serviço Social e Políticas Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Berenice Rojas Couto

Porto Alegre

2013

HELOÍSA TELES

**O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E  
A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL : UMA INTERLOCUÇÃO A  
PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO**

Dissertação aprovada, como requisito para  
obtenção do grau de Mestre em Serviço  
Social pelo Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social – Mestrado, da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Dra Berenice Rojas Couto (Orientadora)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Dra. Idília Fernandes  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Dra. Mara de Oliveira  
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

T269p Teles, Heloísa

O projeto ético político do serviço social e a política pública de assistência social [manuscrito] : uma interlocução a partir da categoria trabalho / Heloísa Teles. – Porto Alegre, 2013.

123 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2013.

Orientadora: Berenice Rojas Couto

1. Serviço Social 2. Políticas Públicas 3. Assistência Social 4. Trabalho  
I. Couto, Berenice Rojas II. Título.

CDD 361

*Dedico este trabalho a todos os usuários,  
sujeitos protagonistas da história da vida,  
que cotidianamente ensinam e lembram  
aos assistentes sociais lições de amor,  
resistência, possibilidade e  
transformação...*

## AGRADECIMENTOS

A finalização do mestrado configura-se na realização de mais um importante sonho em minha vida. A partir dele será possível buscar a concretização de outros diversos, dentre eles a docência...

Assim, necessito retribuir, mesmo que em poucas linhas, todo amor e incentivo que tenho recebido ao longo dessa trajetória, pois lembrando Neruda “sou porque tu és” e, apesar do processo de escrita ser solitário, ele só acontece instigado por diferentes estímulos e repleto de elementos que fortalecem a construção coletiva de nossa identidade social...

Dessa forma, em primeiro lugar e de uma maneira muito especial agradeço....

Toda solidariedade e amor dedicados a mim pelo meu companheiro e amor da minha vida: Vaimer! Foram tantas palavras e gestos de incentivos, tantas ausências compreendidas, tantos chimarrões nas horas mais precisas que poderia escrever uma nova dissertação versando sobre a grandiosidade que é o amor..... Muito obrigada!!

De maneira não menos importante, agradeço também:

Minha amada família que sempre incentivou, apoiou e encorajou em todas minhas escolhas e decisões! Pai, Mãe, Mag e Dudu vocês são a melhor tradução para o que é o amor!!! A concretização deste sonho é fruto de todas as possibilidades que vocês sempre me oportunizaram!!!

De forma muito especial minha companheira de caminhada Lulu.....já somam-se muitos anos de trocas e invenções! São tantas contribuições e carinhos que somente engrandecem e encorajam nossa caminhada! Obrigada pela amizade, incentivo e parceria!!!

Minha querida amiga Nina.....somos prova de que a amizade existe independente de tempo e distância.....

Minhas queridas Dani, Eve e Jaque....colegas de profissão e companheiras de sonhos!! Nossa convivência serve enquanto combustível para alimentar minha ousadia e coragem!!!

De forma muito carinhosa a todos meus queridos colegas de Residência! Foram tantas trocas e aprendizados que hoje reconheço vocês em muitas partes do que sou! Muito obrigada por tanta sabedoria apreendida e tanta vida experienciada, principalmente pelas ruas e becos do Morro da Cruz!!! Agradeço em especial minhas

duas “piriquitinhas” Adri e Thaís, pois com certeza não teria sido possível sem vocês....

Minha querida família extensa por tanto carinho, amizade e cumplicidade! Agradeço em especial Glória, Vivi e minha querida alemã Sanja pela solidariedade e partilha de sonhos e esperanças!

Minhas colegas do CRAS II com quem pude compartilhar os momentos finais da construção desta dissertação. Agradeço em especial a Pati por todo apoio e incentivo nas horas mais precisas e a Juli pela partilha tão especial pelo gosto do saber!!

A todos os usuários que com suas histórias marcam minha vida, pois é com eles que reitero cotidianamente o sonho de construir um mundo mais justo e igualitário!

As colegas assistentes sociais que se dispuseram a participar da pesquisa e compartilharam seus conhecimentos e sentimentos acreditando que é no cotidiano que se constroem as possibilidades de transformação...

As colegas do NEPES, em especial Soledad, Mari e minha querida Susana com quem partilhei muitos sentimentos e desafios ao longo desses dois anos de mestrado...

Ao professor Carlos Nelson por partilhar tanta sabedoria, chimarrão e bom humor nas longas tardes no NEPES...

De forma muito especial a minha querida Mara.....lá se vão tantos anos de convívio e carinho! Através das concordâncias, bem como pelas discordâncias vamos tecendo projetos e sonhos. Obrigada por todo incentivo que hoje se materializa na conclusão de mais esta etapa! Serei uma “mestre pouca coisa”!!!!

Agradeço de coração minha orientadora Berenice pelo carinho e acolhida. Tenho muito respeito e admiração pela forma tão solidária como partilha seu conhecimento. Sou infinitamente grata por toda consideração com que sempre tratou minhas inquietações e escolhas. Muito obrigada por ter sido minha orientadora, parceira e cúmplice nesse processo e, principalmente por ter permitido e incentivado para que nossa construção teórica fosse permeada de alegrias e ousadia!!!

De forma especial a professora Idília por ter aceitado o convite para participar da banca, contribuindo de forma tão solidária para a materialização desta dissertação!

Agradeço a todos os colegas, funcionários e professores do PPGSS, em

especial minha querida Juliana por tantas “aventuras” vivenciadas nesses anos...

Agradeço ao CNPQ pelo apoio e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa,

Enfim, agradeço a todos e todas que contribuíram de diferentes formas para a conclusão de mais esta etapa!



*“Se aparência e essência coincidissem,  
Todo esforço do conhecimento seria inútil”*

*Karl Marx*

*“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,  
que já tem a forma do nosso corpo,  
e esquecer os nossos caminhos,  
que nos levam sempre aos mesmos lugares.  
É o tempo da travessia:  
e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado,  
para sempre,  
à margem de nós mesmos.”*

*Fernando Pessoa*

## RESUMO

O presente estudo aborda a temática do Trabalho, Serviço Social e Política Pública de Assistência Social (PPAS). O objetivo geral foi compreender o debate teórico e operacional em movimento sobre a categoria trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes tanto na concepção ontológica quanto no âmbito da intervenção junto à PPAS com vistas a qualificar as intervenções e debates desenvolvidos na área. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa orientada pelo método dialético-crítico para responder qual a concepção e como é operacionalizado o trabalho dos assistentes sociais na PPAS no município de Caxias do Sul. Foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e empírica. No tratamento dos dados foi efetivada análise de conteúdo baseada em Triviños (1989). Como principais resultados o estudo identificou que há muitos desafios presentes no cotidiano da operacionalização da política de assistência social, pois se verifica a necessidade de ser superado o viés conservador presente tanto no Serviço Social quanto na intervenção junto à política. Além disso, aponta-se para a discrepância presente nas formulações teóricas sobre a temática que não condizem com as intervenções desenvolvidas pelos assistentes sociais inseridos na assistência social. Destaca-se também que a pesquisa apontou a relevância do debate sobre a interlocução do projeto ético político do Serviço Social com a política de assistência social enquanto estratégia para qualificação do trabalho operacionalizado. Com base nesses resultados, conclui-se que há ainda muito por construir no sentido de delinear o trabalho junto à assistência social de forma a efetiva-la na perspectiva do fortalecimento da cultura democrática e universalista.

**Palavras-chave:** Trabalho. Processos de Trabalho. Serviço Social. Política Pública de Assistência Social.

## ABSTRATC

This study addresses the issue of Labour, Social Service and Public Policy Social Assistance (PPAS). The overall goal was to understand the theoretical debate and operational moving on the work category and work processes that fall assistants in both ontological conception as in the intervention by the PPAS aiming to qualify debates and interventions developed in the area. It is a research-driven quantitative and qualitative method to answer critical-dialectical conception which is operationalized and how the work of social workers in PPAS in Caxias do Sul bibliographic search was performed, documentary and empirical. In the treatment of the data was carried out based on content analysis Triviños (1989). The main results the study found that there are many challenges present in the daily operation of social assistance policy, because there is the need to overcome the bias present in both the conservative and in Social Work intervention in politics. Additionally, it points to the discrepancy present theoretical formulations on the issue than meets the interventions undertaken by social workers placed in foster care. Also noteworthy is that the research pointed out the relevance of the debate on the political dialogue of the ethical project of Social Work with social assistance policy as a strategy for skilled labor operationalized. Based on these results, we conclude that there is still much to build in order to delineate work together on social assistance so effective it from the perspective of strengthening a democratic and universalist.

**Keywords:** Job. Work Processes. Social Work. Public Policy for Social Assistance.

## LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BF	Bolsa Família
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CASEMI	Centro de Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAS	Fundação de Assistência Social
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-SUAS/RH	Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPAS	Política Pública de Assistência Social
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 A CATEGORIA TRABALHO EM MARX: A PERSPECTIVA TEÓRICA ADOTADA PELO SERVIÇO SOCIAL</b> .....	<b>19</b>
2.1 O TRABALHO ENQUANTO FUNDANTE DA VIDA SOCIAL .....	19
2.2 A ALIENAÇÃO E A IDEOLOGIA DOMINANTE CIRCUNSCRITAS NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL.....	24
2.3 O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	29
<b>2.3.1 A categoria trabalho inscrita no projeto ético político do Serviço Social</b> .....	<b>35</b>
<b>2.3.2 A materialização dos preceitos ético-políticos na intervenção profissional</b> .....	<b>39</b>
2.4 OS ELEMENTOS DO PROCESSO DE TRABALHO ARTICULADOS AO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS.....	41
<b>3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONFORMAÇÃO DO NOVO E REPRODUÇÃO DE VELHOS PARADIGMAS</b> .....	<b>52</b>
3.1 A DESIGUALDADE ENQUANTO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E A REPERCUSSÃO JUNTO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS .....	53
<b>3.1.2 A seguridade social no Brasil fundamentada na Constituição Federal</b> .....	<b>59</b>
3.2 O PERCURSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INSERIDO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA .....	63
<b>3.2.1 A assistência social no Brasil a partir da sua regulamentação: avanços e limites</b> .....	<b>67</b>
3.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE A OPERACIONALIZAM .....	72
<b>4 A INTERLOCUÇÃO ENTRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	<b>81</b>
4.1 O TRABALHO INSCRITO JUNTO ÀS LEGISLAÇÕES PERTINENTES A ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	82
4.2 O TRABALHO JUNTO À ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA VISÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS.....	87
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>106</b>
<b>APÊNDICE A – Quadro dados organizativos: “perfil” das assistentes sociais entrevistadas</b> .....	<b>116</b>
<b>APÊNDICE B – Instrumento de revisão de literatura</b> .....	<b>117</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista</b> .....	<b>118</b>
<b>APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido</b> .....	<b>120</b>
<b>ANEXO A – Carta de aprovação da comissão científica</b> .....	<b>121</b>
<b>ANEXO B – Carta de aprovação do comitê de ética</b> .....	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A produção ora apresentada objetiva debater os resultados da pesquisa de mestrado sobre o tema de estudo o trabalho, processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais e política pública de assistência social.

Considerando os avanços verificados no que se refere à implantação da Política de Assistência Social e a relevância do trabalho do assistente social enquanto viabilizador de tal política pública, destaca-se a necessidade da realização de estudos que aprofundem o debate sobre este tema no intuito de oferecer subsídios para a qualificação constante da intervenção nesta área.

O interesse pela temática investigada advém dos estudos preliminares já realizados pela mestranda na conclusão do curso da graduação em Serviço Social e residência em saúde da família. Soma-se a isso o fato da apreensão do trabalho enquanto categoria elementar para a efetivação da intervenção pautada pelo viés emancipatório e democrático.

Portanto, as questões motivadoras desta proposta decorrem, principalmente, da compreensão de que a realização de pesquisas deve desempenhar um papel fomentador na busca por novas invenções e criações e servir enquanto meio indispensável para a realização de qualquer ação que pretenda superar o caráter pragmático e desvendar novas possibilidades para a intervenção profissional.

Assim, pesquisar para compreender e explicar a realidade torna-se pressuposto para os assistentes sociais conhecerem o objeto de trabalho – questão social –, junto a qual se pretende intervir e impulsionar um processo de ruptura com o *status quo*. Além disso, ressalta-se que através da pesquisa é possível aliar construção de conhecimento com a qualificação da profissão, bem como das políticas sociais e, em particular a de assistência social.

Com relação ao lócus de pesquisa, foi eleito o município de Caxias do Sul em decorrência do fato de a mestranda ter realizado sua graduação nesta cidade e desejar investigar a realidade da mesma. Assim, delimitou-se o tema a partir do trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais junto à política pública de assistência social na cidade de Caxias do Sul, no período de 2004

a 2011<sup>1</sup>.

O estudo em questão resultou de um problema formulado a partir das diferentes inquietações e problematizações elaboradas pela mestranda e orientadora durante o processo de orientações, sendo ele: considerando que a categoria trabalho na tradição marxista é apropriada pelo Serviço Social enquanto baliza teórico-metodológica para a efetivação da dimensão técnico-operativa pautada pela perspectiva ético política e considerando o histórico assistencialista e caritativo da política pública de assistência social, negador da profissionalização e, portanto, da ideia de trabalho na perspectiva marxista faz-se o seguinte questionamento: qual a concepção e como é operacionalizado o trabalho dos assistentes sociais junto à Política Pública de Assistência Social (PPAS) no município de Caxias do Sul?

A partir da demarcação do problema elegeram-se questões norteadoras para auxiliar no percurso de investigação, sendo elas: Qual a concepção e elementos norteadores de trabalho e processos de trabalho contidos no projeto ético político do qual o Serviço Social pauta sua intervenção? De que forma é indicada a perspectiva de profissionalização na PPAS? Há uma concepção de trabalho claramente identificada nas diferentes legislações que versam sobre esta temática? Quais são os parâmetros e concepção norteadora do trabalho do assistente social indicado pela categoria profissional junto a PPAS? Como os assistentes sociais que trabalham junto a PPAS em Caxias do Sul compreendem, visualizam e operacionalizam sua inserção em processos de trabalho nessa política social pública? Qual é a relação existente entre as diferentes conceituações identificadas junto aos documentos/resoluções/legislações sobre o trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais junto a PPAS com as definições estabelecidas pela categoria profissional e as concepções apreendidas pelos profissionais entrevistados?

Ponderando essas questões norteadoras definiu-se enquanto objetivo geral: compreender o debate teórico e operacional em movimento sobre a categoria trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes tanto na concepção ontológica quanto no âmbito da intervenção junto à Política Pública de Assistência Social com vistas a qualificar as intervenções e debates desenvolvidos

---

<sup>1</sup> A delimitação de tempo pretendeu priorizar o espaço compreendido entre a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a realização das entrevistas prevista no projeto de pesquisa que resultou na presente dissertação.

na área.

O desdobramento desse objetivo resultou na sistematização dos seguintes objetivos específicos: a) mapear a concepção e elementos norteadores sobre o trabalho e processos de trabalho que estão contidos nos documentos que fundamentam o projeto ético político profissional<sup>2</sup>; b) identificar os elementos que conformam o caráter profissionalizante da Política Pública de Assistência Social destacando a concepção sobre trabalho adotada pela mesma<sup>3</sup>; c) verificar quais são os parâmetros e concepções norteadoras do trabalho do assistente social indicados pela categoria profissional junto a PPAS<sup>4</sup>; d) identificar como os assistentes sociais compreendem, visualizam e operacionalizam sua inserção em processos de trabalho junto à PPAS<sup>5</sup>; e) relacionar as conceituações dispostas nos documentos/resoluções/legislações que versam sobre o trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais junto a PPAS com as opiniões emitidas pelos profissionais entrevistados.

Para responder a esses objetivos optou-se pelo desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, documental e empírica através da realização de entrevistas com os profissionais inseridos na política pública de assistência social do município de Caxias do Sul/RS, mediados pelo aporte do método dialético crítico.

Fez-se essa escolha baseado no fato de que a dialética viabiliza o desvendamento das “estruturas dos processos sociais, das determinações contraditórias dos processos que constituem os fenômenos” (GUERRA, 2007, p. 29).

O método dialético-crítico atua enquanto diretriz analítica na condução do pensamento, no entendimento do “movimento dialético da realidade [...] de modo processual, aproximativo e reflexivo, à compreensão da relação dialética entre universalidade e singularidade e suas conversões em particularidades” (GUERRA, 2007, p. 178) e demanda o estudo da realidade em seu movimento histórico, analisando as partes em constante relação com a totalidade a partir de uma visão dinâmica, articulando o princípio da conexão universal dos objetos e fenômenos, o

---

<sup>2</sup> Fontes de pesquisa: Código de Ética do Serviço Social, Lei de Regulamentação da Profissão, Diretrizes Curriculares e textos de autores reconhecidos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Conselho Federal de Serviço Social.

<sup>3</sup> Fontes de pesquisa: NOB-RH/SUAS, documentos da VIII Conferência Nacional de Assistência Social e ensaios teóricos correlacionados.

<sup>4</sup> Fontes de pesquisa: Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais junto à Política Pública de Assistência Social e artigos referentes à temática.

<sup>5</sup> Fontes de pesquisa: entrevistas realizadas com assistentes sociais lotados junto à Política Pública de Assistência Social do município de Caxias do Sul.



princípio de movimento permanente e do desenvolvimento e o princípio do conflito e da contradição.

Destarte, as categorias do método utilizadas nas etapas de pesquisa referentes à análise e interpretação dos dados são: contradição, historicidade, totalidade e mediação.

Nesse contexto, a **contradição** não é apenas entendida enquanto categoria explicativa do real, “mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade” (CURY, 1995, p. 30). Assim, servirá enquanto subsídio para a compreensão do movimento da realidade estudada, bem como do processo que originou sua constituição.

A categoria **historicidade** se constitui principalmente calcada no movimento, isto é, se dá “pela produção de condições necessárias que garantem uma regularidade relativa aos fenômenos e práticas sociais” (GUERRA, 2007, p. 32). Utilizar-se-á enquanto subvenção para analisar a construção histórica dos temas pesquisados.

A categoria **totalidade** refere-se à visão de conjunto, ou seja, “é a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada” (KONDER, 2005, p. 37). Trata-se do “conjunto total das relações e complexos sociais que compõem as sociedades em cada momento histórico” (LESSA, 1999, p. 27). A totalidade irá indicar o caminho de análise a ser construído.

A categoria **mediação**, conforme indicada por Marx, visa à análise crítica da totalidade social articulando os elementos universais, particulares e singulares que a compõem. Servirá enquanto subsídio para assegurar a análise relacionada ao movimento das relações sociais estabelecidas e a reprodução social da vida, tendo em vista “que o real não é visto numa divisibilidade de processos [...], mas numa reciprocidade em que os contrários se relacionem de modo dialético e contraditório” (CURY, 1995, p. 27).

Em relação as categorias explicativas da realidade, foram definidas o Trabalho, Serviço Social e Política Pública de Assistência Social, explicitadas no decorrer dessa dissertação e fundamentadas na literatura da área do Serviço Social que sistematizada sobre a temática orientativa desta pesquisa.

Para tanto, utilizou-se enquanto abordagem de pesquisa a quanti-qualitativa, pois parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o

sujeito. Além disso, esta abordagem privilegia a participação dos sujeitos pesquisados no processo de pesquisa, permitindo “a produção de interpretações mais próximas dos contextos das situações” (GROULX, 2008, p. 99), demonstrando a diversidade dos pontos de vista institucionais, profissionais e pessoais dos sujeitos envolvidos, tornando os resultados mais fidedignos.

Sobre a composição do universo de pesquisa, definiu-se o seguinte: a) pesquisa bibliográfica - livros e artigos de periódicos pertinentes a área do Serviço Social e Políticas Sociais; b) pesquisa documental - legislações e resoluções emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho Federal e Regionais de Serviço Social a partir de 2004; c) pesquisa empírica - assistentes sociais (cinquenta e dois)<sup>6</sup> inseridos na operacionalização da PPAS do município de Caxias do Sul.

Para a delimitação da amostra da pesquisa bibliográfica e documental foi estabelecido o critério de que corresponderiam aquelas bibliografias e documentos que realizassem o debate sobre as bases teórico metodológicas do trabalho e processos de trabalho vinculado à PPAS.

Com relação a pesquisa empírica, enquanto orientação para a seleção dos sujeitos definiu-se, a priori, a utilização de uma amostra probalística não intencional. Os critérios de inclusão selecionados foram : que os profissionais estivessem vinculados a instituição onde encontrava-se inserido há mais de dois anos ; que houvesse paridade de profissionais inseridos na rede pública e conveniada e paridade na modalidade de proteção básica e especial e ; disponibilidade dos mesmos em participar da pesquisa.

Sendo assim, a amostra correspondeu a 13<sup>7</sup> assistentes sociais<sup>8</sup>, sendo que destas: quatro estão vinculados a rede pública e proteção básica ; três vinculados a rede pública e proteção especial ; três vinculados a rede conveniada e proteção básica e três vinculados a rede conveniada e proteção especial. Importa observar que a seleção das assistentes sociais se deu de forma não-intencional, através da disponibilidade dos mesmos em participar da pesquisa.

Na fase de coleta de dados foi desenvolvida a revisão de literatura sobre a

---

<sup>6</sup> Este número corresponde aos profissionais que atuam tanto na esfera pública como privada, conforme dados coletados junto a Fundação de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social do município de Caxias do Sul.

<sup>7</sup> No projeto de pesquisa elaborado haviam sido definidos 16 sujeitos enquanto amostra, porém no desenvolvimento da pesquisa somente foi possível à realização de 13 entrevistas.

<sup>8</sup> Importa observar que a amostra foi constituída somente de assistentes sociais do gênero feminino.

temática *trabalho, processos de trabalho, serviço social e política de assistência social*. A seleção do material sobre a temática se deu a partir das categorias explicativas da realidade definidas a priori, ou seja, trabalho, serviço social e política pública de assistência social objetivando sistematizar “a discussão [e reflexão] teórica, do estudo de autores reconhecidos, [...] na construção de interpretações esclarecedoras e/ou elaboração de novos subsídios teóricos” (BUOGO *et al*, 2006, p. 107).

Nesta fase foi utilizado um instrumento que permitiu pinçar das obras escolhidas os temas, os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo. O instrumento em questão refere-se a um **roteiro para pesquisa bibliográfica** que se encontra detalhado no Apêndice B.

Para a coleta de dados da pesquisa empírica<sup>9</sup> utilizou-se de um roteiro que está disposto no Apêndice C. Na etapa de análise dos dados utilizou-se como referência a análise de conteúdo, uma vez que através dela torna-se possível compreender criticamente o sentido do que está sendo estudado, seu conteúdo manifesto ou latente e seus significados explícitos ou ocultos. Esse procedimento constitui-se em uma outra forma de olhar para as comunicações, formando “parte de uma visão mais ampla e [fundindo-se] nas características do enfoque dialético” (TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

A análise de conteúdo foi efetivada a partir de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise foram organizados os materiais, sistematizadas as ideias e realizado a leitura superficial do material. Na etapa de exploração do material foi realizada classificação dos dados e constituição do corpus de análise a partir das transcrições das entrevistas e, formados quadros organizativos com base nas: respostas de cada entrevistado, categorias explicativas da realidade, categorias empíricas e observações. E por fim, no tratamento dos resultados foi realizada a interpretação dos dados obtidos nas entrevistas articulados aos objetivos da pesquisa e a fundamentação teórica.

Referente aos cuidados éticos importa destacar o contato inicial com os entrevistados juntamente do envio do projeto de pesquisa para consulta prévia. Posteriormente, apresentou-se para os sujeitos partícipes as Cartas de autorização

---

<sup>9</sup> Importa salientar que anterior à coleta de dados foi realizada a testagem do instrumento de pesquisa junto a um assistente social inserido junto à PPAS escolhido de forma aleatória dentre o universo delimitado.

dos Chefes dos Serviços, bem como o Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para que os mesmos pudessem apropriar-se de seu conteúdo e consentir com a realização da entrevista. Por último, cabe destacar que foi esclarecido sobre o processo de socialização dos dados coletados através da publicização da dissertação quando finalizada.

Com isto, destaca-se que a exposição dos resultados preliminares dessa dissertação está organizada pela presente introdução, seguida dos capítulos II, III; IV; Considerações finais, Referências utilizadas no decorrer do texto, seguido dos apêndices e anexos.

O capítulo II apresenta o debate sobre a adoção da perspectiva teórica desenvolvida por Marx pelo Serviço Social enquanto diretriz para a profissão. Além disso, aborda a alienação e ideologia dominante circunscritas na intervenção profissional e caracteriza a profissão enquanto especialização do trabalho coletivo, dando visibilidade para como esse aspecto aparece inscrito junto ao projeto ético político. Ademais, expõe os dados coletados junto à pesquisa empírica que indicam a apreensão dos assistentes sociais sobre os elementos que compõe os processos de trabalho.

No capítulo III encontram-se as considerações sobre a trajetória histórica da política de assistência social analisada a partir da conformação das políticas sociais no Brasil. Este item também apresenta os principais avanços e limites verificados ao longo de sua implementação, bem como a percepção dos assistentes sociais entrevistados sobre a atual organização da assistência social.

Já o capítulo IV expõe a interlocução do trabalho entre o trabalho do assistente social e a política pública de assistência social a partir dos dados coletados junto à pesquisa documental e empírica.

## **2 A CATEGORIA TRABALHO EM MARX: A PERSPECTIVA TEÓRICA ADOTADA PELO SERVIÇO SOCIAL**

O trabalho, filiado a matriz teórica social crítica, possui uma função social produzindo os bens materiais indispensáveis à reprodução das diferentes sociedades e constitui-se como uma categoria que, “além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade” (NETO; BRAZ, 2007, p. 29).

Desse modo, parte-se da compreensão do trabalho enquanto fundador da sociabilidade humana, reconhecendo que as relações sociais constituídas historicamente “sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana” (GRANEMANN, 2009, p. 225).

Essas compreensões delimitam o escopo de análise que pauta a centralidade do trabalho na vida humana, bem como demarcam a necessidade de apreensão do progresso humano a partir do desenvolvimento de novos meios de trabalho.

Nessa ótica, nos itens que seguem será desenvolvido o aprofundamento dessa perspectiva dialogando com o reconhecimento do Serviço Social enquanto especialização do trabalho e inserção dos profissionais em processos de trabalho, relacionando com as percepções dos assistentes sociais partícipes da pesquisa empírica.

### **2.1 O TRABALHO ENQUANTO FUNDANTE DA VIDA SOCIAL**

Analisar a realidade social a partir da categoria trabalho permite uma compreensão calcada na totalidade da atividade humana incluindo as relações dialéticas constituídas na materialidade da vida social.

A ousadia de colocar o trabalho em primeiro plano abarcou a realidade do mundo de forma a encarar a sua hierarquização não mais do ponto de vista da realidade imediatamente dada, mas como produto de relações originalmente humanas, mediadas pelo trabalho, com seu conteúdo abstrato ou intelectual como algo proveniente do contato com a materialidade. (RANIERI, 2011, p. 126).

Partindo da totalidade, apreende-se o trabalho enquanto um processo

estabelecido entre homem e natureza, “um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1983, p. 149). O homem compreende a matéria natural enquanto força natural e vital para sua sobrevivência e coloca “em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1983, p. 149).

Essa apropriação sobre a natureza externa a ele acaba por transformá-la, assim como o homem acaba por transformar a si próprio, uma vez que o processo de criação, do ponto de vista subjetivo, é também processo de autocriação dos seres humanos. Do exposto depreende-se que,

O homem não é apenas um ser que se produz pelo trabalho, mas um ser que se autoproduz, dado que humaniza o mundo natural e socializa-se a si mesmo, sendo capaz de projetar-se finalidades. Neste processo de autocriação, que se realiza pela práxis, o homem supera sua natureza animal e vincula-se ao gênero humano (GUERRA, 2007, p. 81-82).

A partir do trabalho o homem potencializa sua relação com a natureza, tornando-se esta a condição fundante da vida humana, independente da forma de sociedade a qual se encontra inserido. Nesse processo de apropriação da natureza, o homem satisfaz e ao mesmo tempo produz novas necessidades sociais e valores de uso, tornando possível a produção de tantos quantos bens for capaz de projetar e criar.

Partindo da concepção proposta pela teoria social crítica, é possível destacar algumas características essenciais do trabalho, sejam elas:

- *A dimensão teleológica*, ou seja, a

capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho, de modo que, ao realizá-lo, não apenas provoca mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins (IAMAMOTO, 2011, p. 40).

Nesta lógica, o trabalho parte de uma finalidade que é antecipada idealmente.

- *O uso e a criação de meios de trabalho* utilizados para viabilizar a efetivação da intencionalidade proposta antecipadamente: “indicadores das condições sociais sob as quais se efetua o trabalho especificadamente humano e do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana” (IAMAMOTO, 2011, p. 41). Concebendo que o trabalho é algo desenvolvido e aprimorado pelos

homens, com o desenvolvimento das capacidades humanas, ele passa “a exigir [novas] habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante aprendizado” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 31).

- E a *criação de novas necessidades*, pois o trabalho não objetiva atender determinadas necessidades, uma vez que a capacidade humana de criação é ilimitada. Assim, nesse processo de satisfação de novas necessidades, “a ação de satisfazê-las e os instrumentos criados para a sua consecução desdobram-se em novas necessidades sociais e na produção de impulsos para o consumo” (IAMAMOTO, 2011, p. 41).

Destarte, a partir do trabalho o homem reafirma sua capacidade teleológica e afirma-se enquanto um ser criador, diferente dos demais animais, pois não age baseado somente em instintos, mas sim através do pensamento, consciência e razão.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de sua colmeia. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto idealmente. (MARX, 1983, p. 149).

Em consonância a Marx, o trabalho se dá numa relação mediada entre o sujeito (homens) e o objeto (natureza). Para tanto, há uma articulação entre o desenvolvimento de meios de trabalho para efetivação da ideia projetada inicialmente, ou seja, há uma prefiguração do trabalho a ser desenvolvido, desencadeando uma transformação material na natureza.

A realização do trabalho somente se efetiva “quando [a] prefiguração ideal [finalidade antecipada] se **objetiva**, isto é, quanto à matéria natural, pela **ação material** do sujeito, é **transformada**” (NETTO, BRAZ, 2007, p. 32, grifos do autor).

Nessa perspectiva Marx sinaliza sobre a relação entre homem e natureza do ponto de vista da mediação da consciência, evidenciando que o trabalho assume uma forma específica quando a consciência se torna um fenômeno central na sua consecução. Sobre este tema, Ranieri (2011) explicita que:

toda atividade humana está determinada por certo ingrediente de

intencionalidade – a consciência é responsável tanto pela reprodução conceitual (a abstração que coloca no centro da atividade, ao mesmo tempo, a conexão entre meios e fins e também a ideação prévia a respeito do objeto) como pela produção espiritual, esta resultante da atividade mais complexa do ser humano, na esfera de criação já distanciada da relação imediata entre homem e natureza, mas cuja complexificação só tornou-se possível graças à socialização primeira do elemento natural. (p. 130).

Nesse sentido, a abstração materializa-se enquanto possibilidade de compreensão objetiva das forças externas ao homem (natureza) e sua utilização em próprio benefício, ao mesmo tempo em que se configura enquanto matéria resultante desse mesmo processo.

Essa elaboração teórica está calcada no pressuposto de que a “vida humana não poderia configurar-se como tal se a própria humanidade não tivesse se apropriado das forças exteriores a ela e compreendido os elementos causais internos à realização dessas forças” (RAINERI, 2011, p. 131).

Dessa forma, verifica-se que o trabalho implica principalmente, um movimento indissociável em dois planos:

- *Material*: pois produz “objetos a serem utilizados pelo homem, produz meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material” (IAMAMOTO, 2007a, p. 428), e resultam na transformação material da natureza.
- *Subjetivo*: pois o trabalho é “processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, aperfeiçoando aquelas inerentes a sua espécie, tornando-as mais humanas e criando novas necessidades” (IAMAMOTO, 2007a, p. 428).

Assim, a efetivação do trabalho constitui o que se denomina objetivação do sujeito que o realiza. Em suma: *o trabalho é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana*, portanto não pode ser analisado somente a partir da perspectiva da produção material, pois assim estaria sendo anulado o caráter teleológico de sua composição.

Para a compreensão de como se dá essa relação, Marx desenvolveu categorias para explicitar a composição do processo de trabalho. Nesse sentido, o processo de trabalho é, então, uma *atividade orientada a um fim*, que agirá sobre o *objeto de trabalho* ou matéria-prima, modificando-a através de *meios de trabalho* e da capacidade teleológica e objetivando a transformação da realidade social.



É, sobretudo uma combinação da forma e do espaço de realização da produção efetivada sob certas condições. Condições estas determinadas pelas relações sociais vigentes numa dada formação social e traduzidas em normas, relações organizacionais e conteúdos (ALMEIDA, 1996, p. 32).

A **atividade orientada a um fim** refere-se à finalidade/intencionalidade, ou seja, “é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas [...]” (MARX, 1983, p. 153).

Para tanto, há a necessidade de definição do **objeto de trabalho** que se trata de tudo aquilo sobre o que incide o trabalho humano. Assim, “o objeto é extensão de uma existência subjetiva, ou seja, é exteriorização da capacidade humana para a consecução dessa mesma atividade” (RAINERI, 2011, p. 130).

O objeto de trabalho, em outras palavras, é “a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas operativa, efetivamente, contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele” (MARX, 2004, p. 85).

Para incidir no objeto torna-se necessária a constituição de **meios de trabalho**, ou seja, tudo aquilo que o homem se vale para trabalhar. Na concepção de Marx (1983), os meios referem-se a “uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de suas atividades sobre o objeto” (p. 150).

Marx observava que conforme o desenvolvimento das forças de trabalho os meios podem ir se modificando e demandando a constituição de novos meios de trabalho. Exemplo desse processo é a própria terra que por origem é um meio de trabalho ao homem, contudo, “para servir como meio de trabalho na agricultura demanda uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho” (MARX, 1983, p. 150).

Em outras palavras, os meios de trabalho servem enquanto balizadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, bem como indicadores das condições sociais estabelecidas para a operacionalização do trabalho.

E por fim, tem-se o produto, ou seja, “aquela forma por meio da qual a apropriação da natureza é apropriação humana, objetivação da atividade do sujeito” (RAINERI, 2011, p. 130). Para tanto, os “produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho” (MARX, 1983, p. 151).

A mediação desses elementos produz a concretização do trabalho enquanto

ação operada em uma determinada realidade social. Contudo, importa apreender a dinâmica desse movimento, uma vez que o mesmo é permeado de elementos vinculados à ideologia dominante e a alienação. Assim, no item 2.1 será realizado o debate sobre algumas características que compõe esse processo permear.

## 2.2 A ALIENAÇÃO E A IDEOLOGIA DOMINANTE CIRCUNSCRITAS NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Conforme Marx, o valor do trabalho “nada mais é que o valor da força de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção” (MARX, 2006, p. 115). Com essa afirmação, Marx pontua uma diferença existente entre valor do trabalho e valor da força do trabalho, destacando duas conclusões:

- *Primeiro*, “o valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões valor e preço do trabalho careçam de sentido” (MARX, 2006, p. 116).
- *Segundo*,

ainda que apenas uma parte do trabalho diário do operário seja paga, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado, ou sobretrabalho, seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago (MARX, 2006, p. 116).

Essas conclusões auxiliam na compreensão da diferença entre o trabalho assalariado e as outras formas históricas do trabalho, pois na lógica do trabalho assalariado todo o tempo dispensado no processo de produção, incluindo aquele que excede o trabalho remunerado, parece caracterizar-se enquanto trabalho pago. Já nas outras formas de trabalho era explícito o caráter de gratuidade no trabalho desenvolvido, garantido através da força e violência.

Para melhor explicitar esse processo de exploração do tempo de trabalho dispensado pelo trabalhador, Marx realiza uma comparação entre os regimes de trabalho escravistas/servos e o trabalho assalariado capitalista. Em sua análise é possível observar que o trabalho assalariado se apresenta com maior capacidade para realizar a exploração do trabalhador, pois nos dois primeiros tipos de trabalho (escravistas/servos) a relação existente entre o proprietário da terra e os “trabalhadores” não era regida por nenhum tipo de contrato de trabalho, pelo

contrário, se sabia da relação de exploração e o estabelecido era apenas a mínima condição de sobrevivência para garantir o processo de produção.

Já no trabalho assalariado a formalização do contrato forja a ideia de que não há relação de trabalho gratuito, pois o mesmo é completamente remunerado. Esta comparação auxilia na compreensão de que “no primeiro caso, o trabalho não remunerado é visivelmente arrancado pela força; no segundo, parece entregue voluntariamente” (MARX, 2006, p. 117).

A partir da teoria do valor trabalho fica explícito o processo de exploração compreendido pelos capitalistas sobre os trabalhadores. Contudo, a socialização desta reflexão não é de interesse dos capitalistas, pois como condição para o contínuo processo de exploração há a necessidade da alienação por parte dos trabalhadores com relação aos processos de trabalho em que se inserem.

Neste viés, Marx inferia que o processo de trabalho e o processo de formação de valor eram constituintes de uma unidade do modo de produção capitalista que abrangia subsídios para além dos elementos básicos do processo de trabalho. Esses subsídios configuram-se nas relações sociais que permeiam e definem o modo de como é garantido à formação do valor e, conseqüentemente, exploração dos trabalhadores.

Essa dinâmica refere-se à divisão social do trabalho, que na lógica capitalista, determina que os sujeitos criem produtos determinados pelo elemento social do valor de troca. “Trata-se da divisão social de trabalho de estrutura histórica determinada, na qual o indivíduo encontra-se determinado pela sociedade” (IAMAMOTO, 2007a, p. 419). Com isto, é possível observar que o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho corresponde diretamente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, lamamoto (2007).

Assim, derivado da fragmentação em unidades de produção e da compartimentalização do trabalho identifica-se a categoria alienação permeando o processo produtivo e impondo que:

o processo de trabalho seja responsabilidade de segmento exterior, viabilizando mesmo a plena utilidade da força de trabalho em favor da acumulação e preservação do modo de vida burguês por meio da conversão das fases do processo de trabalho a momentos divorciados como trabalho parcelado e socialmente estranho ao trabalhador individual (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.114).

Nessa ótica, com a modernização dos processos de trabalho há uma acentuação da compartimentalização do trabalho e o aprofundamento da concepção que separa a fase de prefiguração ideal do trabalho da fase de operacionalização do mesmo.

O trabalhador apreende o trabalho e seu resultado enquanto parte de um processo cuja lógica de organização lhe é estranha, pois não consegue identificar no produto a sua força de trabalho empregada.

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa [...] em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele foca; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais imponente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito o servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82).

Essa compreensão se constitui enquanto chave para a organização e controle do processo de trabalho na contemporaneidade e assegura a subordinação do trabalhador e a sua desqualificação, além de produzir uma padronização do comportamento dos trabalhadores.

Transversal a este movimento identifica-se a relação linear entre as determinações estruturais e a autonomia relativa dos trabalhadores que a priori voltam-se para a garantia do controle da produção, condicionados por questões referentes à reestruturação produtiva como, por exemplo, o medo do desemprego e a própria alienação, independente da forma de contratação e/ou contratante.

Destarte, importa salientar que essa relação é composta por elementos contraditórios, pois “o processo de trabalho é tanto a realização objetiva do trabalho como a materialização das relações entre os agentes diferenciados do processo produtivo” (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.116). Isto significa que o trabalho se realiza por meio de relações de disputas e tensionamentos entre os sujeitos implicados.

Neste contexto, a tipicidade do modo de produção capitalista,

é fundamentalmente a tipicidade das relações sociais que determinam todo o processo produtivo, mas que, por força das condições de sua existência e reprodução, aparecem invertidas, ou seja, aparecem não como relações entre os homens, mas entre coisas (ALMEIDA, 1996, p. 32).

Inserido nas relações capitalistas, o trabalhador, bem como os demais sujeitos sociais, tem sua consciência pessoal e identidade suprimidas pela consciência social, ou seja, aquela forjada pelas padronizações e determinações estruturais. Nesse cenário o homem se massifica passando a integrar o “todo social” e deixando de ser um indivíduo singular. Daí decorre a compreensão do homem enquanto coisa e/ou objeto, pois “deixa de ser homem, criatura consciente e capaz de tomar decisões, para se tornar coisa, objeto” (BASBAUM, 1982, p. 18).

Destarte, a alienação não é algo natural aos homens, ela é compreendida enquanto resultado do processo de apropriação privada do trabalho pelo capital, se intensificando principalmente pelo fato de que a subsistência dos homens depende da venda de seu bem de valor mais precioso – sua força de trabalho. Em outras palavras, “a alienação se manifesta por uma parte porque o meio de subsistência *de um sujeito* pertence a *outro*, porque o objeto de desejo *de um sujeito* é o bem inacessível de *outro*, e por outra parte porque toda coisa é em si mesma *outra* que ela mesma” (BASBAUM, 1982, p.18).

Isso significa que o trabalho inserido no modo de produção capitalista não produz somente mercadorias; ele acaba produzindo a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. Marx pontua esta questão explicando como se dá esse processo:

o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. (MARX, 2004, p. 80).

Assim, o trabalho enquanto atividade vital aos homens aparece mascarado apenas sob a forma de meio para a satisfação das necessidades básicas e manutenção de sua sobrevivência. “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*” (MARX, 2004, p. 85).

Entendendo o homem enquanto ser genérico, depreende-se que o estranhamento desencadeado pelo processo de alienação ocasiona a redução da livre atividade humana, transformando a vida genérica em meio para a manutenção da sua existência física e produzindo dois principais resultados imediatos, sejam eles:

- do ser genérico do homem “um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual” (MARX, 2004, p. 85);
- estranhando o ser genérico que é o produto de seu trabalho, há o estranhamento do homem pelo próprio homem, ou seja, o *auto-estranhamento* (MARX, 2004).

Esse estranhamento entre os homens deriva do fato de que o trabalhador não possui gerência sobre o produto de seu trabalho, por vezes, inclusive desconhecendo a finalidade da sua produção. Além disso, a riqueza<sup>10</sup> derivada desse resultado não lhe pertencerá integralmente e por vezes nem será de conhecimento do trabalhador.

Para explicar este processo, Marx (2004) pontua sob a relação prático-efetiva que evidencia o auto-estranhamento.

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhes são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele esta para com estes outros homens. Assim como ele engendra a sua própria produção para a sua desefetivação, para o seu castigo, assim como engendra o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho a atividade não própria deste (p. 87).

A partir disso, ficam evidentes os resultados do processo da divisão do trabalho, pois “torna o trabalho do indivíduo tão unilateral quanto multilaterais são suas necessidades, fazendo com que seu produto sirva-lhe apenas enquanto meio de troca, visto que o trabalho não é diretamente social” (IAMAMOTO, 2007a, p. 420). Aliado a isso se evidencia a intensificação do caráter abstrato do trabalho em detrimento do trabalho concreto empregado.

Desse modo, apreendendo o processo de estranhamento cabe um questionamento: o que garante a manutenção da exploração dos trabalhadores?

Esta reflexão demanda o reconhecimento da existência de uma “ideologia dominante” que “legitima a existência de certas formas de dominação, as representações [dos sujeitos sociais e políticos], detidas no aparecer social e determinadas pela separação entre trabalho e pensamento” (CHAÚÍ, 2007, p. 30).

---

<sup>10</sup> A riqueza aqui tratada pode referir-se tanto aquela relativa diretamente ao lucro quanto em outras áreas como, por exemplo, os serviços aos resultados alcançados a partir do trabalho desenvolvido.

Sob essa perspectiva a ideologia compõe um “corpo de representações e de normas através do qual os sujeitos sociais e políticos se representarão a si mesmos e à vida coletiva” (CHAUÍ, 2007, p. 30).

No capitalismo, a ideologia desempenha a função de constituir representativamente um modo de “aparecer social” que conforma as diferentes formas de ser em um único “conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações todas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta” (CHAUÍ, 2007, p. 30).

Neste contexto, verifica-se que no Brasil historicamente a ideologia realizou-se através de um discurso elitizado que justifica a legitimação do poder através da disseminação de ideias que naturalizam a desigualdade.

E é esta ideologia dominante que garante a reprodução da alienação e preserva as condições históricas de exploração dos trabalhadores. Através da ideologia se constitui “um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal” (CHAUÍ, 2007, p. 32).

Essa dinâmica dificulta a organização e o fortalecimento dos movimentos contrários a essa forma de exploração, pois confere poder aqueles que ocupam os espaços estratégicos sociais e políticos. Além disso, a conformação de uma cultura política pautada pelos valores e interesses de uma determinada parcela da população contribui cada vez mais para intensificar os processos de alienação vivenciados historicamente.

Partindo deste viés e compreendendo o Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho torna-se possível identificar elementos desse estranhamento nas intervenções realizadas pelos assistentes sociais. Contudo, para melhor apreensão de como se dá essa relação o tema será melhor debatido no item que segue.

### 2.3 O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO

Apreende-se o Serviço Social como “um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica dos indivíduos sociais”

(IAMAMOTO, 2007b, p.69), bem como incide no processo de dominação social.

Assim, enquanto uma especialização do trabalho coletivo se insere na divisão social do trabalho para responder as necessidades sociais derivadas das relações sociais entre classes. Tem uma função e um significado social “[...] viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população” (IAMAMOTO, 2007b, p. 67).

Sua inserção junto ao mercado de trabalho se dá intermediada por um processo de compra e venda da sua força de trabalho, vinculando os assistentes sociais a relações de contratação em instituições públicas e/ou privadas. Como consequência dessa relação, Guerra (2007) aponta para a conversão da sua força de trabalho em mercadoria, pela via da prestação de serviços, transformando o trabalho concreto em trabalho geral e adquirindo a forma de valor.

Do exposto depreende-se que o assistente social “vende um conjunto de procedimentos histórica e socialmente reconhecidos, que tanto determina as condições de existência da profissão quanto circunscreve previamente a intervenção profissional” (GUERRA, 2007, p. 155).

Assim, o assistente social caracteriza-se como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho especializada aos empregadores (seja o próprio Estado, bem como outras instituições) em troca de um salário. Em decorrência disso, o caráter social do seu trabalho é permeado de duas principais dimensões:

a) enquanto trabalho útil atende as necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato - , mero coágulo de tempo de trabalho social médio - , possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social. (IAMAMOTO, 2007a, p. 421).

Neste cenário, o vínculo de trabalho constituído pela categoria é, na grande maioria das vezes, mediado pelo Estado, quer diretamente ou mesmo prestando ações indiretamente. Cabe destacar que uma parcela significativa de assistentes sociais encontram-se inseridos junto as políticas sociais e essa questão produz algumas particularidades que necessitam um destaque, sejam elas:

a) O caráter contraditório das políticas sociais atuais, pois ao mesmo tempo em que são pensadas enquanto estratégias para redução das expressões da



questão social elas não impactam no processo de produção da questão social. Em outras palavras, as políticas sociais atuais não dão conta de romper com os processos de reprodução da desigualdade e atuam enquanto minimizadoras do conflito entre capital e trabalho.

- b) A autonomia relativa dos assistentes sociais, uma vez que sua intervenção depende do processo de correlação de forças estabelecido entre as demandas dos usuários, da instituição e das diretrizes definidas coletivamente pela profissão e expressas no Projeto Ético Político. Isso pressupõe que o assistente social realize as devidas mediações objetivando desvelar o objeto de intervenção baseado pela direção ético política adotada pela categoria.
- c) Supervalorização do assistente social na operacionalização da política de assistência social criando o falso ideário de que ele é o responsável exclusivo pela mesma, pois historicamente o Serviço Social foi a profissão que teve um protagonismo significativo em seu direcionamento, contudo enquanto política social ela é composta por diversos trabalhadores e permeada de diferentes interesses como, por exemplo, dos próprios usuários representados através dos Conselhos de direitos. Neste cenário cabe destacar a imprescindibilidade do trabalho interdisciplinar e a compreensão da política enquanto campo de tensionamentos e disputas.

Estas particularidades são pressupostos de análise nessa dissertação, uma vez que os trabalhadores pesquisados possuem vínculo e encontram-se “submetidos à razão do Estado, que é sociopolítica, voltada para a coletividade, [...], o que não implica desconhecer que o Estado representa a condensação de forças presentes na sociedade, dispondo de um nítido caráter de classe” (IAMAMOTO, 2007b, p. 103).

Dessa forma, a relação dos assistentes sociais com a esfera estatal por vezes, produz o imaginário de que sua intervenção independe de vinculação com o capital ou determinada classe social, pois teoricamente não tem relação com a exploração do trabalho. Contudo, essa interpretação pode gerar dois principais equívocos:

O *primeiro* refere-se ao obscurecimento da relação de contratação e consequentemente assalariamento dos profissionais. Esta condição, resultante das funções sociais atribuídas aos assistentes sociais, condicionam suas ações às funções determinadas por seu contratante. “Ao não se perceber como trabalhador

assalariado, desprovido dos meios de produção, o assistente social pode acreditar na sua autonomia, que somente se explicita no plano jurídico-formal” (GUERRA, 2007, p. 156).

O profissional não dispõe de todos meios e recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho, pois os mesmos são de propriedade dos empregadores. Esta constatação resulta de certa forma, na moldagem da sua inserção socioinstitucional e dá visibilidade para a *autonomia relativa* da profissão.

O *segundo* equívoco é relativo à função política da categoria. Nessa ótica a intervenção profissional enquanto prestação de serviços e afastada da relação direta entre capital e trabalho, pode ser forjada a ideia de que o assistente social não participa diretamente do embate inerente entre a classe trabalhadora e os capitalistas, reiterando a concepção de que não pertence a uma classe social e a lógica de atuação enquanto mediador de justiça, uma vez que “os serviços passam a significar a possibilidade de reposição de parte da mais-valia expropriada do trabalho pelo capital” (GUERRA, 2007, p. 157).

Contudo, faz-se necessário ter visível o papel claramente político do assistente social, desempenhando uma função “que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sócio-técnica do trabalho” (MONTAÑO, 2007, p. 30). Partindo dessa perspectiva, resgata-se o caráter coletivo do trabalho inserido junto às demais especializações do trabalho que tende a demarcar alguns aspectos importantes que reverberam no cotidiano profissional.

Um desses aspectos refere-se ao *viés fatalista* do Serviço Social fundado em uma visão determinista da lógica do capital, esvaziada da dinâmica contraditória presente na realidade social e imbuída de diversos elementos reiteradoras da lógica conservadora e paternalista. “O veio determinante dessa análise é a ótica do poder, mas de um pseudopoder monolítico em que o assistente social se vê asfixiado, nada lhe restando fazer a não ser denunciar ou lamentar” (IAMAMOTO, 2004, p. 123).

Derivado desta visão encontram-se dois tipos de profissionais:

- a) os “acomodados” que atuam de forma tuteladora e paternalista, pois não vislumbram possibilidades de transformação na realidade em que atuam. Filiado a essa concepção é possível identificar a adesão dos trabalhadores a ideologia dominante, pois no discurso propagado não há conflito de classes, uma vez que o capital já predomina sobre as demais relações e o profissional

reproduz os preceitos organizativos da instituição que representa, seja ela pública ou privada. Além disso, não se percebe investimentos em qualificação profissional e a intervenção se baseia na premissa do “fazer”, incluindo, muitas vezes, práticas despojadas de cientificidade. Nesse cenário encontram-se os discursos reprodutores do ideário de que não há possibilidades e de que “nada adianta, pois sempre foi assim”.

- b) aqueles que discursam e defendem os trabalhadores admitindo a existência do embate e pressões sofridas pela classe trabalhadora, porém que somente reconhecem os espaços formais de política, “como se a luta de classes estivesse espacialmente determinada. Como se a luta de classes não afetasse o cotidiano da vida social, as organizações institucionais, as relações de poder que aí estão inscritas” (IAMAMOTO, 2004, p. 124). Estes profissionais atuam a partir de ações individualistas e pontuais, desvinculadas da coletividade profissional.

O segundo aspecto trata da *visão messiânica e a-histórica* da profissão, fundada em um caráter voluntarista e individualista da intervenção profissional. Nessa ótica, identifica-se o discurso mágico e romântico, negador de análises calcadas a partir da história, totalidade, mediação e contradição, bem como de todo arcabouço teórico-metodológico e ético-político constituintes do Serviço Social. O assistente social filiado a esta concepção atua muitas vezes de forma basista, fundamentado em sua “boa vontade” e valores particulares.

Essas duas interpretações equivocadas são responsáveis pelo fortalecimento da herança conservadora<sup>11</sup> do Serviço Social que nega o surgimento da profissão enquanto um produto “dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica” (MONTAÑO, 2007, p. 30).

Reforça ainda a concepção do Serviço Social tradicional que justifica a evolução da profissão a partir da “evolução da ajuda, racionalização da filantropia e/ou organização da caridade” (NETTO, 2006) e assenta sua intervenção em práticas reformistas e naturalizantes.

Além disso, ao operar ações sem as devidas mediações teóricas necessárias,

---

<sup>11</sup> Para maior aprofundamento sobre o pensamento conservador e as novas bases em que se apresenta, consultar “Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro” de Josiane Soares Santos, editora Cortez, ano 2007.

ao não compreender o significado social e político da profissão, ao não atentar para as diversas formas de representação que estão incorporadas pela profissão

ao conceber as relações sociais entre sujeitos envolvidos neste processo como neutras, os assistentes sociais suprimem o conteúdo social de suas ações e incorporam (acriticamente) o conteúdo funcional e tradicionalmente atribuído pela ordem burguesa. (GUERRA, 2007, p. 150).

Paradoxalmente a esta perspectiva que parte de uma compreensão conservadora baseada em elementos inerentes ao senso comum, identifica-se a conformação de uma concepção crítica da profissão pautada por um direcionamento alicerçado em princípios e diretrizes que colocam o Serviço Social no patamar de trabalho e não mais prática<sup>12</sup>, e o caracterizam enquanto “uma atividade que tem uma necessária dimensão ética, como atividade direcionada a fins, que tem a ver com valores, com o dever ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento e ético-moral” (IAMAMOTO, 2007b, p. 61).

Para tanto, filiado a esta compreensão, observa-se que o desenvolvimento do trabalho do assistente social possui como premissas<sup>13</sup> competências teóricas, técnicas e políticas que viabilizam a descoberta de alternativas e possibilidades junto a sua inserção nos diferentes processos de trabalho em que se encontram.

Partindo de um movimento dialético estas competências se articulam conformando um desenho onde a dimensão teórico-metodológica fundamenta a dimensão técnico-operativa a partir das premissas contidas na dimensão ético-política. Assim, fundamentam a necessidade dos assistentes sociais desenvolverem a capacidade de saber formular propostas que “[...] façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida” (IAMAMOTO, 2007b, p.21).

Esta característica fica explícita quando verificado que o trabalho do assistente social exerce influência direta na produção e reprodução nas condições

---

<sup>12</sup> A concepção do Serviço Social enquanto prática fundava sua compreensão a partir da profissão no centro da dinâmica social enquanto a dinâmica institucional, as políticas sociais e os movimentos sociais encontravam-se em seu entorno, como fatores relacionados ao exercício profissional. Nessa compreensão, geralmente, “ao se falar em prática referia-se, exclusivamente, à atividade do Assistente Social. Os demais elementos [...] eram tidos como condicionantes dessa prática, com certa relação de externalidade em relação a ela” (IAMAMOTO, 2007b, p. 61).

<sup>13</sup> As competências aqui referidas tratam-se daquelas dispostas junto as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (1996) que as classifica enquanto teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. (CRESS-PR, 2004, p. 53).

materiais e sociais de vida da população atendida. Em outros termos, “tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho, que é a única mercadoria que ao ser colocado em ação, ao realizar o trabalho, é fonte de valor” (IAMAMOTO, 2007b, p. 67).

Neste movimento de produção e reprodução das relações sociais, o assistente social acaba participando ao mesmo tempo e através da mesma atividade dos mecanismos reiteradores de dominação, exploração e alienação, bem como da produção de “respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75).

Esta compreensão de conflito e interesses contraditórios indica a necessidade de o assistente social realizar constantemente análises profundas e críticas sobre a realidade social pautado pela perspectiva da totalidade, ou seja, analisar os diferentes movimentos da realidade em suas dimensões universais, particulares e singulares. Nesse viés, é passível a apreensão da dinâmica social, econômica, política e cultural da sociedade capitalista enquanto cenário que oferece as condições para o exercício do trabalho.

Sendo assim, fundamentado nessa perspectiva, infere-se que “o valor do trabalho do assistente social reside na sua utilidade social, que é medida em termos das respostas concretas que venham produzir uma alteração imediata na realidade empírica” (GUERRA, 2007, p. 157).

Esta alteração trata-se, na verdade, da transformação da realidade social em que o profissional encontra-se inserido através da realização de mediações objetivando acessar e garantir os direitos da população usuária atendida.

Desse modo, no próximo item objetiva-se dar visibilidade a categoria trabalho inscrito junto ao Projeto Ético Político do Serviço Social, documento norteador da profissão que explicita a compreensão dos profissionais a cerca das premissas ético políticos, teórico metodológicas e técnico operativas norteadoras da intervenção.

### **2.3.1 A categoria trabalho inscrita no projeto ético político do Serviço Social**

Reconhecendo a perspectiva que compreende o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, importa explicitar os marcos conceituais e legais da profissão que reiteram essa concepção.

A direção social da profissão, bem como sua regulamentação e diretrizes para formação estão contidas naquilo que se convencionou denominar Projeto Ético Político Profissional, ou seja, uma estrutura dinâmica que objetiva responder às diferentes modificações observadas

no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional (NETTO, 1999, p. 144).

Esse projeto profissional está conectado a um determinado projeto societário cujo eixo central se vincula aos rumos da sociedade como um todo. Dito de outra forma, o projeto profissional encontra-se filiado a um determinado projeto societário que aponta para a transformação radical da sociedade vinculado a valores democráticos, autônomos e emancipatórios, sem exploração de classes e/ou gêneros.

Além disso, o projeto está calcado em um “suporte teórico que assegure a fundamentação da concepção ética e dos valores ético-políticos, dando sustentação ao conjunto de suas prescrições” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 53). Esse suporte refere-se às bases ontológicas da teoria social crítica de Marx que apreende o trabalho enquanto ato histórico.

Nessa ótica, o Projeto Ético Político sistematiza “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 1999, p. 147). Ele expressa a identidade profissional coletiva através de quatro principais elementos constitutivos, sejam eles: definição e explicitação de princípios e valores ético-políticos defendidos pela categoria; apropriação de uma matriz teórico-metodológica (no caso a teoria social crítica); crítica radical a sociedade capitalista e defesa da construção de uma nova ordem social mais justa e igualitária e; a manifestação pela luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora (NETTO, 1999).

A materialização desses elementos constitutivos é viabilizada através de determinados componentes construídos no interior da profissão, pelos próprios assistentes sociais, sendo eles:

- a) *produção de conhecimentos no seio da profissão* – referente à dimensão investigativa do Serviço Social e que explicita “a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 191).
- b) *as instâncias político-organizativas da profissão* – envolvendo os fóruns de deliberação e as entidades político-representativas (associações profissionais, organizações sindicais, conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e, movimento estudantil representado pelo conjunto de CA’s e DA’s (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). Sendo que “é por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 191).
- c) *a dimensão jurídico-política da profissão* – na qual “se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 192).

Neste componente específico é possível identificar duas esferas distintas, sejam elas: um aparato jurídico-político estritamente profissional e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. Na primeira esfera, apresentam-se determinados componentes construídos e legitimados pela categoria, tais como: o atual Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social (1996). Já na segunda esfera encontram-se o conjunto de leis, ou seja, toda a legislação social advinda do capítulo da Ordem Social da CF/1988.

A apreensão destes componentes, aliado aos demais fatores que compõem a estrutura e conjuntura da sociedade, viabilizam a efetivação histórico-concreta dos elementos citados anteriormente, uma vez que são eles os instrumentos que

operacionalizam o projeto profissional na realidade objetiva, “supondo-a para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também, e tomando o projeto ético-político como, mais uma vez, uma projeção coletiva dos assistentes sociais” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 192).

Particularmente com relação ao trato da categoria trabalho, identifica-se junto a **Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**, elaborada coletivamente pelos assistentes sociais do país e aprovada em assembleia geral da ABEPSS a afirmação do Serviço Social enquanto “especialização do trabalho coletivo, inserindo na divisão social e técnica do trabalho” (CFESS, 2000, p. 46).

Decorrente desta afirmação tem-se a definição de quatro pressupostos norteadores para a elaboração de currículos, pautados na compreensão da profissão enquanto trabalho, sejam eles:

- 1) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2) A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3) O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4) O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (CFESS, 2000, p. 46-47).

Analisando esses pressupostos observa-se a orientação crítica preceituada pela profissão que objetiva garantir a ruptura com a herança conservadora da profissão e reafirmar o Serviço Social enquanto trabalho.

Entretanto, verifica-se ainda a concepção que discute o Serviço Social enquanto detentor de processos de trabalho. Vale ressaltar que essa premissa foi amplamente debatida pela categoria e modificada a partir do aprofundamento



teórico<sup>14</sup> que estabeleceu a compreensão de que a inserção dos assistentes sociais se dá em processos de trabalho inscritos nas diferentes instituições em que atua.

No item a seguir será problematizado de que forma a categoria profissional vêm materializando os preceitos ético-políticos na intervenção profissional.

### **2.3.2 A materialização dos preceitos ético-políticos na intervenção profissional**

Partindo da compreensão do Serviço Social enquanto trabalho especializado torna-se possível inferir que assim como todo trabalhador assalariado, esse profissional vivencia

o desemprego, a exploração do trabalho, sua precarização e desregulamentação, a criação de atividades temporárias, sem segurança, sem benefícios, com a instituição de novos cargos e funções técnicas similares às praticadas pelo Serviço Social (BARROCO, TERRA, 2012, p. 97).

Nessa mesma lógica, assim como no efetivo exercício da profissão, a formação profissional também se encontra permeada por situações exploratórias e precarizadas, marcadas pelo signo do consumo e criando novas formas de comprometer a qualidade da formação como, por exemplo:

A criação aleatória de várias modalidades de cursos de Serviço Social, realizadas em condições precárias, sem garantias de articulação entre o ensino e a pesquisa, sem atender a exigências da reflexão crítica e do rigor científico, expressando tendências de acomodação das instituições à lógica do mercado, com a transformação da educação em uma mercadoria voltada exclusivamente à obtenção do lucro. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 99).

A formação profissional nessas condições fragiliza o desenvolvimento das condições básicas e potencialidades dos alunos desencadeando o ingresso destes futuros profissionais de forma precária e subalterna no mercado de trabalho, sem ter condições de realizar as devidas mediações necessárias para efetivação dos valores e finalidades definidos pelo Código de Ética.

Outro aspecto importante identificado na atual conjuntura refere-se ao distanciamento entre os indivíduos. Esse distanciamento é verificado principalmente

---

<sup>14</sup> Este debate foi impulsionado principalmente pelas contribuições de Marilda Villela Iamamoto (1998) e produções decorrentes.

na utilização de recursos tecnológicos que “substituem” a presença e contato real entre sujeitos pela vivência em ambientes e relações virtuais.

Nesta lógica, a educação a distância configura-se enquanto uma das inúmeras formas de reprodução do individualismo contemporâneo: “o indivíduo isolado diante de uma máquina se comunicando com imagens e ideias que substituem as relações humanas por relações entre objetos e ideias abstratas” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 100).

Importa observar que esta crítica não está direcionada para a existência de recursos tecnológicos, pelo contrário, pois estes servem enquanto ferramentas estratégicas para a qualificação e intervenção profissional. Contudo, a questão apontada é a utilização dessas ferramentas enquanto substitutivas para as relações humanas, reiterando os aspectos alienantes da relação “homem-máquina”.

Neste contexto há a premissa de que em tempos de superexploração do trabalho quem não se submeter às regras impostas pelas relações desiguais, incorre o risco de ser substituído facilmente de suas funções, visto o volumoso exército de reserva. Esse panorama evidencia a contradição existente na materialização do projeto profissional, uma vez que o mesmo tem posição contra hegemônica a esta tendência.

Vale ressaltar que a materialização do projeto ético político “supõe uma capacitação que se inicia durante a formação profissional, nos cursos de graduação, estendendo-se para outros estágios” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 101). A partir desse pressuposto, a ética assume um papel central nos currículos formativos, bem como no cotidiano de intervenção.

Acrescenta-se a imprescindibilidade de o profissional desenvolver “uma competência crítica que supere tanto o teorismo estéril, o pragmatismo, quanto o mero militância” (IAMAMOTO, 2007b, p. 144). É necessário contribuir com o desvendamento das relações sócio ocupacionais conservadoras buscando romper com as práticas tuteladoras e clientelistas presentes, muitas vezes de forma velada no cotidiano profissional.

Importa ainda assinalar a dimensão política da profissão que não se confunde com militância político-partidário. Essa dimensão fundamenta-se no fato de que o assistente social se encontra inserido em meio a relações de poder e disputa e, portanto, desempenhando a função de mediação das tensões advindas desse

processo, pautado pelo viés emancipatório e democrático definido pela categoria profissional.

Deste modo, faz-se imprescindível o conhecimento da realidade social e a realização de análises atentas às novas configurações dispostas a fim de captar as atuais tendências e demandas para o trabalho, pautadas pelos valores e princípios eleitos coletivamente pelo conjunto da categoria profissional, objetivando assegurar o compromisso ético e político disposto pelos mesmos. Esse movimento constitui-se num desafio, pois muitos são os obstáculos e adversidades presentes no cotidiano profissional, conforme já mencionado nos itens anteriores desta dissertação.

Destarte, objetivando dar visibilidade para como o trabalho e seus elementos vêm sendo apreendidos pela categoria profissional, no item 2.3 serão apresentados os dados referentes à pesquisa empírica que trata dos elementos do processo de trabalho articulados ao Serviço Social.

#### 2.4 OS ELEMENTOS DO PROCESSO DE TRABALHO ARTICULADOS AO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS

Reconhecendo o Serviço Social enquanto trabalho importa destacar que o exercício profissional encontra-se inscrito em processos de trabalho e que estes existem “em determinadas condições e relações sociais, que atribuem aos processos de trabalho significados sócio-históricos particulares” (IAMAMOTO, 2007b, p. 95).

Assim, o assistente social necessita apreender os diferentes elementos que compõe o processo de trabalho para que, dessa forma, possa desempenhar com qualidade sua intervenção. Para tanto, faz-se necessária à utilização de um aporte teórico que dê conta de iluminar o desenvolvimento de suas ações.

Nesta lógica, destaca-se a relevância da formação para a apreensão da perspectiva teórica, pois as condições dispostas para a mediação da teoria e prática e as possibilidades de experimentação deste são determinantes no exercício profissional.

Considerando os dados coletados na pesquisa empírica observa-se que todas as entrevistadas fizeram suas graduações na mesma Universidade e, portanto, mesmo que em períodos diferentes, partilharam de discussões contemporâneas sobre a profissão. Observando os depoimentos percebe-se que há a identificação da

transição de linha teórica adotada pela instituição formadora, porém no mesmo relato evidencia-se o reconhecimento da matriz crítica enquanto linha teórica atual.

**Os mais novos estão mais para a dialética, os mais antigos** estão ainda, eu vejo ainda mais **no positivismo (entrevista 05)**.

A **perspectiva marxista** é a mais utilizada e a que possibilita a **reflexão para a mudança** (entrevista 09).

Eu fui formada pela UCS e eu tive na minha formação bem uma **teoria funcionalista**, a partir do momento que veio os novos grupos ela foi mais para uma **concepção dialética**, e eu acho hoje que a gente teria que dar uma olhada por que a **nostra intervenção profissional ela é mais numa linha sistêmica**, tu não pode mais ser dialética, tu não pode mais ser funcionalista, mas **tu tem que ser sistema (entrevista 10)**.

Esses extratos de falas apontam que as assistentes sociais reconhecem a tradição marxista enquanto perspectiva teórica adotada pela profissão, bem como instituição formadora. Porém, quantificando os dados observa-se que dentre os treze sujeitos entrevistados apenas sete referenciam a perspectiva dialético crítico enquanto direção para a profissão, três utilizam na intervenção os preceitos relativos a matriz sistêmica, dois não apontam perspectiva teórica e um cita o sincretismo teórico.

O não reconhecimento da tradição marxista enquanto perspectiva teórica hegemônica na profissão é um referencial importante para a análise das compreensões das assistentes sociais entrevistadas sobre os elementos constituintes do processo de trabalho.

Sendo assim, partindo da premissa de que o trabalho é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana e que somente se realiza a partir da ação material dos homens reitera-se o caráter criativo e transformador do trabalho.

Destarte, analisando os depoimentos emitidos pelos assistentes sociais na pesquisa empírica, observa-se que dos treze sujeitos entrevistados, seis compreendem o Serviço Social enquanto trabalho; dois apontam elementos que indicam a compreensão da profissão a partir do tecnicismo; dois citam características vinculadas ao messianismo e três não elencam características suficientes para classificação.

Dentre aqueles que compreendem o Serviço Social enquanto trabalho, destacam-se as interpretações que discorrem sobre a operacionalização do trabalho,

pontuando as habilidades inerentes ao fazer profissional, e os procedimentos e técnicas utilizadas para tal.

O assistente social **tem que ter habilidade, ele tem que ter uma abordagem** de forma que cativa a família para que ela permaneça. É um trabalho que exige orientação, exige a informação (entrevista 01).

Com relação às interpretações vinculadas ao tecnicismo destaca-se o viés interventivo e por vezes reiterador da dicotomia entre teoria e prática a partir da compreensão do trabalho enquanto mera realização de encaminhamentos. Perspectiva referenciada no seguinte extrato de entrevista:

O trabalho é bem importante e quanto mais tiver o trabalho do assistente social mais encaminhamentos haveriam e melhor seria (entrevista 12).

Já as concepções vinculadas à perspectiva messiânica explicitam a tendência ainda existente de pensar o trabalho enquanto ação que viabilizará a resolução das demandas dos sujeitos atendidos de forma uniprofissional e sem realizar as devidas mediações com as tensões e contradições inerentes ao fazer profissional. Como já referido anteriormente, o messianismo implica na não compreensão da profissão em sua totalidade e nega a complexidade da realidade social, pois reduz a intervenção a vontade e desejos individuais do técnico. Interpretação como esta se verifica nos seguintes extratos de entrevista:

**O assistente social é um dos profissionais que faz tudo para que o usuário acesse os seus direitos (entrevista 11).**

Sobre a compreensão tu tem que acreditar naquilo que tu estas fazendo, **se tu não acredita fica difícil.** (entrevista 10).

Essas interpretações distintas oferecem indícios para a análise de como os assistentes sociais tem compreendido a própria profissão, uma vez que retratam as diferentes perspectivas que permeiam historicamente a profissão e reproduzidas no cotidiano profissional.

Esses dados evidenciam que o discurso da maioria dos sujeitos pesquisados (sete) não se encontra alinhado com as concepções filiadas à tradição marxista, pois não pontua o Serviço Social enquanto trabalho e, tampouco citam subsídios que possam configurar os elementos constituintes do processo de trabalho.

Seguindo essa linha de raciocínio, deve-se considerar que as finalidades profissionais encontram-se vinculadas à dimensão teleológica, ou seja, a

capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho, de modo que, ao realiza-lo, não apenas provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins. (IAMAMOTO, 2011, p. 40).

Desse modo, as finalidades elencadas pela profissão vinculam-se as definições regulamentadas e edificadas junto ao Projeto Ético Político da categoria profissional abarcando principalmente os princípios e valores.

Na análise das entrevistas realizadas observa-se que há uma grande variação de compreensão sobre as finalidades profissionais. Além disso, percebe-se em algumas entrevistas uma “confusão” entre as finalidades da profissão com as da política de assistência social. Esta afirmativa reforça a tendência de compreender o Serviço Social a partir das políticas sociais.

Dentre as diferentes concepções das assistentes sociais, observa-se que: cinco identificam o acesso e garantia de direitos enquanto finalidade do trabalho; três citam a intervenção e realização de encaminhamentos como finalidade, duas vinculam a finalidade a compreensão da realidade social; uma elenca a integração e motivação; uma a promoção do sujeito e; uma cita objetivos pessoais.

A partir desses dados, percebe-se que a vinculação das finalidades a dimensão teleológica não é hegemônica, mas sim adversa, pois não é possível identificar junto às falas dos entrevistados elementos que sugiram uma associação direta com os princípios e diretrizes da profissão. Pelo contrário, muitas das falas referenciam finalidades relacionadas aos usuários ou a política, sendo que a questão tratava sobre as finalidades específicas do Serviço Social.

Indicativos dessa análise encontram-se nos extratos que seguem:

**É promover a integração, a motivação** para eles saírem de casa, para eles buscarem esse momento de descontração (entrevista 02).

**É compreender que cada sujeito tem sua individualidade, a sua história, o seu arcabouço de teorias** (entrevista 03).

Na verdade são vários se a gente for pensar, mas pra mim [...] é a **promoção do sujeito**, é fazer com que ele identifique qual é a real situação que ele vive e fazer com que ele consiga se promover, se autopromover. (entrevista 05).

**É tentar mostrar, encaminhar,** e mostrar para as pessoas que elas tem direitos e tentar garantir os seus direitos. (entrevista 12).

Esses dados ilustram que as finalidades profissionais não estão explícitas para os técnicos e reiteram a afirmativa de que não compreendendo o trabalho em si fica inviável a identificação das finalidades profissionais. Além disso, demonstram a centralidade das ações centradas no sujeito, no sentido de “fazer algo por/para ele”. Esta tendência reafirma a negativa do protagonismo e autonomia dos sujeitos atendidos, pois delega para o assistente social a função de operar alguma ação e/ou mudança.

Além do mais, suscita alguns questionamentos, dentre eles sobre a apreensão dos mesmos com relação aos princípios fundamentais postulados no Código de Ética Profissional e sobre o direcionamento conferido a intervenção, uma vez que para os assistentes sociais entrevistados a definição sobre as finalidades de seu trabalho é inconsistente.

Essas problematizações reiteram “a necessidade do reconhecimento da intrincada discussão sobre a dimensão técnico-operativa da [profissão] que está relacionada à complexidade e à multiplicidade das próprias ações profissionais” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 31). É preciso reconhecer que essas características tornam a identificação dos elementos do processo de trabalho de difícil compreensão, principalmente se considerado o “vasto espectro de espaços sócio-ocupacionais” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 31), em que os assistentes sociais se inserem.

Em continuidade a essa reflexão, partindo da teoria social crítica, apreende-se enquanto objeto de trabalho dos assistentes sociais a questão social, pois ela é expressão ampliada das desigualdades sociais e inerente ao processo de acumulação capitalista, pois sua gênese “é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital” (SANTOS, 2012, p. 26). Dessa forma, “diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2011, p. 16).

Além disso, a questão social explicita as contradições inerentes ao capitalismo, pois expressa o fato de a “produção social [ser] cada vez mais coletiva, o trabalho tornar-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos [manter-se] privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2007b, p. 27).

Nessa direção, demarca as

disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2011, p. 17).

E representa a contradição inerente ao capitalismo que contém particularidades vinculadas a reprodução da desigualdade, bem como expressa elementos ligados a resistência.

Destaca-se ainda que para apreender a questão social é preciso reconhecer “de um lado a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo” (SANTOS, 2012, p. 133). A compreensão de questão social filiada a esta perspectiva está referendada junto ao Projeto Ético Político do Serviço Social, projeto que é fruto de muitos debates e construções coletivas.

A partir disso, observando os dados coletados nas entrevistas com as assistentes sociais verifica-se que não há hegemonia na compreensão da questão social enquanto objeto de trabalho, pois prevalecem percepções contrárias. Como exemplos, dos treze assistentes sociais entrevistados apenas cinco indicam a questão social enquanto objeto de trabalho. Dentre os demais, quatro sujeitos consideram as pessoas como objeto; um cita as relações; um aponta a legislação; um referencia a escuta; e um não indica o objeto.

Referente aos profissionais que apontam a questão social enquanto objeto de trabalho infere-se que esta apreensão é discursada de forma fiel a literatura. Esta afirmativa é evidenciada nos seguintes extratos:

O objeto ou matéria prima dos assistentes sociais é a **questão social que se gera através das relações de produção e que se expressa de diferentes formas** como: analfabetismo, trabalho precário, desemprego, exploração, fome, pobreza, etc. (entrevista 06).  
O Serviço Social **tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho**. O profissional trabalha com as expressões da questão social em suas mais variadas formas tais como os indivíduos as experimentam (entrevista 08).

A fragilidade de compreensão da questão social em seu movimento contraditório coloca em risco o direcionamento ético-político do trabalho, pois



potencializa a adesão aos diferentes processos de alienação que os trabalhadores estão submetidos.

Com relação às interpretações difusas a perspectiva definida pela categoria profissional, destacam-se os seguintes apontamentos:

Eu diria que são várias coisas, mas **a legislação** é importante por que é a partir dela que a gente pode viabilizar e garantir direitos das pessoas (entrevista 01).

A **pessoa humana** inserida em um contexto social/histórico, entrevista 07.  
O objetivo matéria prima são **os nossos usuários** (entrevista 10).

O objeto do nosso trabalho **são as pessoas**, nós trabalhamos com as famílias (entrevista 12).

Essa constatação revela uma questão importante para ser problematizada. Não havendo compreensão sobre o objeto de intervenção da profissão, como os trabalhadores são capazes de realizar as devidas mediações necessárias para o planejamento e ação do trabalho?

Ademais, sem identificar o objeto de trabalho há o risco eminente de compreender as demandas apresentadas no cotidiano a partir da lógica moralista e/ou culpabilizadora, não sendo capaz de identificar as diferentes expressões da questão social que conformam a materialidade da vida social.

Além disso, importa destacar a compreensão que trata os sujeitos enquanto objeto de intervenção, pois materializa a alienação percebendo os sujeitos enquanto “objetos” e/ou “coisas” e compromete o estabelecimento de uma relação horizontal e democrática entre profissional e sujeito demandante do trabalho.

Ressalta-se aqui a assertiva de que “a configuração social da profissão depende decisivamente das respostas dos agentes profissionais [inseridos nos espaços sócio ocupacionais], articuladas em torno do projeto profissional de caráter ético-político” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 33). Essas respostas derivam das competências teórico-interventivas, apreendidas enquanto meios para formulação de respostas às demandas que sem apresentam no cotidiano profissional.

Nessa ótica, enquanto parte integradora da sua força de trabalho, “o assistente social vende um conjunto de procedimentos histórica e socialmente reconhecidos, que tanto determina as condições de existência da profissão quanto circunscreve previamente a intervenção profissional” (GUERRA, 2007, p. 155).

Esse conjunto de procedimento configura-se nos meios de trabalho que, por sua vez, abrangem os conhecimentos e instrumentos técnico-operativos. No âmbito do conhecimento, a dimensão teórico-metodológica é fundamental para o exercício do trabalho, pois contribui para iluminar a leitura sobre a realidade e, assim, nortear a atividade.

Já com relação aos instrumentos técnico-operativos, os mesmos servem como estratégias para provocar a reflexão e o diálogo, conduzindo às finalidades do trabalho iluminado por uma intencionalidade.

A dimensão técnico-operativa é compreendida, conforme publicação da ABESS/CEDEPSS, “[...] como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos” (1996, p. 17). Logo, o uso de instrumentos implica mais do que o domínio e execução dos procedimentos, mas atesta que a competência técnico-operativa deve levar em conta as competências teórico-metodológica e ético-política inerentes a intervenção.

Nesta concepção, das treze assistentes sociais entrevistadas oito identificam técnicas e procedimentos enquanto meios de trabalho; três citam somente as técnicas enquanto meios, uma elenca as competências profissionais e; uma não aponta elementos suficientes que permitam identificar sua compreensão. Para melhor visualização, segue alguns extratos de falas:

As reuniões, buscar acessar a rede, buscar informações (entrevista 02).

A gente **lança mão de tudo que se encontra disponível**, a gente utiliza a entrevista, os atendimentos grupais os registros, as visitas a domicílio, os estudos sociais, não sei se tem algum instrumento que a gente não utilize (entrevista 04).

A aplicação de **técnicas operativas**, como entrevistas, abordagem individual ou grupal, as visitas domiciliares, a elaboração de projetos, a realização de pareceres técnicos e estudos sociais, atrelado ao conhecimento teórico-metodológico de cada profissional (entrevista 08).

Os meios eu acho que **a questão teórica** é a base principal, a interface entre as políticas que é o que vai dar movimento pro trabalho acontecer (entrevista 11).

A partir desses dados observa-se o reconhecimento das técnicas e procedimentos em detrimento do conhecimento enquanto componentes dos meios de trabalho. Vale ressaltar que o

privilegio da eficiência técnica, se considerado isoladamente, é insuficiente para propiciar uma atuação profissional crítica e eficaz, [assim como] se descolar dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos poderá derivar em mero tecnicismo (IAMAMOTO, 2007b, p. 55).

Diante disso, infere-se sobre a precariedade no domínio dos elementos que viabilizam a execução do trabalho e a relativização da aplicação das técnicas e procedimentos indicando certa “tendência de dar como óbvios os fundamentos ou os conteúdos das ações profissionais, encarando a realização de certas ações como rotina” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 30).

Destarte, também se pode associar a frágil apropriação dos meios de trabalho a premissa que sustenta que “o Serviço Social se torna profissão ao se atribuir uma base técnico-científica às atividades de ajuda, à filantropia” (IAMAMOTO, 2007b, p. 23). Parte desta concepção o entendimento de que a profissão se faz através da “prática”, ou seja, intervenções pontuais e específicas em determinadas situações.

Além disso, infere-se sobre a utilização de “denominações diferentes para nomear ações de uma mesma natureza, e, uma mesma denominação para nomear ações de naturezas diferentes” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 30). Essa constatação pode ser evidenciada no uso do termo “meios de trabalho”, pois ele tanto serve para indicar instrumentos, bem como procedimentos ou técnicas.

Dando prosseguimento a esta linha de raciocínio, depreende-se que definição do objeto de intervenção pautado por uma intencionalidade e operacionalizado através dos meios de trabalho deve resultar em um produto.

Dessa forma, o produto, conforme Marx (1983) é o resultado do processo de trabalho, ou seja, “é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma [é quando] o trabalho se une com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado” (p. 151).

Assim, o produto final do trabalho do assistente social consiste em provocar alterações nas condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho. Particularmente referente ao trabalho dos assistentes sociais verifica-se que existe uma articulação dos meios com o produto, uma vez que é através desse movimento que se torna possível a efetivação das finalidades.

Relacionando os dados coletados através da pesquisa empírica observa-se que o produto é identificado por três assistentes sociais enquanto acesso e garantia

de direitos sociais; outras três não identificam; duas citam a transformação dos sujeitos e realidade enquanto resultado do trabalho; já outras duas elencam a promoção da autonomia e cidadania enquanto resultante de sua intervenção; para duas o produto está diretamente vinculado a intervenção individual de cada profissional e por fim apenas uma assistente social define o viés político da intervenção enquanto produto de seu trabalho.

Esses resultados indicam que não há hegemonia entre os profissionais entrevistados referente à compreensão do que se configura enquanto produto do trabalho dos assistentes sociais. Verifica-se que há uma grande variedade de interpretações que derivam do objetivo profissional.

Dentre os extratos de fala coletados destacam-se:

**É a autonomia do sujeito e a participação dele** no que ele quiser fazer, no que ele possa fazer, que ele tenha condições de realizar (entrevista 01).

**É fazer com que esse sujeito atinja seus objetivos, não se torne dependente, que ele consiga ser autônomo, ser crítico**, que ele consiga estabelecer diferentes, **que ele consiga ter tolerância diante de sua problemática** (entrevista 03).

Isso **depende da atuação deste profissional**. Acredito que o produto pode ser dimensionado pelas relações que este profissional exerce no meio em que vive e desenvolve sua práxis (entrevista 07).

**A efetivação e defesa dos direitos** (entrevista 09).

Com relação a identificação do produto, verifica-se que assim como ocorreu com os demais elementos do processo de trabalho, há uma variedade de interpretações, fato que evidencia o não consenso com relação ao entendimento sobre o trabalho.

Assim, importa pontuar que o trabalho não “resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia” (IAMAMOTO, 2007b, p. 24). Além disso, o assistente social participa diretamente nos processos de produção e reprodução da vida social exercendo influência direta no processo de reprodução da força de trabalho por meio da inserção em diferentes programas e projetos que dão conta de atender as demandas advindas dos trabalhadores.

Nesse ponto de vista, o trabalho dos assistentes sociais “viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população” (IAMAMOTO, 2007b, p. 67).

Dessa forma, demarca-se a necessidade dos assistentes sociais aprimorarem as competências profissionais no sentido de imprimir qualidade ao trabalho desenvolvido e romper com as concepções conservadoras ainda presentes (e por vezes reatualizadas) no interior da profissão. Além disso, há a requisição de articular a concepção de trabalho defendida pelo Serviço Social e postulada em seu projeto ético político com a intervenção desenvolvida junto à política de assistência social, permeada de contradições.

Embora haja limites a serem superados, há também avanços a serem reconhecidos. Cabe referendar o fato de que o Serviço Social constitui-se em uma “profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2007b, p. 57) e, portanto, construída pelos diferentes sujeitos sociais que a vivenciam. Cabe ainda demarcar os significativos avanços operados pelos assistentes sociais no que tange a produção intelectual sobre a intervenção profissional. Nesse contexto, pontua-se sobre o desafio de os trabalhadores buscarem cada vez mais a materialização do projeto ético político.

Atentando para a relevância deste debate, no próximo capítulo será realizado um breve resgate histórico sobre a constituição da política pública de assistência social no país dando visibilidade para as particularidades desse processo e as influências exercidas sobre o trabalho.

### **3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONFORMAÇÃO DO NOVO E REPRODUÇÃO DE VELHOS PARADIGMAS**

Discutir contemporaneamente como esta desenhada a política de assistência social no Brasil não se trata de uma tarefa simples. A constituição e consolidação de um modelo pautado pela seguridade social para garantia dos direitos sociais no país se deu em meio de muitos conflitos, tensões e disputas.

Soma-se a isso a importância histórica que as políticas sociais representam na trajetória formativa e interventiva dos assistentes sociais no Brasil. Essa relação próxima é expressa pela própria inclusão nas Diretrizes Curriculares formuladas pela categoria profissional, da política social enquanto componente curricular das mesmas, bem como pelo volume de produções teóricas sobre esta temática e significativa inserção profissional nesta área.

Especificadamente em relação à política de assistência social, destaca-se a histórica inserção dos assistentes sociais na área, anterior mesmo ao seu reconhecimento enquanto política social. A profissão desempenhou um papel central em sua constituição e atualmente pauta sua intervenção na perspectiva de efetivar uma política imbuída do caráter de dever público, resistência, inconformismo, criticidade, busca pela organização e mobilização social e unidade da classe trabalhadora objetivando o acesso e garantia de direitos.

Contudo, cabe observar que diversos são os obstáculos presentes no percurso histórico para efetivação da política enquanto direito social. Os elementos que serviram enquanto subsídio para a formação do país encontram-se ainda presentes em nossa sociedade traduzidos por práticas e modos de vida cotidianos. Dentre eles verificam-se fortes traços da cultura escravocrata, patrimonialista, autoritária e desigual que contemporaneamente se expressam através de intervenções negadoras de direitos, preconceituosas e reiteradoras do viés subalterno da política de assistência social.

Dessa forma, para melhor compreensão acerca desse debate, faz-se necessário realizar no próximo item uma breve digressão teórica sobre a desigualdade enquanto padrão de desenvolvimento do Brasil e o seu rebatimento junto às políticas sociais.

### 3.1 A DESIGUALDADE ENQUANTO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E A REPERCUSSÃO JUNTO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

Compreender a atual organização e conformação da política de assistência social, bem como as demais políticas públicas brasileiras, implica necessariamente na compreensão do processo sócio histórico de formação do Brasil, pois o mesmo é imbuído de elementos que no presente servem enquanto explicações para diversas situações.

O Brasil apresenta um histórico de desenvolvimento calcado pela desigualdade no que se refere à distribuição de renda e níveis de pobreza. Conforme dados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identifica-se que entre os anos de 1977 e 1998, “os indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população apropriam-se de cerca de 50% do total da renda das famílias, enquanto, no outro extremo da distribuição de renda, os 50% mais pobres detêm pouco mais de 10% da renda” (IPEA, 2008, p. 07). Neste contexto, “o seletivo grupo dos 1% mais rico da sociedade concentra[vam] uma parcela da renda superior àquela dos 50% mais pobres” (IPEA, 2008, p. 07).

A partir do início dos anos 2000 começa-se a perceber uma mudança significativa nesse panorama, sendo que “a renda dos 50% mais pobres nos anos 2000 sobe 69%” (NERI, 2011, p. 09). Com isto, verifica-se que as taxas acumuladas de crescimento da renda real dos 50% de brasileiros mais pobres foram de 52,58% e a dos 50% mais ricos de 12,58%, indicando que “o bolo da metade mais pobre da população brasileira cresceu a uma taxa 318% mais alta que a dos 10% mais ricos entre 2001 e 2009” (NERI, 2011, p. 09). Esses dados sinalizam que ocorreram mudanças importantes no país, principalmente na redução de miséria e pobreza.

Contudo, cabe problematizar o real significado destes dados, pois apesar de efetivamente demonstrar uma mobilidade na configuração das classes sociais brasileiras, o impacto gerado nos índices de desigualdade demonstram que não ocorreram alterações significativas na estrutura desigual do Brasil, pelo contrário, verifica-se a tendência de potencializar “medidas de redistribuição para os ricos, como é o caso das medidas de renúncia fiscal, principalmente por meio da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), ou seja, as fontes de financiamento da Seguridade

Social” (BEHRING, 2011, p. 84).

É notório considerar que o Brasil não se configura enquanto país pobre, mas sim enquanto um país com índices elevados de desigualdade de renda e acesso a oportunidades de inclusão econômica, cultural e social, dados que evidenciam a contradição originada principalmente da lógica política e econômica historicamente adotada pelo país e que resultam em intervenções estatais focalistas e pontuais. Neste cenário observa-se que as políticas sociais e, particularmente a de assistência social, ganham centralidade atuando “como mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais, típicas das relações que se estabelecem no capitalismo” (MOTA, 2008, p. 16).

Cabe aqui uma breve digressão histórica para dar visibilidade ao processo que originou o atual quadro histórico brasileiro e indicar elementos que possibilitem a compreensão das políticas sociais em seu desenho e mais especificamente, na política de assistência social, tema de estudo desta dissertação.

Inicialmente importa ponderar que a formação histórica brasileira tem sua gênese fundada no processo de mundialização da sociedade europeia e perpetuação das desigualdades. Esse processo particular de formação explicita o fato de que a colonização brasileira atuou enquanto manutenção da acumulação de riquezas e poder dos países europeus. Além disso, os períodos decorrentes a este – colonialismo e imperialismo – “não [alteraram] significativamente essa tendência de subordinação e dependência ao mercado mundial, embora [modificaram-se] as condições dessa relação” (BEHRING, 2008, p. 86).

As primeiras décadas após o descobrimento do Brasil foram caracterizadas pela organização da sociedade e da economia com direção para o mercado mundial e pela escravidão que marcaram a cultura, valores, ideias, ética, estética e ritmos de mudanças brasileiros, elementos que formam a base da sociedade contemporânea.

Enquanto resultado dessa forma de organização observa-se uma clara divisão entre classes sociais, “de um lado, uma classe de proprietários de terra e de escravocratas; de outro, a massa de escravos” (FREYRE, 2008, p. 63). Divisão esta que perdurou ao longo da formação do Brasil e que se manifesta contemporaneamente de diferentes formas como, por exemplo, o racismo e a desigualdade de poder, produzindo demandas de intervenção para as políticas sociais.

Referente ao processo de Independência brasileira observa-se que a mesma



não pode ser classificada como um movimento que veio do anseio de sua população, na verdade, “foi menos um resultado de transformações econômicas significativas internas que um elemento propulsor das mesmas, na medida em que os mecanismos centrais da vida econômica [passaram] a gravitar e se organizar nesse âmbito” (BEHRING, 2008, p. 95).

Assim, o processo de independência não configurou um movimento político organizado objetivando efetivamente a constituição de uma nação livre e independente, pelo contrário, a formação dicotomizada e excludente foi perpetuada através de novos arranjos, porém conservando características desiguais da cultura política brasileira.

Este modo de emancipação política explicita o padrão de organização do poder no país, indicando um forte conservantismo e autoritarismo que tem historicamente acompanhado os processos políticos decisórios da nação.

É importante sinalizar que apesar de predominar os interesses da elite brasileira, o desenvolvimento do Brasil sempre foi caracterizado por estar imbricado de “tensões e fricções históricas, como uma articulação singular e plena de sentido dos *tempos discordantes*, que delineiam uma sociedade e um Estado nacionais particulares” (BEHRING, 2008, p. 95). Sempre existiram interesses conflituosos que se encontravam em disputa demarcando explicitamente a existência da luta de classes existente no país: de um lado aqueles que detinham o poder e os meios de produção, de outro lado os desprovidos de poder e dependentes dos meios de produção para garantia de sua sobrevivência.

Esses conflitos expressam ainda nos dias atuais a contradição da sociedade brasileira e dão visibilidade para a existência de um determinado “lugar” ocupado por aqueles que ditam as regras e aqueles que as seguem, reiterando a lógica de que no Brasil existem os “donos do poder” e o restante da população.

Com o avanço do processo modernizador esses conflitos foram acentuando-se e produzindo novas contradições, bem como agravando o quadro da desigualdade existente no país e ampliando a reprodução da pobreza.

A partir desta fase verifica-se o início concretamente de uma diferenciação dos papéis econômicos, articulada a internalização do fluxo de renda que dá início ao período da modernização brasileira. Essa diferenciação toma tal amplitude e profundidade que se pode compreendê-la enquanto fundante dos padrões econômicos brasileiros até os dias atuais.

Subsequente a este período histórico inicia-se o engendro da economia de mercado com novos padrões de consumo, “[...] tratava-se de um estilo muito próprio de modernização: sob controle e tutela dos estamentos dominantes, numa espécie de despotismo esclarecido, via segura do progresso” (BEHRING, 2008, p. 95). Assim, essa transformação vivenciada foi, na verdade, a modificação de alguns elementos da classe que estava no poder para garantia de sua manutenção no mesmo lugar.

É possível identificar no país um *desenvolvimento desigual e combinado*, Behring, (2008). A adaptação brasileira ao capitalismo se deu numa lógica diferenciada onde a abolição da escravatura significou a substituição do caráter do trabalho forçado para o trabalho livre, porém em condições ainda muito semelhantes, numa complexa articulação de progresso (a adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem).

Em consequência, Behring (2008) observa a ocorrência de um processo no qual o “senhor colonial metamorfoseia-se em senhor cidadão, elemento exclusivo da sociedade civil, na qual os outros não contavam” (p. 93).

Dentre as principais mudanças operadas nessa fase, destaca-se: a crise do poder oligárquico – escravista; o surgimento no cenário nacional de novas classes sociais – burguesia e proletariado; a ascensão das camadas médias; o início das reivindicações operárias e da luta social; o processo de urbanização; e o início do processo de emancipação feminina, Brum (1999).

No bojo desse movimento questões como a pobreza estrutural e a necessidade de proteção aos trabalhadores ganham visibilidade e tornam-se pautas para o Estado. Cabe destacar que data deste período os primeiros registros da existência de um modelo organizado de proteção social no Brasil o qual se encontrava vinculado estritamente com o trabalho formal caracterizando-se por ser contributivo e restritivo.

Essa primeira experiência explicita a tendência não universalista da proteção social desde seus primórdios e a desproteção para aqueles segmentos que não desenvolviam atividades ocupacionais formais como, por exemplo, os trabalhadores ligados à economia de subsistência no meio rural e os empregados em atividades informais nos centros urbanos.

Contudo, esse processo, assim como os demais ocorridos no país, não se deu de forma pacífica, pelo contrário, conforme destaca Falcão (2008), os mesmos

foram “frutos de fortes contradições e conflitos instalados no interior do desempenho histórico das sociedades capitalistas” (p. 112).

Porém, é fundamental observar que as mudanças ocorridas neste período, estiveram caracterizadas por um forte conservantismo político, tendo em vista a manutenção da estabilidade para assegurar a continuidade da concentração de capital comercial e financeiro dentro da ordem dos interesses particulares da nova burguesia brasileira.

Nessa lógica, as transformações operadas no Brasil foram marcadas pela constituição de um “círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço” (BEHRING, 2008, p. 100). Assim, a desigualdade vai sendo introjetada na cultura do país e produzindo o ideário de naturalização das diferenças de poder e condições.

Destarte, a crise do poder oligárquico-escravista que sucede esse período inaugura um processo de transição, criador das bases para a concretização do poder burguês no país que foi marcado pela apropriação do espaço público em favor de interesses políticos particulares, instituindo definitivamente na cultura brasileira o patrimonialismo enquanto um dos valores principais da vida política.

Subsequente a este período, verifica-se a crise do nacional-populismo, a imposição do regime militar em 1964 e a aproximação das elites burguesas com o capital financeiro. Essas mudanças foram responsáveis pela assemelhança ainda maior da elite com o Estado brasileiro e pela supressão da chamada revolução democrática – burguesa. Nesta fase o Brasil se forjou basicamente a partir de duas características: “periférico-associado-dependente, em relação ao exterior e elitista-concentrador e excludente, no plano interno” (BRUM, 1999, p. 337).

A implantação de um modelo de produção e de consumo elitizado aumentou a exclusão da maioria da população nos âmbitos da vida social, política e econômica e demarcou a compreensão das expressões da questão social enquanto “caso de polícia” e/ou culpa dos próprios indivíduos que a vivenciam. Como resultado agravou ainda mais o distanciamento da população dos espaços políticos decisórios, bem como dos direitos sociais e da noção de cidadania, dificultando o protagonismo dos sujeitos na construção da política do país e constituição dos direitos.

Nessa direção Fiori (2002) aponta que a heterogeneidade e as desigualdades sociais presentes em todo processo de desenvolvimento histórico, bem como nos

dias atuais não se trata de algo natural e/ou consequência inevitável. Pelo contrário, o índice alarmante de desigualdade política, social e econômica brasileira pode ser caracterizada enquanto “responsabilidade dos próprios brasileiros, das suas classes dominantes e da forma reacionária com que exerceram o poder e seu autoritarismo antipopular” (idem, p. 195).

Dessa forma, o Estado brasileiro apresenta-se arraigado pelo “signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios estamentais” (BEHRING, 2008, p. 95).

Em consequência, no Brasil capitalista contemporâneo, a “equidade configura-se como **emancipação dos estamentos e realização de certo status** desfrutado por eles, ou seja, sem incorporação das massas” (BEHRING, 2008, p. 92, grifo nosso). Assim, o espaço público é visto como meio de internalizar os centros de decisões política e de institucionalizar o predomínio dos interesses das elites brasileiras dominantes, garantindo a manutenção da desigualdade.

Nesse contexto, as relações de favor, tutela e clientela assumem um papel estratégico como mediador e definidor das relações políticas brasileiras, expressas através da operacionalização das políticas sociais. Decorrente disso, Chauí (2004) aponta três efeitos imediatos, sejam eles: a

impossibilidade de efetuar a ideia liberal da política como pacto ou contrato; impossibilidade de realizar a política democrática baseada, mas ideias de cidadania e representação e; a impossibilidade de visualizar a ideia socialista de justiça social, liberdade e felicidade (p. 28).

Estes efeitos constituem-se enquanto herança histórica do país e reverberam no desenvolvimento das políticas sociais, marcadas pelo signo do autoritarismo social e da meritocracia.

Contudo, significativas mudanças ocorrem no cenário político brasileiro e demarcam a formação de um novo arranjo na organização e relação do Estado com a sociedade como, por exemplo, a aprovação da Constituição Federal em 1988 (CF/1988).

Para melhor compreensão de como se deu esse processo, bem como quais mediações e contradições o estão permeando e quais são as influências vivenciadas atualmente na operacionalização das políticas sociais, segue o próximo item 3.1.2.

### 3.1.2 A seguridade social no Brasil fundamentada na Constituição Federal

No final da década de 1980, o Brasil após vivenciar sérias dificuldades de estabilização econômica e sofrer fortes pressões da sociedade civil organizada inaugura a retomada da democracia e o fim da ditadura militar.

Este período é marcado pela constituição e fortalecimento de diferentes movimentos sociais que intencionavam colocar os direitos de cidadania e participação popular na agenda política brasileira e que teve significativa influência no processo de construção da CF/1988.

Desse modo, a carta magna significou um marco na história da proteção social brasileira, pois ampliou legalmente seu escopo para além do trabalho formal. Essa mudança figurou um salto qualitativo na concepção de proteção que até então vigorava, pois incluiu no marco jurídico da cidadania os princípios da seguridade social e da garantia de direitos mínimos e fundamentais à reprodução da vida social.

Além disso, contribuiu para alargar “o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios” (CARDOSO; JACCOUD, 2005, p. 182).

Essas conquistas expressaram de certa forma, a disputa existente na sociedade brasileira entre os trabalhadores e classe dominante, bem como explicitaram a vinculação das questões relativas à proteção social com

as necessidades de socialização dos custos da reprodução da força de trabalho enquanto condição da acumulação de capital e com o processo político deflagrado pelos trabalhadores em torno das conquistas sociais, institucionalizadas nos direitos sociais (MOTA, 2005, p. 24).

Dessa forma, a partir da promulgação da CF/1988, o Brasil organizou seu sistema de seguridade social nos moldes recomendados pela Convenção nº 102/1952 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), caracterizado enquanto um sistema de:

proteção social que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra maneira, provocariam o desaparecimento ou forte redução dos seus rendimentos em consequência de enfermidade, maternidade,

acidente de trabalho, enfermidade profissional, emprego, invalidez, velhice e morte, bem como de assistência médica e de apoio à família com filhos (IPEA, 2009, p. 14).

Partindo dessa definição, o sistema brasileiro foi estruturado a partir da CF/1988 incorporando os objetivos que orientam a execução da seguridade social, explicitados no Art. 194 como segue:

- a) universalidade da cobertura e atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade no valor dos benefícios;
- e) equidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base de financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (p. 74).

Apesar da constituição legal desses objetivos, importa considerar que “o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho” (MOTA, 2008, p. 40). Neste viés, o histórico brasileiro demonstra a tendência focalista e fragmentada da seguridade social brasileira, implantada através das políticas sociais de saúde, previdência e assistência social.

A nova configuração dada para a proteção social foi responsável por três significativas mudanças, conforme indica IPEA (2009): *em primeiro lugar*, as diretrizes constitucionais desfizeram a necessidade do vínculo empregatício contributivo na organização e concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores ligados ao meio rural; *em segundo lugar*, elas deram início ao processo de formulação da política de assistência social filiado a uma perspectiva inclusiva em detrimento das ações assistencialistas empregadas até então e; *em terceiro*, asseguraram o marco institucional inicial para a elaboração de uma estratégia que desse um caráter universalizante para as políticas de saúde e educação básica.

Contudo, ao passo em que se estabelecia juridicamente a proteção social via CF/1988 também era engendrada a inserção das diretrizes neoliberais no país, as quais tencionavam o Estado para assumir exclusivamente as funções mínimas de

regulador. Na contramão da concepção universalizante, a proteção social brasileira ao longo da década de 1990 foi assumindo características fortemente neoliberais pautadas por cinco diretrizes básicas: “universalização restrita, privatização da oferta de serviços públicos, descentralização da sua implementação, aumento da participação não governamental na sua provisão e focalização sobre a pobreza extrema em algumas áreas da política social” (IPEA, 2009, p. 10).

Essas diretrizes estavam conformadas por reformas de orientação neoliberal, em termos da concepção, implantação e gestão das políticas em várias áreas da proteção social. Elas “impuseram um caráter pró-mercado às políticas sociais brasileiras, em detrimento do princípio público e universalizante que está na base do capítulo constitucional relativo à ordem social” (IPEA, 2009, p. 12).

Entre as principais orientações do ajuste, havia a “indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada” (COUTO, 2006, p.145).

No Brasil observa-se que a implementação das diretrizes neoliberais se deu de forma elementar, pois a estrutura econômica e política engendrada no país não permitiu a plena execução. Esta forma “abrasileirada” de neoliberalismo desencadeou importantes discussões quanto ao caráter impresso as políticas sociais, principalmente provocadas pelos setores que defendiam o viés público e de direito contido nas políticas sociais.

Contudo, enquanto resultado desse embate constata-se que ocorreu uma acentuação do caráter das políticas sociais de garantir a manutenção da ordem capitalista objetivando, principalmente, a integração social e conservação da exploração e desigualdade.

Enquanto resultados dessa orientação verifica-se a persistência das concepções restritas de proteção social traduzidas pela constituição de seguridade social baseada apenas em três políticas sociais. Esse arranjo brasileiro de seguridade restringe a concepção ampliada de proteção social, bem como reduz a própria compreensão de cidadania ao atendimento de determinadas necessidades básicas.

Vale ressaltar que no Brasil a seguridade social reitera o papel contraditório da políticas sociais de atuar enquanto estratégia para a manutenção da classe dominante no poder, realizando uma espécie de “pacto” com a classe trabalhadora e

garantindo a continuidade do processo de acumulação de capital. “Em certa medida, foi a seguridade social, consagrada enquanto pacto, fator preponderante que garantiu a esta revolução passiva [a implementação das diretrizes neoliberais] sua margem de vitória nos países capitalistas avançados” (FALCÃO, 2008, p. 113).

Partindo dessa concepção, infere-se que as políticas sociais explicitam e reproduzem os interesses contraditórios presentes na sociedade, ou seja, “reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza” (YAZBEK, 2007, p. 22). Contudo, têm-se verificado que no Brasil historicamente elas vem assumindo características funcionais ao controle social e a reprodução das estruturas de dominação.

Além disso, o tom neoliberal impresso nas políticas sociais brasileiras reforça e reitera a concepção de cidadania marcada pelo signo das relações de favor e de dependência, configurando um modelo peculiar “dissociado dos direitos políticos e também das regras da equivalência jurídica, tendo sido definido estritamente nos termos da proteção do Estado, através dos **direitos sociais, como recompensa ao cumprimento com o dever do trabalho**” (TELLES, 2001, p. 22, grifo nosso).

Assim, historicamente a condição de cidadania está diretamente vinculada à questão do merecimento e status social. O modelo de cidadania brasileira conforme Telles (2001) não parte da referência à constituição jurídica, mas sim do status adquirido.

Dissociado de um código universal de valores políticos e vinculados ao pertencimento corporativo como condição para a existência cívica, é um modelo de cidadania que não construiu a figura moderna do cidadão referida a uma noção de indivíduo como sujeito moral e soberano nas suas prerrogativas políticas na sociedade. A rigor, este não tem lugar na sociedade brasileira, já que sua identidade é atribuída pelo vínculo profissional sacramentado pela lei, que o qualifica para o exercício dos direitos (p. 22-23).

Seguindo essa lógica, “desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo ou ocupação indefinida são na prática transformados em pré-cidadãos, sujeitos [...] à repressão pura e simples, tanto privada como estatal” (TELLES, 2001, p. 23). Não há equidade na efetivação das leis e as diferenças não são consideradas para garantia do acesso aos direitos sociais.



Assim, evidencia-se a herança conservadora presente nas políticas sociais brasileiras, bem como influências na condução das ações desenvolvidas pelo Estado no que se refere à proteção social. Nessa linha de raciocínio, no próximo item, serão abordados os principais elementos que conformam o arranjo da política de assistência social objetivando explicitar as contradições presentes ao longo de sua história para em seguida poder debater o trabalho dos assistentes sociais que se encontram inseridos nela.

### 3.2 O PERCURSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INSERIDO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Dentre as políticas sociais que compõe a seguridade social brasileira, conforme já descrito na Introdução deste trabalho, elegeu-se enquanto tema de estudo a política pública de assistência social. Afiançada pelo artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, constitui-se como direito de proteção social, que deve levar em conta as pessoas, suas circunstâncias e seu núcleo familiar (PNAS, 2004).

Contudo, o reconhecimento legal da assistência social a partir da Constituição de 1988 e da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 é precedido de um importante percurso histórico que demanda um maior aprofundamento, pois está imbricado de todos os elementos já citados no item anterior relativos à herança conservadora e de proteção social restritiva, característicos do Brasil.

Este percurso histórico é constituído por diferentes características importantes para a apreensão da atual conformação da política de assistência social no país. Realizando uma breve digressão histórica depreende-se que as ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro no campo da assistência sempre ocorreram por meio de “entidades de âmbito nacional, como é o caso da ex - Legião Brasileira de Assistência (LBA), delegando-lhe o espaço tutelar e focalista das questões ligadas à pobreza, visando à integração e o ajustamento das populações atendidas” (ESCORSIM, 2002, p. 115).

Entretanto, precedente a essa abordagem mais organizada, nota-se que ações de cunho assistencial já eram desenvolvidas há muitos anos no Brasil, principalmente inspiradas pela Igreja Católica através do atendimento das pessoas

em situação de miséria pelas Santas Casas de Misericórdias e outras instituições afins. Neste contexto, constata-se que o paradigma da tutela precede as ações estatais e reforça a benemerência e subsidiaridade (SPOSATI, 2011) enquanto elementos da cultura política brasileira.

Ademais, partem dessa concepção as expressões usualmente conhecidas e divulgadas que pregoam que “não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar” ou que “não se deve ajudar de mais os pobres, pois se não eles acostumam”. Também coadunam a essa perspectiva os diferentes programas e projetos desenvolvidos no intuito de realizar a “integração social” e ajustamento daqueles que se encontram “excluídos” através de ações de cunho moralista e doutrinário.

Nessa lógica, importa destacar que sob a égide do capitalismo o campo da assistência social comumente “constitui formalmente suas demandas em indivíduos portadores de situações específicas, ou especiais” (SPOSATI, 2008, p. 09). Esta premissa reforça a tendência presente na conformação da política de assistência social de descaracterizar a universalidade de sua abrangência para incluir critérios que definam o “para quem dela necessitar” (PNAS, 2004).

Assim, a Constituição Federal define a assistência social enquanto política pública não contributiva, porém direcionada para “aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas quer pelas rendas do trabalho, quer pela condição geracional – infância e velhice –, quer por necessidades físicas e mentais” (MOTA, 2008, p. 15).

Partindo desta definição infere-se que mesmo tendo avançado em termos legais e normativos na perspectiva do direito, a assistência social não rompe com as heranças conservadoras moralizantes e clientelistas historicamente constituídas. Esses signos foram paulatinamente sendo arraigados na cultura política no país e sendo expressos através das representações sociais que sempre vincularam a assistência aos pobres e práticas de ajuda e bondade.

Agrega-se a isso o elemento contraditório presente nas políticas sociais, conforme já descrito no item anterior, que caracteriza a ação nesse campo ora pautado pelo viés do controle social dos pobres, ora pela legitimação ideológica do grande capital.

Sob o ponto de vista ídeo-político, constata-se que mesmo com importantes avanços construídos através de mobilização social e aprofundamento teórico elaborado por produções científicas sobre o tema, a representação social que

caracteriza o campo da assistência social e forja uma identidade específica a seus usuários ainda encontra-se vinculado pela visão assistencialista<sup>15</sup>.

Ilustram essa assertiva ao fato de que o público demandatário continua sendo reconhecido como os necessitados, pobres, miseráveis, incapacitados e desempregados. A alteração que se verifica nesse cenário é a inclusão daqueles trabalhadores que se encontram em condições precarizadas de trabalho, inseridos muitas vezes no mercado de trabalho informal sem condições de garantir a manutenção de suas necessidades básicas.

Outro elemento estruturante desta lógica é o fato do país não ter conseguido constituir o campo do “público” enquanto lugar de todos e ter sido apropriado por apenas uma parte da sociedade – a elite brasileira, arraigando no imaginário social elementos fortes vinculados ao populismo e clientelismo, assim como já debatido nos itens anteriores. Decorrente disso verifica-se que “a cultura brasileira rejeita o serviço público como campo qualificado para a satisfação das necessidades” (YAZBEK, 2007, p. 10) e, assim, forja uma relação desresponsabilizada do Estado para com as políticas públicas e por outro lado, tomada pelo descrédito por parte da população.

Importa destacar que o Estado brasileiro aderindo às diretrizes neoliberais assumiu, principalmente, o papel de regulador, tendo “de exercer funções contraditórias em face das exigências da reprodução do capital e das necessidades da reprodução dos trabalhadores, e suas políticas refletem assim as ambiguidades resultantes das tensões e conflitos entre os interesses em jogo” (YAZBEK, 2007, p. 21).

Neste contexto, apreende-se que historicamente a provisão de bens básicos e necessários à garantia da manutenção da vida da população brasileira nunca compôs centralidade na agenda política do país reiterando o papel da assistência social enquanto “mecanismo determinado pela esfera da produção material e robustecido no plano superestrutural como uma prática política” (MOTA, 2008, p. 16).

Em consequência, a assistência social assume um caráter ideológico e político, transformando-se “num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade

---

<sup>15</sup> O assistencialismo aqui referido refere-se ao “resultado da difusão do imaginário conservador, supõe fazer dessa transferência uma relação de poder que subalterniza quem tem a necessidade: ele passa a dever um favor ao intermediador da possibilidade, que nem sempre é proprietário, mas muitas vezes um agente técnico ou institucional” (YAZBEK, 2007, p. 11)

social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil” (MOTA, 2008, p. 134).

Esse fetiche compõe elemento fundamental para a reprodução do legado assistencialista da política explicitando a relação estabelecida entre Estado-sociedade que “sob a aparência da inclusão, reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada, e oferece como bem-estar o que é na verdade direito” (YAZBEK, 2007, p. 22).

Assim, atuando diretamente nos resultados decorrentes da relação capital-trabalho, a assistência social historicamente manteve “as suas ações travestidas de ajuda, já que o grupo com o qual opera apresenta reduzida visibilidade política, pois aparentemente não se coloca no confronto direto capital-trabalho” (SPOSATI, 2008, p. 15).

Essa característica denuncia a “frágil organização e a ausência de estratégias políticas mobilizadoras e de politização [que acabam reforçando] mecanismos de opressão e subalternidade” (SILVEIRA, 2009, p. 346). Além disso, inviabiliza o estabelecimento das devidas mediações necessárias a compreensão das relações existentes entre a questão da pobreza, exclusão social, reestruturação produtiva, desemprego e acumulação de capital, bem como dificultam a mobilização popular para reivindicar coletivamente a efetividade da assistência enquanto direito constitucional, explicitando a continuidade da utilização do campo social enquanto estratégia para garantia da exploração pelo grande capital.

Além disso, essa constatação aponta para o fato de que a concepção da proteção social enquanto um sistema integrado e universal não ocorreu, reiterando as ações fragmentadas, unilaterais e pontuais da seguridade social brasileira.

Todos esses elementos reforçam a complexificação das demandas atendidas pela assistência social, uma vez que derivadas do agravamento do “desemprego estrutural e da redução das proteções sociais decorrentes do trabalho, a tendência é a ampliação dos que demandam o acesso a serviços e benefícios de assistência social” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 46).

Entretanto, mesmo com o processo de precarização do mundo do trabalho estar cada vez mais acelerado e atingindo indiscriminadamente os trabalhadores, ainda constata-se o ideário que forja a concepção de que existe uma relação dual entre assistência social e trabalho. Ou seja, o trabalho desempenharia a função de integração social, enquanto a assistência seria a *benesse* para aqueles que ainda

não estariam (ou nunca conseguiriam) ingressar no mercado de trabalho.

Aqui se destaca a dificuldade da falta de reconhecimento dos efeitos negativos produzidos pela crescente precarização do trabalho que são traduzidos pela expansão de contratos informais e super exploração, fazendo com que mesmo desenvolvendo atividades remuneradas, os trabalhadores não consigam dar conta de suas necessidades básicas.

Essa concepção reforça as ações culpabilizadoras que não reconhecem as consequências vividas a partir da reestruturação produtiva e que ainda entendem que a assistência social não pode contribuir para “acomodar” os sujeitos e desestimular para o trabalho. Traço estrutural da cultura política brasileira, reproduzido cotidianamente nas práticas dos diferentes sujeitos que compõe a sociedade – trabalhadores, gestores, usuários.

Em síntese, reforça-se a premissa, defendida nessa dissertação, que pauta a contradição enquanto campo fecundo de possibilidades, pois assim como a realidade social traz em seu escopo a perversidade, também inclui a resistência enquanto mola propulsora de mudanças. Tendo isso em vista, no próximo item a assistência social será problematizada a partir das novas diretrizes e regulamentações que fundamentam seus status de política pública e direito social.

### **3.2.1 A assistência social no Brasil a partir da sua regulamentação: avanços e limites**

Conforme disposto no art. 194 da CF/1988, a assistência social passa a constituir o tripé da seguridade social brasileira, estando normatizada pelos arts. 203 e 204 do referido documento.

Sua regulamentação se deu perpassada de muitas discussões e tensões e originou na promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, que definiu e explicitou seu escopo de abrangência enquanto política social pública; bem como posteriormente a aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 (PNAS/2004), seguida da regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005); Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2005); Norma Operacional para Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH-SUAS/2006); Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009); entre outras regulamentações que vem sendo elaboradas.

Essa nova configuração dada a assistência social a partir da LOAS expressa o caráter contraditório das políticas sociais pois, mesmo em tempos de minimização do papel do Estado, recrudescimento dos direitos sociais e ofensiva das diretrizes capitalistas, observa-se que muito tem se avançado em termos legais e normativos objetivando efetivá-la enquanto dever do Estado e direito dos cidadãos.

A assistência social, antes considerada um dever moral, passou a ser direito do cidadão e um dever do Estado, tendo em vista não só a compensação de carências decorrentes dos impactos regressivos das políticas econômicas, mas também a prevenção de situações indignas de vida que tem sistematicamente transformando o pobre brasileiro em pária social. (PEREIRA, 1996, p. 88).

Neste cenário, a LOAS define que a assistência social constitui-se em

direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (LOAS, 2010, p. 06).

Ademais, preconiza que deve realizar-se “de forma integrada as demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (LOAS, 2010, p. 07).

Para tanto, possui enquanto objetivos:

I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II. o amparo às crianças e adolescentes carentes<sup>16</sup>;  
III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência<sup>17</sup> e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V. a garantia de 1 (um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. (LOAS, 2010, p. 06-07).

Tendo em vista esses objetivos definiu-se que a PNAS (2004) em sua operacionalização deve levar em consideração “as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de

---

<sup>16</sup> Importa observar que o termo carente, por ser considerado estigmatizante, nas publicações contemporâneas tem sido substituído pelo termo “em situação de vulnerabilidade e risco social”.

<sup>17</sup> O termo pessoas portadoras de deficiência, contemporaneamente, também foi substituído para pessoa com deficiência.

condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (PNAS, 2004, p.33). Para tanto, foram elencados enquanto objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 33).

Ainda conforme a LOAS, a assistência social possui cinco princípios democráticos dos quais regem suas ações:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial<sup>18</sup> alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (LOAS, 2010, p. 08).

Para a organização da assistência social foram definidas algumas diretrizes orientativas, conforme seguem:

- I. Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (LOAS, 2010, p. 09).

Segundo a PNAS (2004) a assistência possui três principais funções, sejam elas: a proteção social; a defesa social e institucional e; a vigilância socioassistencial.

Referente à função de proteção social, a mesma encontra-se organizada a

<sup>18</sup> Nas publicações recentes o termo assistencial, utilizado do texto da LOAS, tem sido substituído pelo socioassistencial, uma vez que este termo caracteriza melhor a rede necessária ao atendimento a população.

partir de duas modalidades de proteção afiançadas: proteção social básica e proteção social especial. Nesta modalidade a proteção social prevista na assistência social consiste

no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (NOB-SUAS, 2005, p. 16).

Assim, ficou definido que a proteção básica tem como objetivos “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p. 33). Já a proteção social especial configura-se enquanto “modalidade de atendimento assistencial destinada as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social” (PNAS, 2004, p. 37).

Enquanto princípios orientativos, a proteção social de assistência social define: i) a matriciliadade sociofamiliar; ii) territorialização; iii) a proteção pró-ativa; iv) integração à seguridade social e; v) integração às políticas sociais e econômicas (NOB-SUAS, 2005).

A partir da realização da V Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2005 foi definido os direitos socioassistenciais que devem ser assegurados na operacionalização da política, sendo eles: o direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva; direito de equidade social e de manifestação pública; direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede sócio-assistencial; direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade; direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social; direito à Proteção Social por meio da intersectorialidade das políticas públicas; direito à renda; direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva; direito ao controle social e à defesa dos direitos sócio-assistenciais. (CNAS, 2005, p. 313).

Ademais, possui deliberado enquanto garantias a serem providas: i) a segurança de acolhida; ii) a segurança social de renda; iii) a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; iv) a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e; a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais (NOB-SUAS, 2005).



Relativo à defesa social e institucional identifica-se a viabilização da garantia do exercício da cidadania rompendo com as práticas tuteladoras e clientelistas. Além disso, defende a ampliação dos espaços democráticos e participativos, bem como define que a dinâmica da rede socioassistencial<sup>19</sup> deve, principalmente:

- a) considerar o cidadão e a família não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços;
- b) abrir espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, atuando sob o princípio da reciprocidade baseada na identidade e reconhecimento concreto;
- c) sustentar a auto-organização do cidadão e da família no desenvolvimento da função pública (NOB-SUAS, 2005, p. 19).

Já a vigilância social trata do “desenvolvimento da capacidade e meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável” (NOB-SUAS, 2005, p. 19).

Sobre a organização e gestão da assistência social a LOAS prevê a organização de um

sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social [...] que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área (LOAS, 2011, p. 09).

A previsão do sistema citado na LOAS procedeu na constituição do SUAS, ou seja, um sistema público que organiza, de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil e que “procura materializar uma organização legal, do ponto de vista da legislação, isto é, uma organização contínua e sistemática da Assistência Social como política pública e dever Estatal” (BOSCHETTI, 2011, p. 292).

O SUAS tem por objetivo a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira, concretizando um modelo organizativo que possibilita a efetivação dos princípios e diretrizes da política de assistência social. Esse modelo “aponta para a ruptura do assistencialismo, da benemerência,

---

<sup>19</sup> A rede socioassistencial refere-se a um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços (continuados, proteção básica e especial), programas (ações complementares ao serviços, não continuadas) e projetos (proteção social básica), o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social e ainda por níveis complexidade. (NOB-SUAS, 2005).

de ações fragmentadas, ao sabor dos interesses coronelistas e eleitoreiros”. (PEREIRA, 2008, p.08).

Dessa maneira, a operacionalização da política de assistência social a partir de um sistema único, inaugura

um novo marco regulatório que expressa a construção do conteúdo específico da assistência social na proteção social brasileira, na perspectiva da superação de sua trajetória de descontinuidade e de frágil regulamentação democrática, combinada com a residualidade assistencialista” (SILVEIRA, 2011, p. 23).

Essas mudanças ocorridas a partir da definição explícita dos objetivos, princípios e diretrizes da assistência social no Brasil demonstram claramente a tendência de uma parte da sociedade de incorporar na cultura política o caráter de proteção social, entendida como uma forma de proteger indivíduos ou famílias diante de certos riscos da vida natural ou social sendo prestada e operacionalizada através de uma rede socioassistencial, formando um sistema de atendimento que possa dar conta de edificar a assistência enquanto direito social de fato.

Contudo, ponderando o legado histórico assistencialista da política pública de assistência social, classificada “enquanto um campo da improvisação, do voluntarismo e da desprofissionalização” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 230), observa-se que muitos traços conservadores ainda encontram-se presentes no cotidiano do trabalho junto à política e são expressos de diferentes formas.

Considerando que os trabalhadores que atuam diretamente na execução da assistência social encontram-se inseridos diretamente no campo contraditório da produção e reprodução ídeo-política – a realidade social, e dessa forma também se constituem enquanto responsáveis pelo direcionamento dado a política, no item a seguir será dada visibilidade para os dados coletados através da pesquisa empírica referentes as compreensões sobre a política de assistência social, bem como observações, críticas e análises.

### 3.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE A OPERACIONALIZAM

Partindo das definições contemporâneas que elevam a assistência social ao patamar de política pública social viabilizadora de direitos e dever do Estado pressupõe-se a necessidade de aprofundamento da visão de proteção social “que

tenha como referência a universalidade de cobertura e de atendimento, em oposição a padrões restritivos e seletivos de acesso a serviços e benefícios sociais” (OLIVEIRA, 2003, p. 105).

O fortalecimento dessa visão por meio dos trabalhadores sociais que se encontram inseridos na operacionalização da assistência social (assim como nas demais políticas sociais) esta condicionado a uma série de elementos que podem tanto operar enquanto facilitadores, bem como atuar enquanto dificultadores para essa apreensão. Esses elementos ainda não se encontram bem definidos, pois existem vários determinantes de ordem objetiva e subjetiva que exercem influências. Porém, dentre esses elementos destaca-se a forma de contratação dos trabalhadores, a disponibilidade para internalização de novos conceitos, a orientação política adotada, oferta de políticas de educação continuada, entre outros.

Sobre o vínculo empregatício das assistentes sociais entrevistadas, observou-se que dos treze sujeitos, sete possuem contrato de trabalho pautado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seis são servidores estatutários vinculados a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Referente a remuneração constatou-se que seis profissionais contratadas recebem valores entre dois a cinco salários mínimos; cinco tem salários que variam de cinco a dez salários mínimos, incluindo uma contratada e quatro estatutárias e duas assistentes sociais estatutárias recebem mais de 10 salários mínimos. Esses dados demonstram que há uma significativa diferença de renda salarial, prevalecendo os maiores salários para aqueles com vínculo estatutário.

Observa-se também que a média de carga horária das trabalhadoras corresponde a 30 horas semanais. Cabe considerar que a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul possui estabelecido em seu quadro ocupacional a carga horária de 33 horas para o cargo de assistente social. Merece destaque que as entrevistadas vinculadas as demais instituições também possuem asseguradas o direito que determina a carga horária<sup>20</sup> máxima de trabalho.

Com relação ao nível de escolaridade identifica-se que a maioria das entrevistadas possuem curso de pós-graduação variando das áreas de intervenção sócio-familiar; gestão de políticas sociais; saúde mental coletiva e criança e adolescente em situação de rua. Além disso, há uma assistente social com Mestrado

---

<sup>20</sup> A legislação aqui referida trata-se da Lei nº 12.317 de 27 de agosto de 2010, que estabeleceu a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os assistentes sociais.

e outras cinco que possuem somente a graduação enquanto formação. Das treze entrevistadas cabe destacar que todas realizaram a graduação na Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Sobre o tempo de formação constatou-se que a maioria finalizou a graduação na média de cinco a quinze anos; havendo duas entrevistadas com no máximo cinco anos de profissão e outras duas com mais de quinze anos de atuação. Nesta lógica observa-se que das treze entrevistadas, doze possuem a média de idade entre trinta a cinquenta anos totalizando. Além disso, há uma assistente social com mais de cinquenta anos.

Este dado demonstra um perfil de profissionais que acompanharam o processo de implementação da assistência social enquanto política pública, pois conforme dados colhidos verifica-se que o tempo médio de inserção junto à assistência social é de cinco a quinze anos, havendo somente cinco trabalhadoras que o tempo é inferior a cinco anos.

Entretanto, sabe-se que a tarefa de tecer uma cultura democrática imbuída de um perfil universalista e redistributivo de atendimento à população nas ações cotidianas é um desafio, pois, “ao lado de proposições legais e práticas inovadoras, parecem conviver mentalidades e valores típicos das culturas elitistas e clientelistas, que estimulam ações emergenciais de caridade e pronto-socorro aos pobres” (OLIVEIRA, 2003, p. 114).

Esta tarefa suscita o questionamento sobre a percepção das entrevistadas com relação à operacionalização da política de assistência na atualidade, uma vez que o conjunto normativo da política define claramente seu conceito, pressupostos, objetivos, destinatários e desenho organizacional.

Analisando os dados coletados infere-se que há um consenso sobre o reconhecimento da assistência social enquanto um direito social, contudo nas argumentações verifica-se fragilidade na sustentação, uma vez que das onze respostas que classificam a assistência social enquanto direito apenas seis apresentam subsídios que dão conta de justificar tal afirmação.

Esta constatação coaduna-se com as afirmações realizadas por Aldáiza Sposati (2011) quando afirmou durante o Seminário Nacional – O trabalho do assistente social no SUAS em 2011, que “ainda não se alcançou, na categoria dos/as assistentes sociais, a clareza do conteúdo e propósito da Assistência Social como política pública [ainda persistindo] interpretações variadas” (SPOSATI, 2011, p.

37).

Ainda referente à compreensão sobre a assistência social na atualidade, é possível identificar em alguns relatos a elaboração de críticas denunciando o caráter focalista e seletivo da política. Exemplos disso podem ser conferidos nos seguintes extratos:

No meu entendimento, quando tu lê ali na política que o SUAS é um direito de todos aí lá pelas tantas tu lê uma cláusula que diz é direito de quem dela necessitar eu já estou excluindo, **então não é de todos é de quem dela necessitar [...]tu tem critérios e quando tem critérios então não é para todos**, né? (entrevista 01).

**a assistência social é para quem dela necessitar**, então quando eu falo de SUAS e eu vejo colegas mais jovens, e **voltadas para o público principalmente do Bolsa Família [...]**por que a gente não fazia até então essa distinção, de forma alguma, as famílias sendo ou não do Bolsa Família, a gente não tinha essa preocupação, né? (entrevista 04).

A política de assistência social **não é tratada como uma política social**, com os devidos recursos, com uma continuidade, **deveria ser vista como um todo, e não focalizada nas demandas**, e para acesso cheio de critérios de inserção, que na maioria das vezes é a renda, acabando sendo excludente. (entrevista 06).

Esses depoimentos referendam a contradição existente entre a inspiração universalista da política e sua execução focalizadora como debatido por Paiva (2006) que problematiza a emergência de romper definitivamente com o aprisionamento da assistência social a esfera governamental marginal, “reprodutora de estratégias usuais de mistificação das desigualdades e de ocultamento das suas causas, que reduz suas respostas a programas pontuais, pretensamente reformadores das condutas individuais e grupais [...]” (PAIVA, 2006, p. 07).

Nessa condição, problematiza-se a questão de haver disposto enquanto primeiro princípio da LOAS/1993 e referendado pela PNAS/2004 a “supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica” (p. 32), e ao mesmo tempo existir, conforme explicitado pelas assistentes sociais, diversos critérios que condicionam o acesso à assistência social e por vezes, desconsideram a necessidade social daqueles que demandam sua proteção.

No entanto, cabe reconhecer que a política de assistência social possui limites, permeados de diferentes interesses e que a existência de condicionalidades e critérios de acesso compõe o rol de tensionamentos existente entre a perspectiva

mercantil/compensatória e a que defende enquanto direito social. Nesse contexto, observa-se que “as categorias da política pública precisam ser dominadas não só para a análise crítica, mas para seu direcionamento na construção democrática e de garantia de direitos sociais” (SPOSATI, 2011, p. 39).

Ademais, sabe-se que no contexto atual a precarização do mundo do trabalho ameaça e pauperiza cada vez mais a condição de vida da população brasileira, fato que amplia radicalmente a demanda da assistência social. Contudo, há de se ter presente que o foco de intervenção não é a pobreza ou suas consequências, mas apreender que a “pobreza é resultante do modelo econômico adotado pela sociedade da exploração, acumulação e não distribuição” (SPOSATI, 2011, p. 42).

Ainda na perspectiva de críticas a assistência social observa-se que no relato oral dos sujeitos entrevistados há pontuações referentes ao caráter patrimonialista presente na operacionalização da política,

**Ainda tem muito preconceito com relação às demandas atendidas** pelo assistente social (entrevista 01).

**A assistência social ainda é encarada às vezes como que precisa de apadrinhamento**, torcer pro mesmo time, interprete como você quiser..... Caso contrário não iria acessar (entrevista 04).

A gente vive num município que tem oferta de vários cursos de diferentes áreas, mas nós ainda não chegamos no ponto de poder sentar com o sujeito e ver com ele qual é o interesse dele. Então **a gente ainda decide por ele**, a gente ainda pensa por ele. (entrevista 05)

Geralmente a política de assistência social esta ligada **a uma questão de política partidária** e que a gente esta a mercê dos CC's (entrevista 10).

A identificação desses elementos é imprescindível para a superação do caráter conservador que vincula a assistência social a velhas práticas clientelistas e patrimonialistas. Contudo, ainda há muito que se avançar no sentido de democratizar cada vez mais as ações desenvolvidas na área garantindo de fato a sua efetividade enquanto direito social.

Neste viés, destaca-se o reconhecimento dos assistentes sociais com relação ao jovem percurso da assistência enquanto política pública e a compreensão histórica de que sua efetividade encontra-se em processo. Esta afirmativa pode ser identificada nos seguintes extratos de fala:

Eu acho que **a assistência social hoje vive um momento muito especial**

**de grande construção**, nunca foi produzido tanto material e eu acho que o governo que tá aí hoje **é um momento diferenciado**, é um momento que se tá produzindo também muitos subsídios para que ela se efetive enquanto política (entrevista 05).

A política de assistência social **está se organizando** para dar aos brasileiros o direito de cidadania, previsto em Lei. É um **processo lento que exige muitos debates** e muitos entraves (entrevista 07).

Eu acho que a política de assistência **está num momento de grande transformação** e isso vem mudando uma série de coisas seja na forma de olhar ela, na forma da prática mesmo da política. (entrevista 11).

No bojo desse processo de construção de novos paradigmas da política, destaca-se a percepção dos entrevistados com relação à dificuldade presente na operacionalização da política devido às práticas assistencialistas e/ou equivocadas como, por exemplo:

A gente observa que existe em algumas áreas que existem profissionais com uma **postura mais assistencialista e não de direito**, acho que esse é um dificultador (entrevista 03).

**Pra ti romper com uma concepção de assistencialismo pra ser direito é um avanço muito grande e uma coisa muito difícil muitas vezes por uma série de questões**, de a gente fazer esse tipo de trabalho (entrevista 10).

O **entendimento da política de assistência social por parte da gestão [...]**. A gente teve um retrocesso na política de assistência social nos últimos 8 anos aqui em Caxias, então **a gente passou a fazer muita coisa que não é da assistência por ter o entendimento que a gestão tem [...]** a gente começou a fazer trabalho de saúde, educação, da habitação que a gente tá tentando organizar as coisas mas tá bem complicado. (entrevista 11).

Esses dados demonstram o quão é permeado de desafios a edificação da assistência social parametrizada a partir da lógica de direito social. A cultura assistencialista ainda é presente no cotidiano da política e para sua superação torna-se imprescindível o desenvolvimento de “um novo domínio crítico por parte do/a trabalhador [gestores e rede socioassistencial], uma nova capacidade de conhecer e analisar o padrão de proteção social existente e necessário das populações demandatárias” (SPOSATI, 2011, p. 39).

Contudo, também se evidencia nos depoimentos um discurso voltado para a defesa da política pública, mas a argumentação sobre determinados posicionamentos acaba demonstrando aspectos vinculados à perspectiva assistencialista, desprovidas de análises que considerem os aspectos macro que

conformam a realidade social e, por vezes, julgamentos culpabilizadores, historicamente característicos da assistência social.

Por que aqui não adianta atender só o idoso, tu tem que atender as famílias e pra atender elas **tu tem que ter um tempo disponível por que eles não deixam de ir no trabalho deles pra vim aqui** [...]por que não é chegando na frente do idoso e falando ah por que eu quero isso, isso, isso que nem uma criancinha por que ele não vai te atende, **tu tem que fazer todo um jogo pra envolver ele** [...]por que muitas vezes a gente é cobrada [do órgão gestor] pra responder um relatório e tu vai ter que investigar e ai tu chega a conclusão de que **o idoso te mentiu** e ai? (entrevista 02).

Daí com o idoso, **ele se compromete na tua frente e depois ele esquece muito fácil**, ou é por que ele não tem mais os documentos ou por que ele... Sabe?...**Ele acaba não respondendo as nossas demandas, sabe?** Ou às vezes ele busca e depois ele desiste [...] ele não gosta de esperar. (entrevista 02).

Outro dificultador é tu levar esse sujeito **à medida que ele acha que tem direito de tudo, eu sou pobre eu tenho direito de tudo** então uma casa melhor, daí em contrapartida recebe uma moradia e vende a casa, então saber que ele tem deveres também, saber que ele tem comprometimento então tu também tem que trabalhar isso. (entrevista 03).

Essa contradição observada nos relatos orais expressam elementos que tratam o trabalho do assistente social pautado pela responsabilização dos usuários pela condição vivenciada indicando, inclusive, a ideia de que os mesmos devem responder as “demandas” impostas pelo assistente social.

Compreensão que esvazia a intervenção do sentido socioeducativo e deforma a diretriz da matricialidade sociofamiliar. Além disso, fere diversos princípios contidos no Código de Ética no que se refere à democratização das informações colhidas, estabelecimento de uma relação democrática e de reconhecimento das necessidades sociais de forma coletiva.

Defender a assistência social enquanto direito pressupõe ir além do discurso alinhado com os princípios e diretrizes definidas na política, pois “a garantia de direitos impõe a todos os que atuam na Política de Assistência Social a vigilância permanente quanto às armadilhas da reprodução de formas de socialização que reificam a opressão, a subalternidade e a meritocracia” (AGUINSKY; FERNANDES; TEJADAS, 2009, p. 80).

Ainda, no viés de dificuldades verifica-se outro elemento presente nas opiniões emitidas que se somam as dificuldades encontradas para a efetivação da política de assistência social. Este elemento refere-se à constituição e fortalecimento da rede socioassistencial enquanto dispositivo para a operacionalização da política



A política ainda é muito jovem então **a rede ainda se forma nominal**, da fulana para a beltrana, tu não faz o contato não é pela instituição em si ou pela política em si então a gente precisa fortalecer essa política para dar certo (entrevista 03).

Essa dificuldade com a rede, com os outros serviços é bastante desafiadora pra mim [...] Existem serviços? Existem serviços, bastante, mas conexão entre a rede? Tá muito longe de existir, muito longe, **cada um trabalha no seu quadrado e deu pra bola**, [...], quando tu precisa que o usuário acesse um serviço, que faça valer o seu direito, tu tem que ligar pro coordenador, ah vamos se respeitar! (entrevista 05).

Esta compreensão explicita um dado fundamental para a efetividade da assistência social, pois é através da articulação da rede socioassistencial que será possível garantir o acesso aos direitos sociais e o desenvolvimento do trabalho com qualidade.

Contudo, importa referendar a histórica desprofissionalização observada nas ações desenvolvidas pela assistência social no Brasil ao longo dos anos aonde esta “área foi tratada historicamente como campo de negação da cidadania, subalternização e exercício arbitrário do poder público” (SPOSATI, 2011, p. 47).

Exemplos disso encontram-se nas mensagens expressas pelos sujeitos entrevistados quando observam a presença de compreensões diferentes sobre a própria política e o trabalho voluntário, fato que agrava a continuidade das ações desenvolvidas.

O nosso grande desafio, é trabalhar recursos humanos dentro da política, é **fazer com que todo mundo fale a mesma linguagem, pra que todo mundo tenha a mesma percepção dentro da política de direito** e não hoje é assim amanhã não sei, dentro da política ideológica, então esse é um dificultador, (entrevista 03).

**A gente tem que esperar pelo trabalho voluntário por que a instituição recebe para o nosso pagamento, então luz, água essas coisas tem que ser tudo pela instituição e aí falta. Eu acredito que falta verba pra nós poder trabalhar melhor.** Aqui tem muito trabalho voluntário, mas tu sabe como é o voluntário... Ele vem quando quer e ele faz o que quer, tu não pode acompanhar ele, é difícil! (entrevista 02).

Somado a isso, observa-se a gradativa precarização do trabalho que vem ocorrendo em escala global e que afeta diretamente a vida dos profissionais da assistência social. Observa-se um acréscimo particular de precarização do trabalho aonde os vínculos empregatícios que asseguravam o trabalho protegido (concursos públicos e CLT) vêm sendo exponencialmente substituídos pela terceirização dos

contratos de trabalho, significando uma regressão perversa com relação aos direitos dos trabalhadores.

Desse modo, questões como a “polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego” (IAMAMOTO, 2007b, p. 48), permeiam e conformam o cotidiano dos espaços sócio ocupacionais em que os profissionais se inserem e comprometem o desempenho do trabalho qualificado e com maior autonomia.

Ao reconhecer as políticas sociais enquanto campo privilegiado de inserção para os assistentes sociais e que estas são permeadas por interesses contraditórios, salienta-se a imprescindibilidade da significação sobre a “redefinição do trabalho, das formas de organização e gestão institucional que incorporem mecanismos permanentes de formação e educação continuada, como questão estratégica para a qualificação dos recursos humanos do SUAS” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 62).

Isto posto, no próximo capítulo será adensado o debate sobre a interlocução entre o trabalho do assistente social e a política pública de assistência social.

#### 4 A INTERLOCUÇÃO ENTRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Considerando a premissa de que o Serviço Social “é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2007b, p.69), afirma-se que a profissão possui diretrizes e princípios calcados na doutrina marxista e referendados a partir de competências e atribuições específicas, conforme explicitado no capítulo 2 dessa dissertação.

Destarte, inseridos na realidade social, os assistentes sociais atuam na e através da reprodução das relações sociais, participando ao mesmo tempo e através das mesmas ações dos mecanismos reiteradores de dominação, exploração e alienação, bem como dos movimentos de resistência e produção de novas possibilidades para a vida cotidiana.

Especificamente em relação aos assistentes sociais inseridos junto à política de assistência social, demarca-se que as condições de trabalho no SUAS são atravessadas pelas particularidades sócio-históricas somadas às características particulares da cultura política brasileira, bem como das mediações próprias da cultura profissional.

Nesse sentido, a efetivação do trabalho qualificado depende da mediação que o assistente social realiza de sua ação, do recorte do objeto profissional no âmbito do espaço organizacional, das especificidades e da importância das atribuições técnico-operativo com relação às demandas e “exigências que se põem por parte dos seus empregadores” (GUERRA, 2011, p. 274) e “o formato da política social e a lógica que a orienta” (GUERRA, 2011, p. 275).

É imperioso destacar que

quanto mais qualificados os servidores e trabalhadores da assistência social, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação dos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e política ao trabalho realizado (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010 p. 62).

Em vista disso, no item 4.1 será realizado um breve apanhado das principais legislações e produções teóricas que versam sobre o trabalho junto à política de assistência social no intuito de compreender como esta temática vem sendo tratada

e operacionalizada.

#### 4.1 O TRABALHO INSCRITO JUNTO ÀS LEGISLAÇÕES PERTINENTES A ASSISTÊNCIA SOCIAL

A implementação e expansão da política de assistência social no Brasil obedecendo aos preceitos e diretrizes definidos junto às legislações e resoluções definidas a partir da LOAS/1993, demandam cada vez mais a inserção dos assistentes sociais de forma comprometida e voltada para a efetivação da assistência social enquanto política pública de direito, dever do Estado e consolidada a partir da participação social democrática.

Como já referido nos itens anteriores, o assistente social não é o único profissional inserido junto à assistência social, contudo é inegável a trajetória histórica da categoria, principalmente incentivando e promovendo o debate acerca do reconhecimento da assistência enquanto direito social. Além disso, decorrente de sua formação e experiência, ele possui uma “função estratégica na análise crítica da realidade, no sentido de fomentar o debate sobre o reconhecimento e defesa do papel da assistência social e [demais] políticas sociais na garantia dos direitos e melhoria das condições de vida” (CFESS, 2009, p. 26).

Ademais, a questão do trabalho e recursos humanos é um desafio para toda administração pública, particularmente na área da assistência social “assume características específicas [...], pela sua tradição de *não-política*, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas[...]

 (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 57).

Essas características contribuem para dificultar a implementação de ações que rompam com a fragmentação e subalternização, marcas historicamente vinculadas à assistência social. Além disso, cabe atentar para a situação da maioria dos municípios brasileiros que, “sendo de pequeno porte, contam com frágeis estruturas institucionais de gestão, rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 57).

Esses dados validam a afirmativa de que a assistência social trata-se de uma área vinculada à prestação de serviços, cuja principal mediação refere-se ao próprio

trabalhador, e portanto, “o trabalho [nesta área] está estrategicamente apoiado no conhecimento e na formação teórica, técnica e política do seu quadro de pessoal, e nas condições institucionais de que dispõe para efetivar sua intervenção” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 58).

Dessa forma, através da pesquisa documental das principais legislações que versam sobre o trabalho junto a assistência social verificou-se uma tentativa de configuração de requisições técnicas e éticas mínimas para atuação junto aos serviços, bem como a indicação de estratégias para a implementação da gestão do trabalho no SUAS.

Esta tentativa é reconhecida pelos assistentes sociais que trabalham cotidianamente na operacionalização da política:

**A legislação é importante** por que é a partir dela que a gente pode **viabilizar e garantir direitos** das pessoas (entrevista 01).

Eu acho que ela (Política Nacional de Assistência Social) **veio sim para organizar todo um trabalho**, bem importante, se a gente for fazer uma trajetória lá de 88 da constituição, 93 com a LOAS, 2004 com a política e SUAS teve avanços de fundamental importância e isso a gente não pode negar (entrevista 01).

A gente ter a NOB RH é um baita facilitador, agente ter o SUAS como política pública é um facilitador (entrevista 05).

Sendo assim, é preciso reconhecer que a PNAS (2004) traz avanços fundamentais para a compreensão da política enquanto direito social e não mais caridade. Para tanto, define e organiza os princípios, diretrizes e objetivos a serem efetivados em sua operacionalização. O SUAS (2005) representa a possibilidade da “superação da ideologia da caridade e do primeiro-damismo através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 171). Já a Tipificação dos serviços socioassistenciais (2009) busca estabelecer uma matriz padronizada de serviços socioassistenciais, organizados conforme nível de complexidade.

Ela define os objetivos específicos de cada serviço que compõe a proteção básica e especial, bem como demarca as provisões, aquisições dos usuários, condições e formas de acesso, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, impacto social esperado. Dentre as provisões destaca-se a definição do trabalho social essencial ao serviço, pois se configura enquanto subsídio para a definição dos papéis e respaldo para atuação dos profissionais.

Contudo, dentre as legislações referidas observa-se que nenhuma trata sobre as questões específicas relativas ao trabalho, pois é na NOB-RH onde se encontram esses detalhamentos.

Assim, importa destacar a ênfase dada pela *NOB-RH/SUAS* ao reconhecer a inserção e distribuição das diferentes profissões que compõe o SUAS indicando particularmente sua inclusão nos serviços ofertados. Acrescenta-se a isso o fato de constituir princípios éticos<sup>21</sup> para atuação no SUAS bem como o direcionamento dado ao trabalho socialmente necessário, no estabelecimento das funções de gestão e na oferta discriminada dos serviços. Esta afirmativa é reconhecida e reiterada pelos trabalhadores da assistência social como, por exemplo, pode ser verificado no extrato de entrevista que segue,

Um dos facilitadores é a **obrigatoriedade de ter uma equipe mínima e ela ser interdisciplinar**, a questão da obrigatoriedade de ter um assistente social de ter um psicólogo pra ti poder discutir com **visões diferentes de intervenção** (entrevista 10).

Nessa direção, ela se torna parâmetro e referência para o regramento da organização estrutural dos serviços estatais, incluindo a definição das equipes de referência que irão atuar junto aos serviços e benefícios ofertados pela assistência social. A NOB-RH estabelece, dentre outros, que “as equipes de referência sejam constituídas por servidores do quadro efetivo, responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial” (SILVEIRA, 2011, p. 25).

A normativa também avança lançando temas como a centralidade do

---

<sup>21</sup> A NOB-RH destaca o cumprimento dos princípios éticos particulares de cada profissão inserida no SUAS e define outras dez que são comuns a todos os trabalhadores, sejam eles: a) defesa intransigente dos direitos socioassistenciais; b) compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais; c) Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende; d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida; e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade; f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social; g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção; h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios; i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses; j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (2006, p. 17-18).

concurso público enquanto forma de contratação dos trabalhadores; o incentivo a formulação do Plano de carreira, cargos e salários; orientações para as entidades e organizações de assistência social e o co-financiamento da gestão do trabalho; a adequação da formação profissional às necessidades da política e a implementação de uma Política Nacional de Capacitação, direcionada pelo princípio da educação permanente.

Destarte, afirma-se que as normativas atuam enquanto “instrumento orientador das práticas políticas e dos pactos intergestores que possibilitem a implementação das condições de negociações e de controle social sobre a gestão do trabalho no SUAS, nas três esferas de governo” (SILVEIRA, 2011, p. 25).

Além disso, dá visibilidade para a questão de que a qualidade dos serviços depende, entre outros, das condições e relações de trabalho estabelecidas, das dimensões dos vínculos trabalhistas, de condições materiais para a realização das atividades e dos fatores éticos e técnicos implicados (SILVEIRA, 2011).

Sendo assim, a NOB-RH faz frente às práticas vinculadas à disputa político partidários e inserção de primeiras damas e voluntariado na condução de Secretarias, coordenações e demais cargos estratégicos. Práticas estas que apontam para a reiteração do ideário de que “qualquer um pode ser assistente social” ou da existência dos “quase assistentes sociais”, fato que explicita os desafios históricos presentes no cotidiano de trabalho dos profissionais.

Outro avanço importante para qualificação do trabalho na assistência refere-se à promulgação da Lei 12.453 de 06/07/2011 que prevê “a possibilidade de repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o cofinanciamento da contratação de trabalhadores da assistência social dos municípios, desde que sejam servidores públicos concursados” (SILVEIRA, 2011, p. 29).

Importa salientar que com a aprovação dessas regulamentações há um significativo avanço no processo de ruptura com a desprofissionalização e desespecialização verificadas nas ações junto à política, fato que pode ser verificado através dos relatos orais dos sujeitos entrevistados como, por exemplo:

[o assistente social] **não é mais visto como o profissional de antigamente, o que só dava a roupa usada, a cesta básica** e hoje não é assim, então ele é realmente visto como um **profissional executor de políticas públicas** (entrevista 01).

Somos muito colaboradores nessa discussão de mostrar a **necessidade da discussão do perfil**, do profissional para trabalhar em determinados setores, **não basta ser formado numa área, tem que ter perfil**, tem que gostar, tem que acreditar, tem que ter certas condições, preencher certos requisitos, caso contrário não pode trabalhar naquilo (entrevista 05).

Observa-se nesses depoimentos uma aproximação importante e fecunda entre as diretrizes preconizadas sobre o trabalho junto à assistência social com as diretrizes definidas coletivamente pela categoria dos assistentes sociais, pois ambas reconhecem a intervenção realizada enquanto trabalho filiado à tradição marxista.

Todavia, é importante assinalar que dentre os achados da pesquisa documental, constatou-se que as questões relativas ao trabalho “ganham maior complexidade quando se considera que grande parte dos serviços, programas e projetos é prestada por entidades privadas que integram a rede socioassistencial [...]” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 61).

É preciso reconhecer que apesar dos inúmeros avanços relativos as normatizações que definem princípios e diretrizes para o trabalho no SUAS, ainda é comum nas instituições da rede socioassistencial a presença de voluntários e pessoal não qualificado no exercício do trabalho.

Esses dados corroboram a necessidade de ser constituída uma “cultura profissional” capaz de superar os velhos estigmas que associam o trabalho ao assistencialismo e benemerência. Em outros termos, o fortalecimento da concepção de que na assistência social, independente da instituição e/ou serviço, se desenvolve trabalho ao invés de práticas fragmentadas é fundamental para a consolidação da política enquanto possibilidade de efetivação de direitos sociais.

É preciso, pois, enfrentar o desafio de construir e consolidar o perfil do trabalhador no Suas, no contexto do conjunto dos trabalhadores da seguridade social, que incorpore a dimensão do compromisso público associado à sua função de agente político, comprometido com relações e práticas democráticas, com a afirmação de direitos e com dinâmicas organizativas e emancipatórias da população usuária. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 62).

Da mesma forma, faz-se necessário qualificar as normatizações que versam sobre o trabalho no intuito de aprofundar as competências e funções dos trabalhadores agregando a avaliação de resultados e desempenhos, desenvolvendo “instrumentos unificados e [elaborando] estratégias consistentes na direção da desprecarização das condições e dos vínculos de trabalho” (SILVEIRA, 2011, p. 24).



Por fim, infere-se que há a necessidade de fomentar as discussões referentes à relação do trabalho desenvolvido com o controle social, pois esta ação contribui para a ampliação do exercício democrático e transparência das ações desenvolvidas.

Relacionado a isso, no item 4.2 será problematizado a percepção dos assistentes sociais inseridos junto à política de assistência social sobre o trabalho desenvolvido na área com vistas a dar visibilidade para as possibilidades e desafios presentes no cotidiano profissional.

#### 4.2 O TRABALHO JUNTO À ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA VISÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

A questão do trabalho junto à política de assistência social pode ser classificada como um dos grandes desafios a ser enfrentado, pois “o que está em questão é a resignificação do trabalho na assistência social, referenciada em um projeto coletivo de redefinição do trabalho no campo das políticas sociais públicas” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 62).

Esse modo de operacionalizar a política exige dos profissionais o fortalecimento de uma “intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e as organizações populares de defesa de direitos” (CFESS, 2009, p. 2). Principalmente quando levado em conta a historicidade da assistência social no Brasil que revela uma distorção existente entre sua compreensão e prática.

Considerando as opiniões emitidas pelos sujeitos entrevistados verificam-se diferentes compreensões sobre o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais inseridos junto à política de assistência social. Dentre eles destaca-se o reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido elencando contribuições importantes a partir da inserção como, por exemplo, nos depoimentos a seguir:

Bom eu acho que o assistente social é na verdade **um operador da política de assistência social que não poderia faltar [...] ele [...] tem a capacidade de fazer a leitura da questão social e poder apontar alternativas para os gestores (entrevista 05).**

**Como um trabalho de elaboração destas políticas públicas, bem como de execução.** Como em tese, o/a assistente social é um técnico preparado para atuar nestas esferas, porque apropria-se de diversos conhecimentos para pode intervir, é um profissional de relevância no cenário de criação de

políticas públicas que possam se resolutas para a sociedade. (entrevista 13).

Por outro lado, também se identifica opiniões que problematizam sobre o volume e complexidade das demandas atendidas e expressam a dificuldade de participação efetiva dos assistentes sociais na discussão e consolidação da política. Exemplos disso podem ser verificados nos seguintes relatos:

**Não sei hoje se a gente tem protagonizado esse trabalho**, eu acho que entre **uma demanda extremamente exigente em volume e complexidade**, entre esses conflitos do que se tem hoje como proposta já firmada com esse sistema único de assistência e o que se fazia ou sempre se fez ou se acredita, **a gente quase que fica tão envolvido** que eu não sei realmente, nós, a nossa profissão tem sido protagonista nessas mudanças, nesses estudos, nessas reflexões (entrevista 04).

Pouco presente na implantação, organização, planejamento das políticas sociais, **muitas vezes encontra-se somente na execução das mesmas** (entrevista 06).

O trabalho do assistente social dentro da política de assistência social eu acho que é muito recente, ele tá engatinhando, **acho que agente tá recém começando compreender que é uma política** (entrevista 10).

Estes dados explicitam o reconhecimento da importância do trabalho do assistente social, e dos limites e desafios postos a categoria no cotidiano de trabalho junto à assistência social.

O depoimento que refere a tendência de os trabalhadores estarem demasiadamente focados somente na execução da política é reforçado pela constatação de que no percurso de implementação da política de assistência social a partir da LOAS, tem se conseguido avançar no processo de “ruptura na ideologia, no âmbito da concepção [da política], mas ainda falta materializar concretamente essa perspectiva” (BRAGA, 2011, p. 145)

É preciso trazer a tona que os contrassensos presentes na história da assistência social brasileira podem configurar-se enquanto dificuldades para os trabalhadores não identificarem o viés da contradição presente na política em seu aspecto mais amplo. Há o risco da não compreensão da assistência social enquanto política social e integrante da seguridade social para apreendê-la somente enquanto um “novo jeito” de fazer assistência social. Dito de outra forma, esta posto o desafio de afinar o discurso dos formuladores da política com aqueles trabalhadores que, cotidianamente, a vem implementando nos diferentes espaços da rede

socioassistencial, sejam eles públicos e/ou conveniados.

Agrega-se a este risco a tendência recorrente no discurso profissional que faz “referência aos imperativos do conhecimento prático-operativo em face da natureza da ação profissional do Serviço Social” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 173). Este discurso contribui na dissociação entre o saber teórico e a intervenção e reforça a manipulação sobre

os aspectos do cotidiano e da dinâmica reprodutiva das relações sociais [além disso], repõe o caráter fetichista das relações sociais capitalistas através de uma dada razão instrumental que favorece o pragmatismo e imediatismo das respostas profissionais (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 173).

Enquanto estratégia para garantir a superação dessa lógica, faz-se necessário o aprofundamento do debate sobre as concepções, finalidades, objetivos, meios, dificuldades e facilidades contidas no cotidiano da assistência social, pois no espaço contraditório institucional também ocorrem importantes disputas sobre o direcionamento político desejado para essa política.

Nesta ótica, observa-se nas mensagens expressas dos sujeitos entrevistados que há certa preocupação com relação à intencionalidade conferida ao trabalho desenvolvido junto à assistência social. Para fins ilustrativos, citam-se como exemplos os relatos a seguir:

**Eu acho que principalmente promovê-la como direito do cidadão, eu acredito nisso.** (entrevista 04).

Acho que o grande ganho de se ter o assistente social nas equipes **é esse de poder tá pontuando pros outros profissionais que não tem essa formação, que não tem essa leitura macro** [...] de poder tá mostrando de como funciona, de que a economia funciona assim mesmo, de que tem que se ter cuidado com o julgamento, [...], se o mercado caminha pra isso de que forma o sujeito vai ir pra esse outro lado, que não tem espaço pra todo mundo no mercado de trabalho (entrevista 05).

**O principal sentido é o trabalho pelo viés do direito, desmistificando a questão do assistencialismo.** Mas também a sensibilização para a participação do usuário nesta política. (entrevista 09).

Essas percepções reiteram a defesa intransigente dos direitos e aprofundamento da democracia, apesar de não comporem maioria das opiniões expressadas. Dentre os sujeitos entrevistados seis deles não identificam a intencionalidade do trabalho e vinculam as percepções subjetivas. Em

contraposição, apenas uma entrevistada explicita a relação com os princípios fundamentais da profissão.

Esses dados evidenciam como os sujeitos entrevistados percebem e associam a intencionalidade do trabalho junto à assistência social, uma vez que é na apreensão da intencionalidade do trabalho que se torna possível realizar a articulação entre os princípios, objetivos, direitos dos usuários e deveres dos trabalhadores.

Importa reiterar a imprescindibilidade da compreensão sobre a intencionalidade conferida ao trabalho, pois, conforme citado no capítulo 2, a alienação perpassa todas as relações e ações operadas pelos trabalhadores e há o risco de não havendo essa delimitação, o assistente social acabar processando seu trabalho de forma mecânica sem desenvolver análises que possam lhe conferir uma compreensão crítica da realidade e assegurar ao trabalho o viés democrático e emancipatório.

Nessa linha de raciocínio, é possível inferir que a compreensão dos sujeitos entrevistados sobre os objetivos do trabalho junto à assistência social, não demonstra clareza na definição entre os objetivos específicos da política e aqueles referentes ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais. Essa constatação pode ser verificada nas seguintes afirmações:

Sendo uma política pública **deveria ter como objetivo prestar auxílio a todos de quem dela necessitar. Através da criação e ampliação de acesso a serviços, programas e benefícios e centralidade na família.** (entrevista 06).

Garantia de direitos fundamentais, ter como foco a matricialidade sócio familiar, proteção e promoção, a garantia de vida digna, dentre outros. (entrevista 08).

A suposta não apreensão dos objetivos que são inerentes a profissão com aqueles vinculados a política denunciam uma dificuldade adicional ao exercício profissional e também a execução da política, pois quando não há clareza nas definições dos objetivos do trabalho todo processo interventivo, incluindo as etapas de planejamento, execução e avaliação ficam prejudicadas. Enquanto hipótese para essa associação pode ser levantado à histórica identificação existente entre a política de assistência social e o Serviço Social.

Contudo, há de se destacar que a profissão não pode ser confundida com a

política, pois “confundir e identificar o Serviço Social com a assistência social reduz a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social do trabalho” (CFESS, 2009, p. 10).

Como apurado no extrato de entrevista transcrito abaixo, essa constatação também é realizada pelos sujeitos entrevistados,

Aqui também tem uma coisa dessa **confusão** que acontece às vezes **entre os objetivos da profissão com os da política**, ainda mais da política tem um nome muito parecido com o da profissão assistente social e política de assistência social, **todo mundo acha que é a mesma coisa**, então desmistificar isso já é um primeiro ponto que tem que ser feito (entrevista 05).

Ademais, verificam-se também algumas opiniões que correlacionam os objetivos profissionais aos preconizados pela política dando visibilidade para a articulação de ambos no sentido de efetivar a intencionalidade proposta.

O principal objetivo é construir uma política melhor, a gente tem que avançar muito, com mais direitos [...]Então a gente também pode contribuir nisso, na **reflexão, na avaliação do processo, na avaliação de uma ação** (entrevista 03).

Nós temos **trabalhado numa perspectiva de prevenção**, mas a gente tem trabalhado muito também **no desenvolvimento das potencialidades** das pessoas, das famílias (entrevista 04).

Nesse sentido, além da necessidade de conseguir estabelecer uma conexão entre os objetivos do trabalho dos assistentes sociais com aqueles previstos na política de assistência, é fundamental encontrar mediações capazes de viabilizar a concretização desses objetivos no cotidiano interventivo.

Convém mencionar que as dificuldades presentes na operacionalização da assistência social no Brasil já foram explicitadas no decorrer dessa dissertação e também são visualizadas nas opiniões emitidas pelos sujeitos entrevistados

Eu diria que é **uma luta constante** [...] o acesso é ainda complicado pra ti chegar aquele objetivo final, ao resultado final proposto, **mas se trabalha sempre no caminho da possibilidade** [...] (entrevista 01).

**Eu acho que às vezes essas coisas não são mais velozes justamente por que** o nosso cotidiano nos envolve muitíssimo, ele é muito intenso, muito volumoso **e realmente fica pouco gás** [...], **mas nós somos humanas, a gente tem que ter disposição e nem sempre a gente consegue** (entrevista 04).

**Não tenho certeza de que conseguimos assegurar todos os objetivos propostos, pois o processo ainda é muito recente. No entanto, temos o papel fundamental de cobrar dos gestores a implantação e implementação do que é previsto, sempre articulados com o controle social (entrevista 07).**

Estes dados refletem a complexidade que permeia o trabalho junto à assistência social e dispara a problematização sobre a questão dos recursos humanos na política. Sabe-se que a partir da LOAS muitas ações já foram desenvolvidas no sentido de efetivamente profissionalizar o trabalho desenvolvido porém, muitos ainda são os desafios postos em cena.

Dialogando com essa realidade, conforme dados apontados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) realizada em 2009, verifica-se que ocorreu uma significativa expansão do número de trabalhadores inseridos junto ao SUAS no cenário nacional, com “acréscimo de 30,7% entre 2005 e 2009, pois o número saltou de 139.549 trabalhadores em 2005 para 182.436 em 2009” (CFESS, 2011, p. 1).

Todavia, o aumento do quadro de trabalhadores foi acompanhado de um expressivo aumento da precarização nas relações de trabalho estabelecidas totalizando 44,6% de contratos não permanentes (MUNIC, 2009). Fato que evidencia a tendência de desregulamentação dos vínculos empregatícios e fortalecimento das terceirizações, pois se tornam mais atrativos para os contratantes devido aos custos mais baixos com encargos trabalhistas.

Em relação aos dados coletados junto à pesquisa empírica, não é possível mensurar essa tendência, uma vez que a definição da amostra se deu forma paritária entre trabalhadoras vinculadas a regime estatutário e outras formas. Contudo, sabe-se que assim como explicitado nos dados nacionais, a realidade singular do município de Caxias do Sul também é constituída de contratos de trabalho precarizados e instáveis.

A questão referente às particularidades advindas dessa condição foram constatadas nas mensagens expressas por alguns assistentes sociais quando questionados sobre elementos que facilitam o trabalho junto à assistência social. Nos relatos identifica-se que a estabilidade profissional confere melhores condições de trabalho.

Facilitador pra mim é ser concursado, é um facilitador, **a gente pode dizer determinadas coisas sem ter esse receio de meu emprego estar em**

**risco**, de poder ser demitido, poder acontecer isso ou aquilo, então isso é uma facilidade (entrevista 05).

Acredito que, **como servidora pública, a estabilidade no emprego** é um grande facilitador para a realização de nosso trabalho (entrevista 07).

A estabilidade, na compreensão dos sujeitos entrevistados, proporciona maior autonomia na intervenção, condições mais justas de remuneração e a possibilidade da realização de um trabalho mais qualificado.

Ademais, tais questões demarcam a imprescindibilidade do fortalecimento de políticas de qualificação dos processos de trabalho, em que se inserem os assistentes sociais, enquanto estratégia para contribuição da consolidação da política pública de assistência social brasileira.

Esta qualificação deve permear tanto a própria apreensão das diretrizes da política de assistência social, bem como a inserção dos assistentes sociais na sua operacionalização para que seja possível realizar uma conexão entre a intervenção profissional e o direcionamento dado a política de assistência social.

Para tanto, destaca-se a importância da apreensão dos meios de trabalho enquanto dispositivos que devem ser acionados para mediar tal conexão. Particularmente com relação ao trabalho junto ao SUAS identifica-se o incentivo para o desenvolvimento de intervenções direcionadas ao coletivo. Sobre esta questão Silveira (2009) pontua que:

As modalidades interventivas devem privilegiar ações coletivas que favoreçam a construção de projetos de vida que, em detrimento do reforço e do controle das identidades subalternizadas socialmente, ativem e impulsionem núcleos e potencialidades na realidade cotidiana, para favorecer patamares superiores de saberes e práticas com protagonismo popular (p. 353).

Analisando os depoimentos dos sujeitos entrevistados identifica-se que há concordância e reconhecimento desta perspectiva,

Hoje **o incremento são as questões de coletivo e eu tive que reaprender nisso**, eu tinha um modelo diferente [...] eu posso afirmar com certeza que nesses 14 anos eu trabalhei mais de forma unifamiliar do que multifamiliar. E nesse aprendizado tenho realmente observado o quanto no grupo as transformações podem se dar de uma forma mais rica (entrevista 04).

**Poder tá buscando alternativas que não seja focado só na situação de uma família, mas sim do coletivo**, até pra não distorcer a proposta da política. (entrevista 11).

É interessante observar o relato que destaca a intervenção coletiva enquanto diretriz preconizada pela política de assistência social, pois essa abordagem significa um avanço no que diz respeito ao rompimento com as ações que pautavam exclusivamente as intervenções individuais.

Nessa perspectiva, importa destacar que:

no atendimento sociofamiliar o trabalho político-pedagógico desenvolvido pelos assistentes sociais visa, essencialmente, o pleno desenvolvimento e o protagonismo popular no acesso aos direitos, no fortalecimento da subjetividade política e na alteração das condições materiais de sobrevivência da população, com acesso aos bens e serviços que alterem positivamente as suas condições de vida. (SILVEIRA, 2009, p. 353).

Questões estas que se constituem enquanto desafios se ponderado o cenário da política permeado de fragilidades e insuficiências de infraestrutura e recursos humanos. Acresce a isso as questões relativas às dificuldades de ordem institucional vivenciadas pelos trabalhadores. Estes elementos foram destacados nos seguintes extratos de fala:

Eu acho que [os meios de trabalho junto à assistência social] **são muito limitados ainda**, exatamente por a gente considerar que é uma política muito recente, e ainda tem muito a questão da benevolência, pra pobre pode tudo (entrevista 10).

A questão dos meios para a realização desse trabalho pra nós [...] está sendo complicado por que **a nossa grande dificuldade é estar perto dessas famílias**, a gente está longe de todas, só tá próximo de quem mora no centro, então todo o interior é nosso, todos os distritos são nossos, então pra gente poder se deslocar e fazer uma visita a gente leva uma tarde inteira, dependendo da onde nós vamos, então **é complicado falar em meios por que hoje a gente tem uma grande defasagem** (entrevista 11).

No entanto, há de se ter presente que “trabalhar por um sistema, o território e a ação interdisciplinar tem que fazer sentido e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro tem que ser instrumento para fazer a diferença” (BRAGA, 2011, p. 152).

É importante frisar as diversas referências feitas pelas entrevistadas sobre a complexidade da demanda atendida, a insuficiência de recursos humanos e a dificuldade na materialização do trabalho qualificado.

Não poder dar contra daquela situação me atrapalha. E não **pode devido**



**ao número de pessoas para atender** por que daí tu ouve a demanda que tão te trazendo **e tu só ouve, mas não consegue fazer os encaminhamentos necessários**, por que o teu trabalho não é só escuta, o teu trabalho é escuta, é reflexão com esse sujeito e são encaminhamentos (entrevista 05).

Contradição referente o **aumento das “vítimas” das diferentes expressões da questão social** demandas e **baixo investimento em políticas social** para o enfiamento e estigmatização dos mesmos (entrevista 06).

O que dificulta é que tu tá aqui trabalhando com aquilo que já não é mais a proteção básica já é especial, **é tu pegar o que é de outras políticas**, é tu trabalhar e não conseguir dar conta (entrevista 06).

Esses relatos denunciam o risco de fortalecer o trabalho de “apagar incêndio”, ou seja, a velha prática do plantão social onde não se desenvolvem ações continuadas e vinculadas ao território, pelo contrário, as ações são desencadeadas a partir da demanda espontânea advindas do próprio usuário que vai buscar o serviço.

O trabalho dos/as assistentes sociais hoje acaba sendo materializado por um grande plantão emergencial que faz com que, infelizmente, acabemos tratando de forma individual questões que são coletivas e que faz parte da vida da maioria dos/as usuários/as que procuram [os serviços socioassistenciais] (SANTOS, 2011, p. 160).

O imperativo de romper com essa característica coaduna com a necessidade dos assistentes sociais realizarem a articulação entre as competências requeridas para o exercício profissional objetivando a concretização do trabalho de forma qualificada. Torna-se evidente que a ação profissional possui uma “dimensão operativa quanto uma dimensão ética e [que] expressam, no momento que se realizam, o processo de apropriação que os profissionais têm dos seus fundamentos teóricos metodológicos e ético-políticos” (MIOTO, 2011, p. 115) e reafirma o disposto no segundo capítulo desta dissertação.

A intervenção do assistente social, dessa maneira, proclama a articulação entre o disposto em seu projeto profissional com as demais diretrizes definidas na política de assistência social. Faz-se necessário aprofundar esse debate no intuito de dar visibilidade para os tensionamentos e problemas presentes nessa área, bem como, concordando com Miotto (2011), aproximar cada vez mais as ações desenvolvidas na assistência social com os fundamentos da formação profissional e especificidade do Serviço Social.

Essa perspectiva postula sobre a articulação entre os desafios postos na contemporaneidade e o caráter impresso ao trabalho. Essa concepção é expressa pela maioria das assistentes sociais entrevistadas como explicitado no seguinte depoimento:

Se faz necessário **um profissional preparado e atento às possibilidades postas no mundo contemporâneo**, capaz de formular, avaliar e recriar propostas no âmbito de enfrentamento da questão social. **Um profissional informado, crítico e propositivo**, que aposte na participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (entrevista 08).

Diante dessa apreensão é possível reafirmar a importância do aprimoramento das competências profissionais, conforme já descrito no item 2 desta dissertação, pois a inserção junto à assistência social demanda o reconhecimento das condições objetivas e subjetivas de vida da classe trabalhadora, marcadas por diferentes tipos de violações e exclusões, uma vez que estas constituem a base material de sua intervenção profissional.

Nesse sentido, as competências profissionais são “requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 53). Para melhor explicitação de suas naturezas, as competências foram aglutinadas em três principais eixos, sendo elas: as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

A categoria profissional avançou neste quesito quando no documento intitulado *Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de assistência social* foram definidos seis dimensões interventivas, complementares e indissociáveis que os assistentes sociais devem ter presente na atuação nesta área. Estas dimensões correspondem a (o):

1. abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos;
2. intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
3. intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos

de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos (as) usuários (as) e Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;

4. gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade;

5. realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social e;

6. pedagógica-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos (as) diversos (as) atores (atriz) e sujeitos da política. (CFESS, 2009, p. 18-19).

Partindo dessa concepção e analisando as mensagens expressas emitidas pelos sujeitos entrevistados observa-se que de treze relatos orais, apenas quatro descrevem as competências profissionais sintonizadas com os preceitos preconizados junto ao Projeto Ético Político do Serviço Social. Dos demais relatos, quatro contém argumentos que referenciam de forma não explícita subsídios vinculados à competência ético-político, três citam competências técnico-operativas e, dois não especificam elementos suficientes para caracterização.

Daqueles que citam as competências destaca-se os seguintes extratos:

Na verdade pra mim é aquela **questão que já esta dada do ético-político, teórico-metodológico, e [...] o técnico-operativo** que pra mim é básico só que ele é um básico que alguns profissionais às vezes negligenciam e meio que esquecem, acham que ele é importante só no momento da formação acadêmica e não é verdadeiro (entrevista 05).

Todo profissional deve estar atento ao contexto social, mantendo **uma linha teórica metodológica, desenvolvendo habilidades e técnicas no sentido de atuar com competência técnico-operativa e ético-política** (entrevista 07).

**Teórica:** saber de onde vem a concepção teórica, que é a luz da **intervenção profissional; metodológica:** utilização dos meios do conhecimento da produção; e principalmente a **questão ética**, comprometimento com a profissão, e principalmente com os mandatários desta política de assistência (entrevista 13).

Essa análise evidencia que não há consenso sobre a apreensão das competências profissionais havendo uma mescla de entendimentos que incorporam, na maioria dos casos, apenas algumas dimensões de sua composição. Saliencia-se que o viés ético-político e técnico-operativo se sobressai em detrimento do teórico-metodológico.

Particularmente com relação aos dados coletados cabe destacar que se trata de uma amostra específica que não pretende indicar generalizações. Contudo,

configuram-se enquanto extratos de opiniões emitidas por assistentes sociais que apontam compreensões no momento presente, na etapa em que se encontra a implementação da política de assistência social, e que também podem ser observadas em pesquisas realizadas em outras regiões.

Lógico que muitos são os condicionantes que permeiam o processo formativo, bem como interventivo, porém o que se quer dar ênfase é para a fragilidade na elaboração teórica explicitada nas mensagens expressas, fato que evidencia a existência de poucos profissionais com clareza do conteúdo e significado das competências profissionais, bem como das mediações necessárias a efetivação do trabalho qualificado.

Entretanto, sabe-se que além do trabalho operacionalizado, coadunam-se diversos outros elementos de ordem histórico social e política, como já citados no decorrer deste trabalho e, portanto não se pretende atribuir apenas aos trabalhadores a responsabilidade da transformação da política e sua efetivação enquanto direito social. Principalmente quando considerado que neste cenário “algumas competências profissionais podem ser enfraquecidas ou mesmo restringidas, tais como: a formulação, o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 174).

Ademais, salienta-se que o assistente social não compõe sozinho o quadro de trabalhadores da assistência social, pelo contrário, conforme já referido, a interdisciplinaridade é diretriz para organização de todos os serviços, projetos e programas ofertados. Contudo, o trabalho conectado a esta perspectiva é mais um importante desafio posto ao trabalho junto à assistência social, pois se refere ao desenvolvimento da capacidade dos profissionais para,

[...] romperem com as consequências da divisão social e técnica do trabalho, cristalizada nas ‘especialidades acadêmicas’ para estabelecer articulações e construir referências teórico-metodológicas e técnico-operativas que busquem romper com as visões e abordagens fragmentárias dos riscos e vulnerabilidades em prol de uma intervenção qualificada, crítica e politicamente comprometidas (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 175).

O trabalho filiado à abordagem interdisciplinar deve ser “orientado pela perspectiva da totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica” (CFESS, 2009, p. 25).

Relacionado a isso, para além de desenvolver um trabalho qualificado, o assistente social necessita ampliar as discussões para um nível mais coletivo objetivando pensar o trabalho junto à assistência social de forma ampliada, inclusive, problematizando os papéis dos diferentes sujeitos que integram a política. Essa postura demanda uma

prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confronto de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissional (CFESS, 2009, p. 26).

A assistência social contemporânea demanda dos assistentes sociais o aprofundamento de intervenções coletivas, pautadas pela interdisciplinaridade no intuito de romper com todas as práticas clientelistas e meritocráticas presentes historicamente na assistência social. Para tanto, exige que seja instigado a formação de um perfil coletivo “que tenha clareza da oferta dos serviços e que reconheça os benefícios como direito. Que reconheça que os serviços fortalecem vínculos e possibilitam convivência e cuidado” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 79).

Além disso, este cenário fomenta o desenvolvimento de capacidades que viabilizem o conhecimento da realidade social, preservando aos riscos de “sucumbir aos recortes e fragmentos das problemáticas sociais, posto que a multiplicidade das refrações da ‘questão social’ invoca uma complexidade que não permite submetê-las aos modelos formal-abstratos de conhecimento e intervenção” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 173).

O desvendar do contexto da desigualdade e as diferentes formas de produção e reprodução da vida social torna-se pressuposto para a contínua melhoria dos serviços prestados junto à política de assistência objetivando que essas ações convertam-se em “programática conscientizadora e organizadora das formas de luta e de transformação coletiva das condições de vida imediata das populações [atendidas]” (PAIVA, 2011, p. 18).

A identificação e análise dos elementos que compõem o cotidiano da assistência social inserido na realidade macro e perpassado de todos os elementos histórico-sociais já citados no decorrer desta dissertação, torna-se imperativo para a garantia da efetividade dos preceitos contidos no Projeto Ético Político do Serviço Social.

Neste viés, outro importante desafio posto aos assistentes sociais que é a sistematização das ações desenvolvidas para dar visibilidade ao conhecimento que tem sido produzido na operacionalização da política de assistência social. Têm-se o reconhecimento das dificuldades presentes no cotidiano ocupacional, contudo a elaboração teórica deve compor as rotinas de trabalho de forma a institucionalizar o espaço de construção de novos saberes.

Acresce-se a isso o fato de que “um dos requisitos do processo de gerenciamento de informações reside na capacidade do profissional desenvolver pesquisas e tratar a sua [intervenção] cotidiana como fonte de informações e sistematizações” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 174).

Além do mais, faz-se necessário o aprofundamento das discussões referentes aos serviços socioassistenciais objetivando conhecer e qualificar cada vez mais as ações realizadas, tendo o devido cuidado para que não destoem das diretrizes já construídas, mas que também possa se avançar nessa construção a partir das experiências já desenvolvidas e aprendizados adquiridos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problematizações realizadas pretenderam cumprir, principalmente, o papel da pesquisa no sentido de fomentar a problematização a cerca da realidade social objetivando efetivar a práxis através da elaboração teórica das questões objetivas e subjetivas vivenciadas no cotidiano da materialidade da vida social.

Enquanto diretriz para o desenvolvimento desta produção partiu-se do pressuposto que a investigação destina-se a aprimorar “o próprio processo de trabalho, produzindo conhecimentos sobre o seu modo de constituição, sobre os desafios do contexto social no qual estão inseridos e que os condiciona, das mudanças ocorridas [na sociedade em geral]” (PRATES, 2005, p. 131).

Assim, apreender “o processo de relações sociais [...] permeado pelas contradições estruturais, é também entender o vasto campo das possibilidades dadas ao exercício profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 57). Ressalta-se também que realizar aproximações sucessivas da realidade objetivando sua apreensão é pressuposto para a realização do trabalho qualificado e comprometido.

Partindo dessas aproximações, cabe registrar que a materialização desta pesquisa condiz com as produções teóricas que a mestranda vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória acadêmica, iniciadas na sistematização do trabalho de conclusão de curso onde se apontava a pesquisa enquanto premissa para a realização do trabalho qualificado. De tal modo, destaca-se que a realização de pesquisas objetivando a produção de conhecimentos é permeada por um caráter social que representa “o esforço do homem no sentido de produzir a sua existência material e social, embora seja a partir das relações com outros homens que o conhecimento se estabelece e se organiza” (SETUBAL, 2005, p. 28).

É importante assinalar que a construção da dissertação percorreu o caminho de compreender o debate teórico em movimento sobre a categoria trabalho, tanto na concepção ontológica como na perspectiva de identificar o Serviço Social enquanto trabalho. A partir disso foi necessário recorrer ao debate da proteção social brasileira, uma vez que a política de proteção social brasileira constitui-se campo fecundo de trabalho para os assistentes sociais. Esse percurso impôs a necessidade de realizar o debate sobre a seguridade social enquanto estratégia para melhor compreensão e aproximação com a política de assistência social, objeto de pesquisa eleito pela mestranda e orientadora enquanto campo de análise. Posterior a esta

etapa, foi problematizado sobre o trabalho específico dos assistentes sociais inseridos junto à assistência social.

Os achados de pesquisa evidenciam que muitos são os desafios postos a categoria dos assistentes sociais na busca pela efetivação de seu projeto ético político articulado a edificação da política de assistência social direcionada pela perspectiva de direito.

Dentre eles destaca-se a imprescindibilidade da categoria profissional aprofundar mais o diálogo sobre os elementos que compõe os processos de trabalho onde se encontram inseridos os assistentes sociais com os pressupostos definidos em seu Projeto Ético Político. Considerando os dados coletados na pesquisa empírica verificam-se indicativos que expressam certa fragilidade nas elaborações teóricas realizadas.

Importa reiterar que a intervenção realizada pelos assistentes sociais é incorporada de mediações que fazem conexão entre a realidade social e as demandas advindas da realidade sócio institucional e usuários. Contudo, analisando as mensagens expressas pelos sujeitos entrevistados percebe-se em algumas situações, a ausência dessas mediações fato que “induz à fragmentação de informações, às generalizações que as abstraem [...] abrindo espaço para a dominância de estereótipos e de imprecisões” (NICOLAU, 2004, p. 91).

Argumentos recorrentes nas entrevistas evidenciam descontextualização com as expressões inerentes a linguagem técnica da profissão, bem como a reprodução mecânica de frases “prontas”, apreendidas na literatura. Além disso, observou-se o uso constante de argumentações, sem o devido aprofundamento, mesmo quando instigados a fazê-lo, demonstrando a não sustentação dos discursos emitidos.

Outro desafio constatado refere-se a superação das interpretações vinculadas ao fatalismo e messianismo, pois as mesmas divergem radicalmente do Projeto Ético Político Profissional. Apreender o Serviço Social a partir da premissa determinista e/ ou voluntarista significa reiterar o caráter conservador da profissão e suprimir a perspectiva coletiva de suas ações.

Importa salientar que, especificamente junto à política delimitada enquanto tema de estudo nesta dissertação, a questão do trabalho e de recursos humanos configura-se enquanto matéria-prima e processo de trabalho fundamental (SPOSATI, 2006).

Todavia, os achados da pesquisa revelam uma contradição presente na



intervenção junto à assistência social. A pesquisa bibliográfica sinaliza um número significativo de produções científicas que retratam um avanço teórico pertinente à área explicitados pelas diferentes publicações de livros, artigos científicos, revistas, anais de eventos, entre outros. A pesquisa documental demonstra um expressivo crescimento na publicação de documentos/resoluções/legislações que versam sobre o trabalho junto à assistência social, expressos através da própria LOAS, PNAS/2004, NOB/SUAS/2005, NOB-RH/SUAS/2006, entre outros. E a pesquisa empírica, através das entrevistas, evidencia uma frágil apropriação desses avanços na intervenção profissional.

Porém, também há de se considerar que a atuação dos assistentes sociais inseridos junto à assistência social “ocorre em espaços institucionais e de mediação social junto aos movimentos sociais e populares. Valores, ideologias, relações sociais e políticas são constitutivos das práticas realizadas nesses espaços” (CFESS, 2009, p. 32).

Essa complexidade de relações produz inúmeras situações desafiadoras para o profissional, pois dentre elas, envolvem a necessidade de efetivação do trabalho vinculado ao viés emancipatório e democrático; a superação do histórico assistencialista e estigmas contidos na política de assistência social; a construção de relações democráticas e participativas com os usuários e rede; a qualificação do trabalho interdisciplinar com vistas a garantia da pluralidade e desenvolvimento de ações capazes de oferecer respostas as demandas coletivas e individuais, entre outros.

Além disso, os trabalhadores encontram-se referenciados a um processo complexo de reestruturação produtiva que afeta toda a organização do trabalho, pois

a ofensiva do capital não se restringe apenas à instância da produção, propriamente dita, mas atinge hoje, mais do que nunca, sob o capitalismo manipulatório, instâncias da reprodução social, colocadas como nexos orgânicos da produção como totalidade social (ALVES, 2011, p. 89).

Neste cenário, há a complexificação e ampliação cada vez maior das demandas postas ao assistente social, incluindo novos segmentos da população enquanto mandatários dos serviços e benefícios ofertados. Aliado a isso, observa-se a crescente seletividade de atendimentos e focalização de projetos distanciando cada vez mais a premissa da universalização dos direitos sociais.

Ademais, faz-se imprescindível considerar o trabalho “como atividade prática concretizada por um indivíduo num contexto de relações sociais” (NICOLAU, 2004, p. 91). Indivíduo esse que vive inserido na mesma realidade contraditória que produz as diferentes formas de violência e exclusão que desencadeiam processos de precarização do trabalho, privação de acessos a serviços e bens. Dessa maneira, ressalta-se a necessidade de interpretar a questão do trabalho na assistência social com sensibilidade para reconhecer as inúmeras possibilidades de efetivação do projeto ético político.

Desse modo, não se pretende desresponsabilizar os profissionais de seus deveres e funções, pelo contrário, pretende-se explicitar o desafio posto a todos os trabalhadores que se encontram inseridos junto às políticas sociais, pois a contemporaneidade apresenta uma série de condições adversas àquela que defende a política social enquanto possibilidade de resistência.

Faz-se imprescindível reconhecer o caráter coletivo desse desafio e fortalecer as discussões e espaços que viabilizem a reflexão dessas questões. Para tanto, a elaboração de estudos e pesquisas compõe campo fecundo para a problematização e formulação de possibilidades que façam frente a este cenário adverso.

Somam-se a esses desafios o fato de que a edificação das condições éticas e técnicas do trabalho inserido junto à assistência social somente foram normatizadas a partir da NOB-RH/SUAS em 2006, aonde foram efetivamente estabelecidas as condições básicas, técnicas e éticas para a intervenção.

É preciso reconhecer que os processos de trabalho existentes junto à política de assistência social são recentes uma vez que a normatização do trabalho ainda encontra-se em fase de estruturação. Este fato complexifica a intervenção na área, pois demanda o domínio da especificidade profissional para a atuação de forma qualificada e interdisciplinar buscando contribuir no delineamento das ações pertinentes a área da assistência social.

Nas legislações analisadas verificou-se que ainda há muito no que se avançar em termos de estabelecimento de parâmetros e definições que possam garantir a efetivação do trabalho filiado a tradição marxista e elevar a qualidade das intervenções junto à política ao mesmo patamar das discussões e sistematizações elaboradas.

A devida mediação entre a realidade social vivida e as elaborações teóricas produzidas deve ser alinhada no sentido de identificar possibilidades e apontar

novos caminhos a serem construídos. Isso é necessário, pois, concordando com lamamoto (2007), a construção de propostas criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, na perspectiva da construção coletiva de uma nova ordem social, somente é possível se o profissional for capaz de decifrar a realidade a partir das demandas emergentes, uma vez que as possibilidades estão postas nela mesma, mas não se fazem conhecer automaticamente e nem se transformam em propostas interventivas prontas.

Esta forma de apreensão da realidade deve ser inerente à execução do trabalho, pois é ela quem determina o modo de interpretação e explicação das relações sociais, os modos e condições de vida e as formas de pensar, sentir, agir e resistir dos sujeitos. Assim, captar a realidade contemporânea transpassada pelos aspectos estruturais – acumulação de capital e exploração do trabalho – e imbricados de elementos histórico-estruturais, configura-se enquanto condição inerente ao fazer profissional.

Nesta direção importa referendar a necessidade de se realizar outros estudos no intuito de aprofundar as questões aqui iniciadas, pois o mote do trabalho configura-se enquanto norte para a efetivação de qualquer ação intencionada pelos assistentes sociais. Acrescenta-se a isso o compromisso ético político assumido coletivamente pela categoria que preconiza o posicionamento em favor da justiça social e construção de uma nova ordem societária sem qualquer tipo de exploração.

Por fim, reporta-se ao problema que derivou na construção dessa dissertação, ou seja, o questionamento sobre a concepção e operacionalização do trabalho dos assistentes sociais inseridos junto à política de assistência social no município de Caxias do Sul. Reside aí a relevância de ser reconhecida a importância histórica da inserção dos assistentes sociais nesta política, uma vez que a categoria profissional foi precursora na defesa da certificação da assistência social enquanto política pública e que sua intervenção, iluminada pelos princípios e diretrizes do Projeto Ético Político, deve dialogar com os preceitos contidos na política de assistência social.

Para finalizar essas considerações reafirma-se a importância do desenvolvimento coletivo de ações baseadas, sobretudo, na realidade social, pois é somente nela e através dela que será possível encontrar alternativas e estratégias que façam frente às adversidades presentes.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS- Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, 1996.

ABESS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate. In: ABPSS. **Cadernos ABESS**. São Paulo: Cortez, n.7, 1997.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. 3ª edição, Rio de Janeiro: ABNT, 2011. Disponível em: <[http://www.usp.br/prolam/ABNT\\_2011.pdf](http://www.usp.br/prolam/ABNT_2011.pdf)>. Acesso 09/01/ 2013.

AGUINSKY; Beatriz Gershenson; FERNANDES, Idília; TEJADAS, Silvia da Silva. Entre garantia de direitos e reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In: MENDES, Jussara; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz. **O Sistema Único de Assistência Social**: entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ALBUQUERQUE, Simone. **Balanco crítico do SUAS e o Trabalho do Assistente Social**. In: CFESS. Seminário Nacional O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 52, Ano XVII, Dezembro. São Paulo: Cortez, 1996.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 58, Ano XIX, Novembro. São Paulo: Cortez, 1998.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos Ontológicos. 2 ed., São Paulo, Cortez, 2003

\_\_\_\_\_;TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BASBAUM, Leôncio. **Alienação e Humanismo**. 5ª. São Paulo: Global Ed.1982.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_.Balanço crítico do SUAS e o Trabalho do/a assistente social. In: CFESS. **O Trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

\_\_\_\_\_.Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório (orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008b.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. In: CFESS. **O Trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. O trabalho de Assistente Social nos CRAS. In: CFESS. **O Trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

\_\_\_\_\_. Seguridade Social na América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasil, 2011.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 20ªed. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999.

BUOGO, Ana Lúcia et al. **O desafio de aprender: ultrapassando horizontes**. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2006.

CARDOSO, José Celso Jr; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil:

organização, abrangência e tensões da ação estatal In: JACCOUD, Luciana. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

CFESS. **Parâmetros para atuação do Assistente Social**, série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em 05/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Trabalhar na assistência social em defesa dos direitos da seguridade social**. Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social. Versão Final. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em 06/06/2012.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados In: DAGNINO, Avelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

CNAS. **Anais da V conferência nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/v-conferencia-nacional>>. Acesso em 07/08/2012.

CFESS. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**. Resolução do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 13 mar. 1993. In: CRESS-RS. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: CRESS, 2000.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_.; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS; Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

DELGADO; Guilherme; JACCOUD, Luciana; NOGUEIRA, Roberto Passos. **Seguridade social: redefinindo o alcance da cidadania**. In: IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. N.17, vol. 1. 2ª Ed. Brasília: IPEA, 2010.

ESCORSIM; Silvana Maria. A assistência social (e sua face oculta) como política de seguridade social no Brasil. In: BATTINI, Odária; DAVET, Áurea Bastos. **Assistência Social – referências conceituais e propositivas**. Curitiba: Champagnat, 2002.

FALCÃO, Maria do Carmo. A seguridade social na travessia do Estado assistencial brasileiro. In: SPOSATI, Aldaíza, et al. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. O Paradoxo político da reforma liberal. **Revista Lua Nova**, nº 25. São Paulo: CEDEC, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4ªed. revista. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GROULX, Lionel-Henri. **Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social** In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. – 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. In: CFESS. **O Trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

GRANEMANN, Sara. **Políticas sociais e serviço social**. In: REZENDE, Ilma;

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria paulista**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 20. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Nº 10, Brasília: IPEA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Nº 13, Brasília: IPEA, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28ªed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ªed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade In: ABESS. **Cadernos ABESS nº. 2, Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.



LOAS ANOTADA. **Lei Orgânica de Assistência Social – anotada**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2ª ed, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ªed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. 1, Livro Primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 1ªed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, Gênero e Assistência Social. In: CFESS. **O Trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 8, nº 1. Jan./Jun. 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (org). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

\_\_\_\_\_; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 87, Ano XXVI, Especial. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2005

\_\_\_\_\_. **O mito da assistência social**: ensaio sobre Estado, política e sociedade. Recife: UFPE, 2008.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de renda na década**. FGV/CPD, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD/ABEPSS/CFESS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 79, Ano XXV, Especial. São Paulo: Cortez, 2004.

NOB-SUAS. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS; SNAS, 2005.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 87, Ano XXVI, Especial. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores sociais do SUAS: qual agenda construir? In: CNAS. **Caderno de textos VIII Conferência Nacional de Assistência Social**: consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **PNAS/2004**. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Modelo para apresentação de trabalhos acadêmicos, teses e dissertações elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão**. 2011. Disponível em: <[www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos](http://www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos)>. Acesso em 09/01/13.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Revista Temporalis**, Ano V, nº. 9. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Francine H Coutinho dos Santos. O trabalho de assistentes sociais nos CRAS. In: CFESS. **O Trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

SANTOS, Josiane Soares, **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Cláudio Gomes. Serviço Social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 94, ano XIX. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. A centralidade do trabalho e da formação continuada no Sistema único de Assistência Social: realidade e agenda política. In: CNAS. **Caderno de Textos VIII Conferência Nacional de Assistência Social: consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011.

\_\_\_\_\_. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº. 98. São Paulo: Cortez,

2009.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”:** mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 2ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 6ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Assistência Social em debate: direito ou assistencialização? In: CFESS. **O Trabalho do/a assistente social no SUAS.** Brasília: CFESS, 2011.

\_\_\_\_\_. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 6ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A menina Loas:** um processo de construção da assistência social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: Ed. 34, 2001.

\_\_\_\_\_. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1989.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

## APÊNDICE A – Quadro dados organizativos: “perfil” das assistentes sociais entrevistadas

**Quadro 1 – Dados organizativos: “perfil” das assistentes sociais entrevistadas.**

<b>DADOS ORGANIZATIVOS</b>	
<b>SEXO:</b> 13 entrevistadas do sexo feminino	
<b>IDADE:</b>	20 a 30 anos: 0 30 a 40 anos: 4 entrevistadas 40 a 50 anos: 8 entrevistadas 50 a 60 anos: 1 entrevistada
<b>UNIVERSIDADE DE FORMAÇÃO:</b> 13 entrevistadas formadas pela UCS	
<b>TEMPO DE FORMAÇÃO</b>	0 a 5 anos: 2 entrevistadas 5 a 10 anos: 4 entrevistadas 10 a 15 anos: 5 entrevistadas Mais de 15 anos: 2 entrevistadas
<b>CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO</b>	5 nenhum 1 mestrado 1 Gestão de políticas públicas 3 Intervenção sócio familiar 2 saúde mental coletiva 1 Criança e adolescente de rua
<b>VÍNCULO EMPREGATÍCIO</b>	Estatutário: 6 CLT: 7
<b>FAIXA SALARIAL</b>	1 salário mínimo: 0 de 1 a 2 sm: 0 de 2 a 5 sm: 6 de 5 a 10 sm: 5 mais de 10 sm: 2
<b>CARGO/ CARGA HORÁRIA</b>	<b>Cargo:</b> Assistente Social: 12 Coordenadora Serviço Social: 1 <b>Carga horária:</b> 20 horas: 1 30 horas: 6 33 horas: 6
<b>TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO</b>	1 a 5 anos: 7 5 a 10 anos: 4 10 a 15 anos: 2 15 a 20 anos: 0 Mais de 20 anos: 0
<b>TEMPO DE INSERÇÃO JUNTO A PPAS</b>	1 a 5 anos: 5 5 a 10 anos: 3 10 a 15 anos: 5 15 a 20 anos: 0 Mais de 20 anos: 0

**Fonte:** elaborado pela autora desta dissertação, 2012.

**APÊNDICE B – Instrumento de revisão de literatura**

<b>a) Identificação da obra</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Referencia bibliográfica completa:</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Localização da obra:</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Tipo de publicação:</li></ul>
<b>b) Caracterização da Obra</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Tema central:</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Temas sub-centrais:</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Objetivo da obra:</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Principais conceitos utilizados:</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Paradigma teórico:</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Referencial teórico:</li></ul>
<b>c) Contribuições da obra para o estudo proposto:</b>

## APÊNDICE C – Roteiro de entrevista

### 1 DADOS ORGANIZATIVOS

- 1.1 Número do questionário: .....
- 1.2 Data da entrevista: ...../...../2012
- 1.3 Início da entrevista: ..... : .....
- 1.4 Término da entrevista: .....: .....
- 1.5 Local:.....

### 2 IDENTIFICAÇÃO

- 2.1 Nome do entrevistado: .....
- 2.2 Sexo do entrevistado: ( ) M ( ) F
- 2.3 Idade: .....
- 2.4 Universidade de Formação (graduação): .....
- 2.5 Tempo de formação: .....
- 2.6 Cursos pós-graduação: .....
- 2.7 Vínculo (s) profissional (ais): .....
- 2.8 Instituição (ões) empregadora (s): .....
- 2.9 Faixa da renda salarial: ( ) 1 salário mínimo (SM); ( ) de 1 a 2 SM  
 ( ) de 2 a 5 SM ( ) de 5 a 10 SM ( ) mais de 10 SM
- 2.10 Cargo (s) / Setor (es) / Carga (s) horária (s):.....
- 2.11 Tempo de trabalho na (s) instituição (ões):.....
- 2.12 Tempo de inserção junto a PPAS:.....



### **3 CONCEPÇÃO SOBRE TRABALHO**

- 3.1 Na sua compreensão qual é a perspectiva teórica sobre trabalho a qual a categoria profissional define sua intencionalidade?
- 3.2 Diante desta perspectiva apresentada como ela se caracteriza?
- 3.3 Na sua intervenção, qual perspectiva utiliza enquanto aporte teórico metodológico para a efetivação do trabalho?
- 3.4 Quais são os elementos contidos nessa perspectiva?
- 3.5 Como você compreende o trabalho do assistente social?
- 3.6 Sobre o objeto ou matéria prima?
- 3.7 No seu entendimento qual é o alcance do trabalho do assistente social?
- 3.8 Para a operacionalização do seu trabalho quais são os meios utilizados?

### **4 O TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- 4.1 Qual é a sua concepção sobre a Política de Assistência Social no Brasil atualmente?
- 4.2 Qual é o trabalho do (a) assistente social junto a PPAS?
- 4.3 Qual é o sentido deste trabalho?
- 4.4 Quais são os objetivos?
- 4.5 Quais são os meios que estão dispostos para realização do trabalho na PPAS?
- 4.6 Na sua interpretação, de que forma os assistentes sociais conseguem assegurar os objetivos propostos pela PPAS?
- 4.7 Aponte alguns elementos facilitadores para a realização do trabalho junto a PPAS
- 4.8 Aponte alguns elementos dificultadores para a realização do trabalho junto a PPAS

## APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, ....., RG nº ....., abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa....., realizada pela pesquisadora, mestranda Heloísa Teles, orientada pela prof. Dra. Berenice Rojas Couto, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado (a) dos objetivos da pesquisa que consiste em *identificar premissas teórico-metodológicas que possibilitem uma melhor compreensão sobre o trabalho contribuindo na qualificação do trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais junto à Política Pública de Assistência Social.*

As entrevistas serão gravadas e transcritas pela pesquisadora retirando quaisquer informações identificatórias. As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora e poderão ser interrompidas a qualquer momento, não sendo obrigatório responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar à pesquisadora qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos à instituição da qual participo.

Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia. Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, firmo o presente documento.

Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pela pesquisadora pelo fone 54 9966 0189 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 51 3320 3345.

Porto Alegre, de 2012.

---

Entrevistado (a)

---

Heloísa Teles  
Pesquisadora mestranda

---

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto  
Pesquisadora responsável

**ANEXO A – Carta de Aprovação da Comissão Científica**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

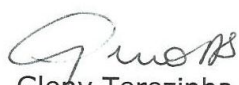
Porto Alegre, 13 de abril de 2012

Encaminho o projeto de pesquisa sob o número 01/2012 intitulado  
**“TRABALHO E PROCESSOS DE TRABALHO EM QUE SE INSEREM OS  
ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASISSTÊNCIA SOCIAL”**  
da mestranda Heloisa Teles.

De acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

- (X) Aprovado
- ( ) Com pendências – anexar parecer
- ( ) Não aprovado – anexar parecer

Atenciosamente,

  
Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães  
Coordenadora da Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social -  
FSS/PUCRS

**PUCRS**

**Campus Central**  
Av. Ipiranga, 6681–P. 15–sala 330–CEP90619-900  
Porto Alegre – RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606  
E-mail: [servico-social-pg@pucrs.br](mailto:servico-social-pg@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/fss/pos](http://www.pucrs.br/fss/pos)

## ANEXO B – Carta de Aprovação do Comitê de Ética

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

### PROJETO DE PESQUISA

**Título:** Trabalho e Processos de Trabalho em que se inserem os Assistentes Sociais junto à Política Pública de Assistência Social

**Área Temática:**

**Pesquisador:** Berenice Rojas Couto

**Versão:** 2

**Instituição:** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

**CAAE:** 03168012.6.0000.5336

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**Número do Parecer:** 35426

**Data da Relatoria:** 30/05/2012

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de mestrado do PPGSS, apresenta-se bem estruturado.

A pesquisa proposta é de natureza exploratória-descritiva e se desenvolverá de março de 2011 a dezembro de 2012, através de pesquisa bibliográfica, documental e coleta e análise de dados por meio de entrevistas semiestruturadas que estão anexadas ao protocolo. As entrevistas serão validadas através de uma assistente social indicada. A abordagem utilizada será a qualitativa. A indicação dos sujeitos de pesquisa se dará de forma não probalística intencional. N=16.

#### Objetivo da Pesquisa:

-Geral:

Identificar premissas teórico-metodológicas que possibilitem uma melhor compreensão sobre o trabalho contribuindo na qualificação do trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais junto à Política Pública de Assistência Social.

-Específicos:

Mapear a concepção e elementos norteadores sobre o trabalho e processos de trabalho que estão contidos nos documentos que fundamentam o projeto ético político profissional ; Identificar a os elementos que conformam o caráter profissionalizante da Política Pública de Assistência Social destacando a concepção sobre trabalho adotada pela mesma ; Verificar quais são os parâmetros e concepções norteadoras do trabalho do assistente social indicados pela categoria profissional junto a PPAS ;

Mapear os elementos dos processos de trabalho contidos na tipificação dos serviços socioassistenciais da PPAS ;

Identificar como os assistentes sociais compreendem, visualizam e operacionalizam sua inserção em processos de trabalho junto à PPAS ; Relacionar as conceituações dispostas nos documentos/resoluções/legislações que versam sobre o trabalho e processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais junto a PPAS com as opiniões emitidas pelos profissionais entrevistados;

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: não há riscos aparentes;

Benefícios:

Contribuição científica para a produção de conhecimento referente ao tema estudado.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de mestrado vinculado ao PPGSS visando a obtenção do título de mestre para HELOÍSA TELES. Bem estruturado. A amostra corresponderá 16 assistentes sociais. Os critérios de inclusão selecionados foram : que os profissionais estejam vinculados a instituição há mais de dois anos ; que haja paridade de profissionais inseridos na rede pública e conveniada e paridade na modalidade de proteção básica e especial. Nesse sentido, fica estabelecido que serão entrevistados 16 assistentes sociais, sendo que destes: quatro estão vinculados a rede pública e proteção básica ; quatro vinculados a rede pública e proteção especial ; quatro vinculados a rede conveniada e proteção básica e quatro vinculados a rede conveniada e proteção especial. A indicação dos sujeitos de pesquisa se dará de forma não probalística intencional.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi revisado conforme sugestão deste CEP;

As cartas dos chefes de serviço foram assinadas e datadas conforme orientação deste CEP;

**Recomendações:**

Todas as solicitações deste CEP foram atendidas.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as solicitações deste CEP foram atendidas.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 12 de Junho de 2012

---

Assinado por:

Rodolfo Herberto Schneider